

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LIMITES DA REFORMA AGRÁRIA
LUTAS, MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS
DOS TRABALHADORES SEM-TERRA
Assentamento Rio das Pedras-Uberlândia/MG - 1997/2006

EDNA ALVES PEREIRA MEDEIROS

UBERLÂNDIA / ABRIL – 2008

INSTITUTO DE HISTÓRIA

LIMITES DA REFORMA AGRÁRIA
LUTAS, MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS
DOS TRABALHADORES SEM-TERRA
Assentamento Rio das Pedras-Uberlândia/MG - 1997/2006

Dissertação apresentada ao Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência à obtenção do Título de Mestre em História Social, sob a orientação do Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

UBERLÂNDIA – ABRIL / 2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- M488L Medeiros, Edna Alves Pereira, 1974-
Limites da reforma agrária : lutas, memórias e experiências dos
trabalhadores sem-terra : Assentamento Rio das Pedras - Uber-
lândia / MG - 1997-2006 / Edna Alves Pereira Medeiros. - 2008.
217 f. : il.
- Orientador: Wenceslau Gonçalves Neto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.
1. História social - Teses. 2. Reforma agrária - Teses. 3. Assenta-
mentos rurais - Uberlândia (MG) - Teses. 4 . Movimentos sociais -Uber-
lândia (MG) - Teses. I. Gonçalves Neto, Wenceslau. II. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III.
Título.

CDU: 930.2:316

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto / (Orientador) - UFU.

Prof^a. Dr^a. Heloisa Helena Pacheco Cardoso - UFU

Prof. Dr. Eloy Alves Filho - UFV

Dedico este trabalho:

À memória do meu pai, Otacílio, que partiu durante essa caminhada, deixando enorme saudade, um vazio intenso... Um exemplo de pai. À minha mãe, mulher sem igual, espírito doce, batalhadora, incansável. Teve um papel fundamental neste trabalho, seus olhos me inspiram a continuar lutando. Aos meus preciosos irmãos, Ananias, Jurandir e Júlio, presença constante, que me traz forças.

A meu esposo, Marcos Henrique, com quem compartilho todos os momentos de alegria e tristeza e que tem sido meu porto seguro, minha eterna gratidão.

Aos meus queridos e amados filhos, Bruno e Marcos Vinícius, certa de que, se lhes roubei muitos momentos de convívio, lhes ofereci o exemplo de luta por um sonho. A vocês um mundo com mais alegria e amor.

AGRADECIMENTOS

Por mais solitária que por vezes se apresente a elaboração de uma dissertação de mestrado, são muitas as pessoas que, ao nosso redor, tornam possível enriquecer e enchem de sentido os caminhos que percorremos para a construção deste trabalho. Agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa, em especial:

Ao meu orientador, professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, toda a minha admiração, respeito e gratidão, por este trabalho que realizamos juntos, que sempre foi marcado por uma relação de amizade. Pelo apoio sempre presente, que contribuiu sobremaneira para as minhas realizações. A este que é, certamente, um dos grandes responsáveis pelos caminhos que eu estou trilhando, o meu sincero e profundo muito obrigado.

Aos professores Dr. Antônio de Almeida e Dr^a. Heloísa Helena Pacheco Cardoso, os quais se mostraram sempre dispostos a contribuir nas minhas “empreitadas” acadêmicas e, em especial, pela participação na banca de qualificação, com sinceridade e competência que fazem deles uma referência para nós.

Aos professores do Instituto de História, profissionais com os quais pude contar em diversos momentos, ao longo do mestrado.

Ao professor Dr. Eloy Alves Filho, da Universidade Federal de Viçosa, prestamos a nossa gratidão pela aceitação em participar da banca examinadora e pelas contribuições fundamentais, meu muito obrigado.

Aos meus familiares, que sempre me ensinaram a buscar inspirações em um mundo melhor.

Aos moradores do Assentamento Rio das Pedras, em especial, ao Zagalo, Célia UMBERLINI, Lauro, Juaris, Lúcia Helena, Elismar, Odilon e Divininho por colaborarem

com a construção deste trabalho e pela coragem de continuarem a luta pela terra, em seu pedacinho de chão.

Aos meus amigos do mestrado e doutorado, Juliana, Gisele, Orlanda, Sérgio Daniel, Harley, Sheille, Paulo e Wagner pelos bons momentos vivenciados durante o curso, amigos de todas as horas.

As minhas amigas Carmem Lúcia, Luciana Aleixo e Daniela, pela contribuição e apoio incessante nos momentos decisivos da minha caminhada.

Ao Gilber, pela gentileza e serviço prestado sem os quais esse trabalho não poderia se realizar.

E, em especial, com carinho, a minha amiga Elisângela, a quem muito estimo e que tanto contribuiu com este trabalho, sempre me incentivando e auxiliando nessa caminhada. A você, o meu mais sincero agradecimento.

A 'Deus' pela graça da vida e razão de ser.

*Posso não concordar com nenhuma das
palavras que você diz, mas defenderei até
a morte o direito de você dizê-las.*

Voltaire

RESUMO

A proposta deste trabalho é analisar a questão agrária brasileira e, mais especificamente, a trajetória histórica do assentamento Rio das Pedras, localizado no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. O objetivo central deste trabalho consiste em estudar o sentido social e político da reforma agrária no município de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, tendo, como pano de fundo, as medidas governamentais implementadas em relação à reforma agrária, sobretudo, a partir dos anos de 1960, na perspectiva das lutas sociais travadas no campo, buscando compreender o processo histórico engendrado na sociedade brasileira que permitiu a manutenção da concentração fundiária, bem como a forma com que as propostas oficiais foram ao longo dos anos sendo modificadas nos embates sociais. O referido assentamento é composto por 87 famílias e teve sua oficialização formalizada em outubro de 1997, momento em que o Tribunal de Alçada, em Belo Horizonte, suspendeu a Ação de Reintegração de Posse efetuada contra o atual Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTL, realizada por Josias de Freitas, proprietário da fazenda, permitindo a permanência das famílias no local. Durante o período de acampamento, os trabalhadores sem terra vivenciaram dificuldades no âmbito interno e externo. Passado o período de acampamento, os trabalhadores continuaram numa situação de dificuldades, principalmente, advinda da escassez de recursos financeiros, da inexistência de assistência técnica compatível com as necessidades dos assentados e da falta de organicidade das famílias assentadas, de modo que várias famílias se vêem em um complexo emaranhado, na sua situação enquanto pequeno produtor rural inserido nas relações de mercado. Todavia, esses aspectos, entre outros, conduziram ao questionamento do modo como a reforma agrária está sendo conduzida no país, bem como da sua necessidade e viabilidade. O arcabouço deste trabalho contou com uma bibliografia específica e com diferentes fontes de pesquisa sobre a questão agrária no Brasil. Foram utilizadas fontes documentais provenientes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, da Comissão Pastoral da Terra-CPT, da Prefeitura Municipal de Uberlândia-PMU, dos Censos Agropecuários de Minas Gerais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade-MTL, entidade que organizou a ocupação da fazenda Rio das Pedras, junto aos trabalhadores sem terra; além de entrevistas com os assentados, o jornal Correio de Uberlândia e revistas. Os pressupostos teórico-metodológicos partiram de referências diversas, não se concentrando em teorias específicas.

Palavras-chave: Reforma agrária, movimentos sociais, assentamentos rurais.

ABSTRACT

The proposal of this work is to analyze the Brazilian agrarian question and, more specifically, the historical trajectory of the nesting Rio das Pedras, located in the city of Uberlândia, State of Minas Gerais. The central objective of this work consists of studying the social direction and politician of the agrarian reform in the city of Uberlândia, in the Triângulo Mineiro, having, as cloth of deep, the implemented governmental measures in relation to the agrarian reform, over all, from the years of 1960, in the perspective of the social fights stopped in the field, searching to understand the historical process in the Brazilian society that allowed the maintenance of the agrarian concentration, as well as the form with that the proposals officers had been the long one of the modified years being in you strike social. The related nesting is composed for 87 families and had its officialization legalized in October of 1997, moment where the Court of Court of appeals, in Belo Horizonte, suspended the Action of Repossession effected against the current Movement Land, Work and Freedom - MTL, carried through for Josias de Freitas, proprietor of the farm, allowing the permanence of the families in the place. During the period of encampment, the workers without land had lived deeply difficulties in the internal and external scope. Passed the period of encampment, the workers had continued in a situation of difficulties, mainly, happened of the scarcity of financial resources, of the assistance inexistence compatible technique with the necessities of the seated ones and the lack of organicidade of the seated families, in way that some families if see in an entangled complex, in its situation while small inserted agricultural producer in the market relations. However, these aspects, among others, had lead to the questioning in the way as the agrarian reform is being lead in the country, as well as of its necessity and viability. The arcabouço of this work counted on a specific bibliography and different sources of research on the agrarian question in Brazil. Documentary sources proceeding from the National Institute of Colonization and the Agrarian Reform-INCRA, the Pastoral Commission of Land-CPT, the Municipal City hall of Uberlândia-PMU, the Farming Censuses of Minas Gerais, divulged for the Brazilian Institute of Geography and Statistic-IBGE and the Movement Land, Work and Freedom-MTL, entity that organized the occupation of the farm Rio das Pedras, together to the workers without land; beyond interviews with the seated ones, photographs, the newspaper Correio of Uberlândia and magazines. The pressuposts of the theoric-metodologies had left of diverse references, not concentrating in specific theories.

Word-key: The agrarian Reformation, social movements, agricultural nestings.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO I – OS IMPASSES NA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: a luta pela terra e as políticas governamentais	
1.1 - Concentração fundiária e conflitos pela terra	34
1.2 - A questão da terra no Brasil e os limites das propostas oficiais	53
1.3 - A questão agrária no pós-regime militar e a Constituição Brasileira	83
1.4 - A questão da reforma agrária nos governos FHC e Lula	90
 CAPÍTULO II – MÚLTIPLOS OLHARES ACERCA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: lutas, táticas e resistências no social	
2.1 - Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba /MG: o processo de modernização no campo e a luta pela terra	98
2.2 - A formação do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTL	102
2.3 - Conflitos na questão da terra: as formas de organização e resistência dos trabalhadores sem-terra <i>versus</i> a reação dos ruralistas	105
2.4 - Acampamento Rio das Pedras: desafios, táticas e relações de convivência ..	123
 CAPÍTULO III – OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: a estruturação do Assentamento Rio das Pedras e a discussão da reforma agrária	
3.1 - Assentamentos rurais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	161
3.2 - Assentamento Rio das Pedras e políticas públicas	166
3.3 - Poder, desafios e conflitos nos processos de organização do Assentamento Rio das Pedras	172
3.4 - Reforma agrária: em que termos pensar a viabilidade?	196
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 205
 FONTES PESQUISADAS	 209
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 213

LISTA DE TABELAS

01 - Grupo de área total (ha) Censo Agropecuário – 1985	34
02 - Grupo de área total (ha) Censo Agropecuário 1995-1996	35
03 - Ociosidade das terras no Brasil – 1988	39
04 - Latifúndios brasileiros por grupos econômicos – 1991	43
05 - Distribuição de proprietários rurais no Brasil – 1985	44
06 - Dados sobre os conflitos no campo no Brasil – 1991-2002	45
07 - Áreas passíveis de desapropriação, segundo o Estatuto da Terra - Lei Nº 4.504, promulgada em 30 de novembro de 1964	65
08 - Participação relativa da PEA rural na força de trabalho total – 1940-1990	74
09 - Reforma agrária no governo Sarney, segundo o 1º PNRA – 1985-1990	86
10 - Ocupações de terra no Brasil	94
11 - Concentração da terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – Índice de Gini (1970-1985)	100
12 - Concentração da terra no Brasil - 1960-1980 (Índice de Gini)	108
13 - Número de acampamentos e famílias acampadas no Estado de Minas Gerais, por região – 2004	132
14 - Número de acampamentos e famílias acampadas no Estado de Minas Gerais, por movimento – 2004	133
15 - Total de acampamentos e famílias acampadas no Triângulo Mineiro – 2004	134
16 - Total de acampamentos e famílias acampadas no Alto Paranaíba – 2004	135
17 - Total de projetos de assentamento em Minas Gerais, por ano – 1986-2002	161
18 - Projetos de assentamento no Triângulo Mineiro – 2003	163
19 - Projetos de assentamento no Alto Paranaíba – 2003	164

LISTA DE IMAGENS

01 - Produtores rurais queimam bandeira do MLST	121
02 - Momento de socialização no acampamento Rio das Pedras em Uberlândia/MG	139
03 - Manifestação do MTL, em visita do presidente Lula ao assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho (Campo Florido)	140
04 - Construção de alojamentos no acampamento Rio das Pedras	144
05 - Alojamento no acampamento Rio das Pedras	144
06 - Modo de vida dos trabalhadores acampados na Fazenda Rio das Pedras	146
07 - - Modo de vida dos trabalhadores acampados na Fazenda Rio das Pedras	146
08 - Trabalhadores plantam ramas de mandioca na Fazenda Rio das Pedras	147
09 - Trabalhadora realizando afazeres domésticos no acampamento Rio das Pedras	150
10 - Animal doméstico no acampamento Rio das Pedras	184
11 - Moradores do Assentamento Rio das Pedras – Sociabilidades	190
12 - Igreja no interior do assentamento Rio das Pedras	191
13 - Residência de um dos moradores, feita de placa, no assentamento Rio das Pedras	192
14 - Residência de um dos moradores, feita de madeirite, no Assentamento Rio das Pedras	193
15 - Colocação de energia elétrica no interior do assentamento Rio das Pedras	194

LISTA DE MAPAS

01 – Localização dos acampamentos rurais de sem-terra do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (2004)	131
02 – P.A. Rio das Pedras organização territorial	167

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como principal objetivo construir uma análise acerca da questão agrária brasileira, sendo que o seu foco de análise é especificamente os trabalhadores assentados no assentamento Rio das Pedras¹, situado em Uberlândia/MG e suas inter-relações com a reforma agrária em geral, no país. A fazenda Rio das Pedras, local onde ocorreu a ocupação de terras, possui uma área total de 1908,63 hectares e localiza-se a 23 quilômetros da sede municipal de Uberlândia, pela BR-365, que interliga Uberlândia e Ituiutaba. A ocupação dessa fazenda ocorreu em 14 de abril de 1997, quando 170 famílias se estabeleceram no local².

A problemática da questão agrária brasileira tem sido uma preocupação constante de muitos estudiosos, e, em geral, os estudos realizados por intelectuais são centrados na análise de suas causas, características e tendências, bem como nas possibilidades políticas de mudanças que pudessem alterar padrões seculares de dominação social. A visibilidade da questão agrária, como problema social no Brasil, em relação ao momento de sua gestação, foi tardia. Na realidade, os conflitos no campo são, indiretamente, desdobramentos do modo como foi resolvida a questão do trabalho no século XIX. Diante disso, os problemas sociais de hoje encontram-se enraizados nessa anômala modalidade de mudança social.

¹ O termo assentamento deve ser compreendido como a desapropriação oficial de uma propriedade pública ou privada de terra ocupada, que posteriormente foi dividida entre as pessoas acampadas para a instituição formal de uma associação de moradores. Para instituir um assentamento, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, exige que se faça um Projeto de Assentamento – PA. Conforme o INCRA, o PA: “é uma unidade produtiva onde se desenvolvem atividades agroeconômicas, como agricultura, pecuária, artesanato, turismo rural, beneficiamento de produtos, agroindústria e outros. Essas atividades devem ser desenvolvidas de forma sustentável, preservando os recursos naturais e o meio ambiente, ou seja, é o lugar de moradia e de trabalho, onde uma comunidade de homens, mulheres, criança, jovens e idosos vai enfrentar o desafio de organizar uma vida nova, construir formas de cooperação, definir regras de convivência. A criação do Projeto de Assentamento envolve procedimentos jurídicos e administrativos. O primeiro deles é o Ato de Imissão de Posse, quando o imóvel passa a ser de propriedade do INCRA, que por sua vez emite a Portaria de Criação, autorizando as famílias selecionadas a se instalarem no assentamento e a receberem os recursos do Programa Nacional de Reforma Agrária”. Ademais, na implantação de um Projeto de Assentamento, o INCRA realiza antes o “Contrato de Assentamento”, e escolhe uma instituição competente para elaborar o “Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA”. BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O que é Programa Nacional de Reforma Agrária? In: Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 05 abr. 2007.

² MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE – MTL. **Plano de Consolidação e Emancipação do Assentamento Rio das Pedras - 2002**. Documento produzido pelo MTL, disponível na sede do Movimento, à Rua Niterói, 1497, Uberlândia, MG, Brasil. p. 1.

Inicialmente, é relevante salientar que existe uma distinção entre questão agrária e questão agrícola, a saber: “a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção, como se produz, de que forma se produz³”. Na Constituição de 1988, a reforma agrária, inscrita no Título VII da Ordem Econômica e Financeira, sofreu restrição no que se refere à desapropriação de terras, na perspectiva de uma política social para os excluídos. Em contrapartida, a decisão sobre uma lei agrícola foi postergada e definida em lei complementar em janeiro de 1991 (Lei 8.171)⁴.

Em relação ao recorte histórico, está sendo analisado o período compreendido entre os anos de 1997 a 2006, em função de sua relevância para a problemática de estudo, uma vez que foi no ano de 1997 que ocorreu a ocupação da referida fazenda. A análise vai até o ano de 2006, pois a intenção era compreender as mudanças recentes na estruturação do assentamento Rio das Pedras, bem como perceber como as famílias estão vivendo nesses últimos anos.

Por outro lado, na tentativa de explicar alguns vocábulos utilizados no presente trabalho, cabe aqui um esclarecimento a respeito do uso, neste texto, da palavra “ocupação”, quando esta se refere às ações coletivas de ocupação de terras. Tendo em vista que a própria legislação agrária brasileira é ambígua com relação ao termo “invadir” ou ao de “ocupar”, quando se trata da questão agrária no país, a palavra “ocupação” está sendo utilizada, neste trabalho, no sentido legal de se ocupar um dado espaço vazio e inutilizado. Para isso, está sendo considerado, nesta pesquisa, que o sentido da palavra “ocupar” correlaciona-se ao caráter legal da expropriação de áreas latifundiárias (latifúndios por improdutividade) para o cumprimento da *função social* da propriedade privada da terra, prescrita pela própria legislação federal⁵. Assim, a palavra “ocupação” está sendo utilizada no presente trabalho para nomear as ações de agentes sociais na luta pela reforma agrária. Além disso:

³ SILVA, José Graziano da. **O Que é Questão Agrária?** São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 11.

⁴ PACHECO, Maria Emília Lisboa. O joio e o trigo na defesa da Reforma Agrária. In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 208-209.

⁵ Função Social da Propriedade Privada da Terra. Art. 2º, §1º. do **Estatuto da Terra**. 14 ed. (atual. e ampl). São Paulo: Saraiva, 1999.; e Art. 186 da Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1995.

O termo ocupação, utilizado aqui, refere-se ao ato de estabelecer-se em uma propriedade privada de terra. Entretanto, o sentido do termo depende do ponto de vista de quem realiza ou recebe a ação. Carregado de significações culturais e políticas, seu uso é empregado pelos trabalhadores sem terra como forma de atestar a legitimidade dessa ação. De modo inverso, os sujeitos que recebem a ação utilizam o termo invasão em detrimento de ocupação, caracterizando a ação no plano da ilegitimidade. Quando ocorre uma ocupação de terra, aos olhos de quem a pratica, um direito está sendo representado; na ótica de quem a recebe, está sendo desrespeitado. Caracterizando o confronto de interesses entre classes distintas, o uso ou não uso do termo ocupação, quando relacionado aos conflitos agrários, revela a opinião defendida por certa posição social e política. Na dimensão dos órgãos oficiais, ações de ocupação de terra são caracterizadas como invasão, remetendo ao sentido de ilegalidade dessas atuações. Porém, ao mesmo tempo em que o aparato de leis do Estado condena esse tipo de ação coletiva, prescreve normas acerca da função social da propriedade privada da terra, cumprida quando a propriedade é efetivamente utilizada, denotando um julgamento extremamente contraditório. Fruto da ambigüidade nas leis, a contradição na posição do Estado possui um agravante quando a instituição procura conciliar Estado Democrático de Direito e função social da propriedade privada da terra. Desse modo, na falta de coerência dos textos jurídicos do que se considera legal ou ilegal nessas ações, o presente trabalho optou pela utilização do termo ocupação para designá-las, remetendo-se ao sentido original de ocupar ou preencher um espaço⁶.

Ainda no que concerne ao período pesquisado, o ano de 2006 foi escolhido como término, pois foi nesse ano que concluí minha investigação no que se refere às fontes de pesquisa analisadas, incluindo, principalmente, a apreciação e o questionamento dessas fontes. Ademais,

A delimitação espacial, a exemplo dos marcos temporais e da própria escolha do tema, deve ser entendida como medida aleatória, ainda que necessária, não podendo, portanto, conduzir o pesquisador a perder a dimensão do todo. E isso, não significa estar à procura de explicações generalizantes, a partir do objeto enfocado e nem da formulação de teorias definitivas (...) Trata-se, portanto, de reconhecer que a realidade não se encontra compartimentada em blocos isolados ou independentes e que, na medida em que os acontecimentos se entrelaçam, espalhando-se

⁶ OLIVEIRA, E. M. **Cercas da Reforma Agrária: Sonhos, Conflitos e Contradições. Assentamento Rio das Pedras/Uberlândia-MG.** Dissertação / Mestrado em História Social. Instituto de História - Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2007. p. 9.

*por todo tecido social, também o objeto deve ser explorado a partir das suas múltiplas dimensões*⁷.

Assim, esse marco cronológico não constituiu uma delimitação estática, mas, antes, um referencial à pesquisa, pois outros momentos históricos foram analisados, como, por exemplo, as décadas de 1960 a 1990, com o objetivo de obter uma melhor compreensão da problemática de estudo, bem como do processo histórico engendrado na sociedade brasileira e suas correlações com a questão agrária.

É importante ressaltar também que a investigação sobre um dos conflitos sociais ocorridos na região do Triângulo Mineiro é relevante, sobretudo, se considerarmos o fato de que a questão das ocupações de terra, no Brasil, passou a ter uma grande importância no cenário nacional, o que a torna bastante significativa para proporcionar-nos uma compreensão dessa realidade. Ademais, essa problemática envolve, direta ou indiretamente, toda a sociedade brasileira, mas, em particular, o Estado, os grandes latifundiários e os trabalhadores sem-terra ou com pouca terra. Todavia, os diversos interesses econômicos e políticos levam necessariamente a encaminhamentos distintos em relação ao problema da terra no Brasil.

A ocupação da fazenda Rio das Pedras foi a primeira ocupação de terra realizada pelo Movimento de Luta pela Terra – MTL, no município de Uberlândia. Neste município, sobretudo a partir da década de 1970 a 1980, havia uma construção e a difusão de um discurso proferido por certos setores da sociedade, enfatizando o ‘desenvolvimento’ e o ‘progresso’ local:

*Tal enredo de mudança foi composto de 1970 e de 1980 pela criação de uma “cidade industrial”, pela remoção da rede ferroviária da região central para a pavimentação e a ampliação do trânsito das avenidas centrais, por promessas de construção de casas populares e pelo estabelecimento de um possível surto de crescimento econômico*⁸.

⁷ ALMEIDA, Antônio de. **Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura e política dos trabalhadores no ABC Paulista 1930-1980**. Tese de/ Doutorado em História Social - FFLCH/USP. São Paulo, 1996. p. 13-14.

⁸ MORAIS, Sérgio Paulo. Tempo, Trajetórias de Vida e Trabalho de Carroceiros na Cidade (Uberlândia – 1970-1998). In: **Muitas Memórias, outras Histórias**. FENELON, Déa Ribeiro et al. São Paulo: Olhos d'Água, 2004. p. 226. Ainda sobre o tema do progresso em Uberlândia, ver, entre outros: SOARES, B. R. **Da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado: Imagens e Representações no Triângulo Mineiro**. Tese de Doutorado. ICH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.; MACHADO, M.C.T. **A Disciplinarização da Pobreza no Espaço Urbano Burguês: Assistência Social Institucionalizada – Uberlândia, 1965/1985**. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. ANTUNES, E. **Trabalhadores e**

Pode-se dizer que há um jogo político na correlação das forças sociais, no qual setores dominantes tentam impor seus modos de vida a toda sociedade, na tentativa de prevalecer seus interesses. No entanto, os sujeitos criam e recriam seus espaços sociais com o intuito de não se submeterem às mazelas destes setores, o que se torna perceptível até mesmo quando corriqueiramente andamos pelas ruas e avenidas da cidade de Uberlândia, onde nos deparamos com infinitos contrastes nos modos de viver e morar das pessoas, bem como com uma multiplicidade de espaços de lazer, nos quais os sujeitos buscam fazer valer sua cidadania. É também nestes espaços sociais: de lazer, de trabalho, de vivência, que minha pesquisa se situa, tanto no campo, quanto na cidade, haja vista que os trabalhadores do referido assentamento circulam por estes espaços, pois, mesmo estando no campo, suas relações não se dão somente no meio rural, mas, sobretudo, nos demais espaços da cidade de Uberlândia.

Assim, visualizei essa categoria de trabalhadores, enquanto sujeitos que reagem à opressão que sentem nessa sociedade capitalista, extremamente excludente. Em busca de outras histórias e memórias dissidentes, que não seja aquela na qual os sujeitos são tidos como uma abstração e onde se supõe, ingenuamente, que os documentos falam por si só. Em minha prática social, penso o espaço da memória como uma construção social, permitindo, assim, maior visibilidade aos sujeitos reais, com práticas diversas. Os sujeitos são ativos, dinâmicos, como nos esclarece Yara Khoury:

A história como um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas⁹.

viveres urbanos: Trajetórias e disputas na composição da cidade – Uberlândia – 1970-2000. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. CALVO, C. R. **Muitas memórias e histórias de uma cidade: lembranças e experiências de viveres urbanos. Uberlândia 1938-1990.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. É relevante salientar que diferentes concepções de “desenvolvimento” estão presentes nesses trabalhos.

⁸ Idem, Ibidem, p. 298.

⁹ KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. **Projeto História**. São Paulo, 2001, p.80.

Desse modo, é importante refletir sobre o cotidiano dos sujeitos históricos, haja vista que é também no espaço do cotidiano que os diferentes sujeitos elaboram práticas sociais, bem como constroem significados, condutas, atitudes e valores a partir da sua própria experiência, pois é no social que ocorrem os embates, as interferências, tensões e contradições. Assim, este campo nos permite apreender as motivações, anseios, angústias, enfim, as disputas que se engendram em meio à correlação das forças sociais, provocando, ora mudanças, ora permanências.

Neste sentido, penso que as reflexões acerca do assentamento Rio das Pedras e, mais especificamente, sobre os significados da experiência vivida pelos sujeitos, têm necessariamente que perpassar as disputas e lutas que fazem parte da produção social da memória, isto é, tenho que voltar minha atenção para tais supostos.

Nessa trajetória, um passo importante foi reconhecer que não se deve escrever história com os olhos voltados somente para o passado, pensando os sujeitos fora do seu contexto histórico, ou seja, deslocado da realidade vivida, mas, muitas vezes, com os olhos no presente, visto que a historiografia também impõe memórias reinterpretadas, as quais são instrumentos de poder. Assim, nossas opções políticas por um determinado tipo de escrita da história, por vezes, interferem no futuro da sociedade, ao instituir uma série de implicações sociais, ainda que o propósito do historiador nem sempre seja este.

Nesta perspectiva, reconheço que, quando escrevi o projeto de minha pesquisa, possuía uma visão romantizada, bucólica, em relação ao campo, enquanto que, na verdade, as relações capitalistas também se fazem presente neste espaço social, nas relações em que as pessoas estabelecem com seu meio, haja vista que os sujeitos sociais criam e recriam seus espaços cotidianamente. Assim sendo, os sujeitos estão sempre em movimento nesses espaços, já que a realidade é dinâmica e cabe a todas as pessoas, sobretudo, aos profissionais das humanidades, trazer as tensões, os embates e as contradições, colocando em foco as pessoas que estão excluídas dos benefícios que o sistema capitalista oferece, sem, no entanto, perder o rigor teórico-metodológico, como nos esclarece Thompson:

A explicação histórica não pode tratar de absolutos e não pode apresentar causas suficientes, o que irrita muito algumas almas simples e impacientes. Elas supõem que, como a explicação histórica não pode ser Tudo, é portanto, Nada, apenas uma narração fenomenológica consecutiva. É um engano tolo. A explicação histórica não revela como a

história deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo histórico não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos e culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma 'lei', nem são 'efeitos' de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo¹⁰.

Assim, é necessário dialogar com as evidências durante o trabalho de investigação histórica. Ademais, é também necessário pensar na relação entre história e memória, não como campos opostos, mas como algo que se complementa, haja vista que estão inextricavelmente imbricadas uma na outra e são, portanto, relações mútuas, e não campos que se opõem e se cristalizam. Antes, fazem parte de um processo social, no qual há uma reconfiguração do ontem e do hoje, afirmando algumas tendências em detrimento de outras histórias e memórias. Diante disso, os sujeitos são vistos a partir de suas práticas desencadeadas no social, na perspectiva da luta de classe, imbricadas nas relações de poder, onde há tentativas de relações de mando e obediência, com o intuito de garantir a hegemonia política, econômica e cultural no seio da sociedade. É, pois, nos espaços públicos e privados, permeados de antagonismos, que os sujeitos sociais circulam, vivem, criam, inventam e se fazem e refazem cotidianamente.

Desse modo, é preciso pensar a constituição campo/cidade em suas diversas relações, as quais estão permeadas de interesses antagônicos, bem como de conflitos, a partir do cotidiano, haja vista que este é plural, multifacetado. É necessário pensar no processo histórico, sem perder de vista que a cidade e o campo se fazem e refazem delineando-se em meio aos diversos meandros da vida no social. Sendo assim, pretendo compreender a partir das evidências, as múltiplas implicações que ocorrem na vida dos sujeitos sociais, num universo de disputas e contradições. Partindo desse pressuposto, penso a relação campo/cidade através das memórias dos moradores do referido assentamento, através de diálogos que realizo acerca de suas vivências nos diversos espaços

¹⁰ THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981. p. 61.

sociais, interpretando, a partir das evidências, as rupturas e permanências históricas vinculadas às experiências sociais de homens, mulheres e crianças.

Na trilha dessa percepção, os sujeitos históricos, ao reviverem suas lembranças, contribuem com minhas reflexões, pois a memória é um campo vasto de possibilidades. Esta nos permite visualizar os valores, normas, códigos, condutas, crenças, imagens, sentimentos, anseios e esperanças acerca de si próprios e do meio social ao qual estão inseridos. Assim, é imprescindível a maneira como estes sujeitos interpretam o passado e o traduzem como um tempo que lhes pertence, dando, assim, visibilidade a si próprios em suas relações travadas no social. No entanto, é necessário levar em consideração as mudanças sofridas ao longo da história. Diante de tudo isso, penso que as relações culturais não devem ser analisadas em segundo plano, privilegiando o econômico e/ou o político, mas devem ser analisadas as inter-relações que ocorrem no social, onde permeiam as ações, as lutas e os antagonismos, enfim, os conflitos entre sujeitos sociais com interesses divergentes, promovendo simultaneamente práticas culturais, econômicas e políticas.

Considerando ser o termo cultura seguramente algo complexo, o que nos demanda certa postura em relação a ele, ressalto, que minha opção historiográfica para lidar com a noção de cultura, ou melhor, de culturas no plural¹¹, parte da compreensão de alguns autores consagrados na historiografia, tais como: Raymond Williams e E. P. Thompson, entre outros. Segundo este:

(...) não podemos esquecer que 'cultura' é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho¹².

Visto deste ângulo, a noção de cultura foi ampliada, podendo ser inclusive sinônimo de ação e de expressão humana, a partir das múltiplas linguagens, ações e imaginações, que se engendram na dinâmica social. Desse modo, torna-se imprescindível analisar o cotidiano

¹¹ O termo está sendo utilizado na perspectiva de FENELON, Déa Ribeiro, et al. op. cit., p. 7.

¹² THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.22.

na perspectiva de modos de vida, o que pressupõe buscar as especificidades nos modos de morar e viver dos sujeitos históricos. Através da fala podemos apreender as experiências, vislumbrando, assim, as motivações, os anseios, as angústias, enfim, as práticas e manifestações, ou seja, o plano material, simbólico e cultural, os significados que estes sujeitos atribuem sobre o mundo em que se inserem.

Nesta perspectiva, a *“cultura não é pensada como curiosidade ou um exotismo, mas enraizada na realidade social, impregnada de um sentido intenso, por meio da qual as pessoas se expressam, reagem, exercendo, ou não, suas possibilidades criativas, forjando os processos de mudança social”*¹³. No diálogo travado com as narrativas dos sujeitos, Portelli, Alistair Thomson e Raphael Samuel são, para mim, as chaves mestras para se pensar as fontes orais. Neste trabalho, realizei um total de 21 entrevistas, englobando moradores do assentamento Rio das Pedras e o próprio presidente da Associação de Moradores do Assentamento Rio das Pedras. Destas 21 entrevistas, optei por trabalhar com oito, considerando para isso as narrativas que mais iam ao encontro dos questionamentos que desenvolvi acerca da problemática de estudo e dos objetivos perseguidos. De acordo com Yara Khoury:

*Nesses estudos não buscávamos trabalhar com quantidades exaustivas de entrevistas, ou com amostragens tidas como representativas de diferentes grupos de pessoas. Para nós, lidar com médias poderia significar correr o risco de aplainar a realidade. A tendência era trabalhar com poucas entrevistas, escolhendo as mais extraordinárias e as diferentes entre si e, por meio delas, identificar, avaliar e explicar possibilidades, alternativas e limites presentes, em embate, na realidade social*¹⁴.

A evidência oral, assim como outras fontes, também nos auxilia na compreensão de uma dada realidade, pois nos possibilita, muitas vezes, diferentes esclarecimentos. Existem informações que são gravadas apenas na memória das pessoas e somente aí encontradas, *“há verdades que são gravadas nas memórias das pessoas mais velhas e em mais nenhum lugar, eventos do passado que só eles podem explicar-nos, vistas sumidas que só eles*

¹³ KHOURY, Yara Aun. op. cit., 2001, p. 80.

¹⁴ Idem, Ibidem, p. 80.

podem lembrar”¹⁵, enquanto que certos documentos escritos, muitas vezes, não podem responder algumas inquietações, nem mesmo depois de serem analisados. Entretanto, a evidência oral é “*somente limitada pelo número de sobreviventes, pela ingenuidade das perguntas do historiador e pela sua paciência e tato*”¹⁶. Segundo Portelli:

*A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas*¹⁷.

A história oral proporciona a investigação do diverso, do plural, das experiências de vida, dos sentimentos pensados, criados e vivenciados, isto é, como possibilidades compartilhadas pelos sujeitos, de forma real ou imaginária e, como nos lembra Portelli, cada entrevista é fundamental por ser única. É importante lembrar também que a narração é “*aberta, provisória e parcial*”¹⁸, o que nos demanda uma postura maleável diante da realidade, bem como do momento do narrador, já que “*as versões das pessoas sobre seus passados mudam quando elas próprias mudam*”¹⁹. Assim, considerando como Portelli, que até mesmo os mitos mudam, é necessário estar atento às mudanças que podem ocorrer nas narrativas dos entrevistados.

Diante disso, as fontes orais, como as demais fontes históricas, nos permitem analisar os sentidos, bem como os significados das memórias que estão em disputa no social. Ademais, é preciso pensar que a memória é extremamente fragmentada, desconexa e plural, pois os acontecimentos na vida dos sujeitos não ocorrem de forma lógica. Mas, no momento em que recordam o passado, o elaboram e o resignificam, dando-lhe um “novo” sentido, pois “*os relatos acompanham o tempo, crescem com o tempo e se decompõem com*

¹⁵ SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, nº 19, 1990. p. 230.

¹⁶ Idem, Ibidem, p. 230.

¹⁷ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. I nº 2, 1996. p. 72.

¹⁸ PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: **Muitas Memórias, outras Histórias**. FENELON, Déa Ribeiro et al. São Paulo: Olhos d'Água, 2004. p. 298.

¹⁹ Idem, Ibidem, p. 298.

o tempo”²⁰, ou seja, o relato do narrador é fruto de relações sociais travadas no cotidiano e se modifica com o passar do tempo, com sua experiência, isto é, com o momento vivenciado.

Prosseguindo com a reflexão acerca das fontes orais, alguns aspectos são de suma relevância, durante a pesquisa, para o entendimento e compreensão da realidade estudada, a começar pela “pergunta” do entrevistador, visto que a forma como se elabora a pergunta influencia na resposta do entrevistado: a simples “presença” daquele já demanda certa postura, opinião ou reação por parte deste, e o próprio “tempo” do narrador é diferente do tempo do entrevistador, lembrando que *“às vezes, os historiadores podem estar interessados em falar com uma certa pessoa sobre um determinado evento, período ou tema específico; mas os narradores freqüentemente, e forçosamente, reintroduzem o tempo e os eventos que lhes interessam”*²¹. Aliás, o próprio sentido e a importância atribuída ao evento, período ou objeto narrado são inerentes à perspectiva do narrador, bem como modificada na interpretação do pesquisador, que, por sua vez, possui valores, códigos e condutas específicas. Seguindo as reflexões de Portelli é salutar ressaltar que:

*Um fonema e um evento histórico não são meramente realidades “objetivas”, mas são construídos como tal por uma rede de relações em que estão inseridos. A atribuição de relevância é um ato cultural e depende de uma interação complexa de padrões individuais e coletivos*²².

Dessa maneira, o historiador é que problematiza a partir da realidade. Até mesmo porque o papel do historiador não é reproduzir fatos, eventos, como se estes fossem realidades objetivas, mas sim oferecer explicações acerca do real. Os eventos são construções feitas a partir de uma rede complexa de relações culturais que lhes dão sentido e relevância. Neste sentido, o historiador deve recusar o determinismo, a visão linear da história baseada na noção de progresso, onde se privilegia os “grandes vultos”. Este tipo de escrita da história esteve no centro da historiografia até o final do século XIX. Neste mesmo século as preocupações dos historiadores voltavam-se, sobretudo, para as questões políticas e econômicas. No entanto, para que haja novos temas, novos procedimentos,

²⁰ Idem, Ibidem, p. 297.

²¹ Idem, Ibidem, p. 300.

²² Idem, Ibidem, p. 309.

novos problemas é preciso haver um diálogo constante entre a teoria e a prática, o presente e o passado, pois as indagações saem sempre de um campo social. Assim, “*não podemos ser positivistas, acreditando que as perguntas e as respostas surgem naturalmente do estudo do material. Em geral não existe material algum até que nossas perguntas o tenham revelado*”²³. Além do mais, todo discurso produz memória e, conseqüentemente, constitui/institui o viver e morar das pessoas²⁴. Assim, é necessário que haja a priori uma reflexão crítica a respeito da escrita da história, pois nossa escolha influenciará nas memórias que estão sendo construídas nas correlações de forças existentes no social. Contudo, há várias formas do historiador construir diálogos e a opção por um determinado olhar é fruto de aspectos culturais e políticos.

Além de considerar as influências do campo econômico, neste trabalho foi levado em conta, ainda, o papel da política e da cultura nas relações sociais em geral, trazendo à tona as ações dos sujeitos históricos em suas práticas diversas, uma vez que nos revelam suas subjetividades e experiências em suas narrativas, possibilitando, assim, através da fala, pensar a realidade destes sujeitos, pois “*a fala oral permanece impregnada de memória*”²⁵, e assim, “*o ato de lembrar é, por si, um fato histórico*”²⁶.

A mudança para um olhar diferenciado, que não privilegie a memória tida como oficial voltada para os valores, as práticas e condutas direcionadas para a ordem neoliberal²⁷, e que se subsidia em categorias de análises baseadas nas estruturas, é um desafio constante, mas que se faz necessário para os pesquisadores/historiadores preocupados, comprometidos com seu tempo histórico, sobretudo, em função de lidarmos com temáticas e problemáticas gestadas no período de globalização desenfreada, percebida, sobretudo, na década de 1980.

²³ HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História (Ensaio)**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 220.

²⁴ FENELON, DÉA, Ribeiro et al. op. cit., p.10.

²⁵ PORTELLI, Alessandro. op. cit., p. 312.

²⁶ Idem, Ibidem, p. 310.

²⁷ Apud Gentili, o neoliberalismo configura-se como: “uma estratégia de poder que se implementa em dois sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional etc. e, por outro lado, através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir das quais legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem (e devem) ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades”. In: GENTILLI, Pablo et al. Neoliberalismo e Educação: Manual do Usuário. In: et al. **Escola. S.A.: Quem ganha e quem perde, no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília. CNTE, 1996. p. 9.

Buscando novas abordagens, Beatriz Sarlo salienta:

Um olhar político atenta nas figuras do novo (no sentido emergente, usando um termo de Raymond Williams), prepara-se para disputar a hegemonia das grandes linhas culturais, para questionar a legitimidade de sua imposição, embora talvez nunca chegue a completar essa batalha simbólica. Tal atenção para o novo está vinculada a essa tradição do século XX em que o questionamento dos costumes estéticos pode levar a pactos culturais situados nas laterais, nas margens, no subsolo ou nos limites dos pactos legitimados. A força do mercado... tende a propor pactos que padronizam o gosto, porque a prova de viabilidade de uma estética é o sucesso. O olhar político se fixaria justamente nos discursos, nas práticas, nos atores, nos acontecimentos que firmam o direito de intervir na unificação, ostentando, diante dela, o escândalo de outras perspectivas²⁸.

Esta nova perspectiva de abordagem, que se faz presente na sociedade contemporânea, nos possibilita reflexões acerca de uma forma diferenciada de se escrever a história, em meio à diversidade e multiplicidade de maneiras possíveis. Esta não nos impede que haja a compreensão do processo histórico, onde os sujeitos reagem nos diversos espaços constitutivos do social, bem como constrói seus espaços e territórios no fazer-se enquanto classe, o que pressupõe entendê-los na diferença e não nos processos de regularidades, continuidades. Diante disso, é preciso analisar as relações dos sujeitos no social, com sua gama de significados, questionando, assim, a tentativa de hegemonia de grupos sociais e/ou classe.

Dito isto, cabe aqui um parêntese, pois se torna pertinente ressaltar que a categoria classe está sendo compreendida dentro do materialismo histórico, no qual o ponto de partida é a transformação feita pelo homem, nas relações de paternalismo, desigualdade, submissão, enfim, nas contradições. A classe está longe de ser uma categoria estanque, estática, é antes de tudo, algo dinâmico, flexível, ou seja, uma relação histórica. Segundo E. P. Thompson:

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações,

²⁸ SARLO, Beatriz, op. cit., p. 60.

*suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição*²⁹.

Por meio dessa reflexão, a classe acontece num processo ativo, numa interação constante entre os sujeitos e o meio. É sempre uma relação mútua e não uma estrutura fora do seu contexto. Assim, deve-se considerar que “*não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural*”³⁰. Segundo E. P. Thompson, o próprio

*conhecimento histórico é, pela sua natureza (a) provisório e incompleto (mas não, por isso inverídico), (b) seletivo (mas não, por isso, inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas), e, portanto, só ‘verdadeiro’ dentro do campo assim definido*³¹.

Diante disso, o historiador deve estar sempre atento aos seus procedimentos sem, no entanto, perder de vista as particularidades, especificidades de sua problemática. Caso contrário, a pesquisa do historiador pode se tornar apenas uma mera ilustração, perde-se a vitalidade, em suma, a noção de processo histórico.

Ademais, na pesquisa utilizo também enquanto fonte de pesquisa o Jornal Correio de Uberlândia, o qual faz parte da imprensa local. Esse jornal é importante em minha pesquisa, porque traz uma interpretação do que foi, em sua análise, a experiência da ocupação da Fazenda Rio das Pedras. É necessário ressaltar, ainda, que este jornal elabora projetos de cidade conforme seus interesses específicos. A fonte jornalística, a exemplo da oral e de outras fontes escritas, não deve ser vista como um espelho ou expressão da realidade, tanto do ontem, quanto do hoje. Mas, mesmo com as diversas implicações relacionadas a esta fonte de pesquisa, esta faz parte da realidade social. No entanto, a fonte jornalística deve ser vista criticamente em todos os seus sentidos e dimensões. Isso só poderá ser feito a partir de um exercício árduo e constante durante a investigação histórica, pensando, assim, as razões que o engendraram. Só desse modo, se poderá:

Desvendar e cotejar seus múltiplos textos, para estabelecer relações e nexos entre notícias apresentadas de forma tão fragmentada e

²⁹ THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. V. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 11-12.

³⁰ Idem, Ibidem, p. 12.

³¹ Idem, op. cit., 1981. p.49.

*hierarquizada, para buscar descobrir o que não é dito ou o que é apenas insinuado nas entrelinhas, esmiuçar significados de títulos e destaques que, às vezes, invertem ou até desautorizam o conteúdo das matérias; enfim, para elaborar uma opinião e a crítica sobre a realidade em meio ao poder e a universalidade das representações elaboradas diariamente pelos jornais*³².

Diante disso, se torna necessário indagarmos sobre esse tipo de linguagem, buscando as tensões que permeiam esse processo social, pois o mesmo não é inerente às relações de poder. Até mesmo porque não há comunicação desvinculada de tais relações, bem como das questões de classe. Portanto, é preciso compreender as diversas intenções e manipulações relacionadas à produção de notícias, tanto quanto as suas variadas formas de recepção e apropriação. Caso contrário, pode-se obscurecer as disputas e contradições, retirando-se o debate e a luta política. Além da matéria em si, é preciso analisar também as ausências, as omissões, os silêncios, pois, os silêncios podem nos revelar as pretensões, bem como as tensões vividas pelos sujeitos. Ademais, a fonte jornalística pode banalizar as relações dos sujeitos, como se tudo já estivesse dado, fosse algo natural, espontâneo, destituído de sentidos e significados. Assim, é essencial esclarecer que o jornal, como as demais fontes históricas, não é neutro, bem como a linguagem constrói e é construída socialmente e historicamente. Portanto, as linguagens constituem memórias.

Nesta perspectiva, o jornal não fala por ele mesmo, mas em nome de algum grupo ou classe social, por isso pode se dizer que é uma disputa por autoridade, e nessa disputa, a “imprensa” organiza também projetos de cidades. Mas, no entanto, não podemos perder de vista que tudo é relacional, isto é, há sempre um universo de disputa pautado por mediações no presente, o qual ocorre de forma dialética. No caso do Jornal Correio de Uberlândia, aqui analisado, fundado nos anos de 1930³³, em geral, este defende seus interesses e suas idéias acerca da sociedade local. De acordo com Capelato:

A imprensa ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas

³² MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e Histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al **Muitas Memórias, outras Histórias**. São Paulo: Olhos d'Água, 2004, p. 14-15.

³³ SUZUKI JR. Matinas. A Maquiagem do Mundo. In: **Primeira Página**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1985, p. 10.

*práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas*³⁴.

No campo historiográfico, o presente trabalho situa a história na concepção do “Materialismo Histórico Cultural”³⁵, o qual trouxe significativos avanços que nos auxiliam em novas perspectivas de abordagens, bem como reforçam a compreensão das análises dos ‘becos sem saída’, das ‘causas perdidas’. Assim, *“não podemos jogar com diversas categorias alternativas de exposição, derivadas de teorias antropológicas incompatíveis”*³⁶. Mas, antes, posicionar de um lado ou de outro. No entanto, com uma teoria consistente, lembrando que *“categorias ou ‘modelos’ derivados de um contexto precisam ser testados, refinados e, talvez, redefinidos no curso da investigação histórica”*³⁷. Deve-se, portanto, trabalhar as fontes, esmiuçar as evidências, não pensando em termos de pureza dos documentos, da autenticidade das fontes históricas, de verdades objetivas. Mas, ao contrário, deixar que nossas perguntas revelem as formas surdas, o que está oculto nas relações entre os sujeitos e o meio, sem, no entanto, sermos apenas oportunistas, empiristas ou amadores.

Portanto, é a partir de uma rede de relações sociais que meu trabalho vai se configurando relevante para mim, bem como para meus pares. A atribuição de valor é dada por mim mesma na construção da minha pesquisa, a partir do diálogo com as evidências e com a problemática. Diante disso, é que ao longo desse caminhar tenho tropeçado em minhas certezas prévias. Afinal, era como se os eventos pudessem ser verdades objetivas, enquanto que, na verdade, a realidade é dinâmica e a história é um processo, o que pressupõe que a história se encontra em movimento constante. O que era cristalizado em minha mente, caiu por terra, pois como bem nos lembra Portelli *“tanto o conceito de ‘evento’ quanto o de ‘duração’ parecem ser mais uma questão de como olhamos (e narramos) a história do que algo inscrito numa realidade ‘objetiva’”*³⁸.

³⁴ CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1994, p. 24-25.

³⁵ Termo utilizado por THOMPSON E. P., op. cit., 1981.

³⁶ THOMPSON, E. P., Folclore, Antropologia e História Social. In: **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**, São Paulo: Unicamp. 2001. p. 228.

³⁷ Idem, Ibidem, p. 229.

³⁸ PORTELLI, Alessandro. op. cit. 2004, p. 309-310.

Na escolha do modo como encaramos nossa pesquisa, perpassam a fusão de discursos e estilos de narrativas, o que não é obtido apenas com a utilização das fontes ou teorias que utilizamos, mas ao longo da estruturação da escrita do nosso trabalho. Mesmo porque, como bem lembrou Fontana, “*nem os métodos nem a teoria são o objetivo final do nosso trabalho, são apenas ferramentas para tratar de entender melhor o mundo em que vivemos*”³⁹. Nesse sentido, a forma como procedemos em meio às diversas possibilidades de análise e escrita da história, bem como com relação aos nossos métodos de análise, utilizados durante o processo investigativo, deve ser compreendida não como um caminho de mão única ou como fator que deve ser adaptativo às nossas questões acerca do objeto. Ao contrário, no processo de investigação do objeto de pesquisa, nossos questionamentos devem preceder a utilização de métodos, teorias ou conceitos pré-definidos, os quais, diferentemente disso, necessitam ser tomados como suporte à pesquisa e não como o objetivo final do nosso trabalho, como esclareceu Fontana. Dessa forma:

*Que nossa história seja autêntica, lógica, confiável e documentada como deveria ser um livro de história. Mas que contenha também a história dialógica da sua formação e experiência daqueles que a fazem. Que demonstre como os próprios historiadores crescem, mudam e tropeçam através da pesquisa e no encontro com os sujeitos. Falar sobre o ‘outro’ como sujeito está longe de ser suficiente, se não nos enxergarmos entre outros e se não colocarmos o tempo em nós e nós mesmos no tempo*⁴⁰.

Portanto, o historiador deve se colocar, se posicionar em seu trabalho, pois o papel do historiador não é mudar o passado, mas compreender o processo no qual os embates e conflitos ocorrem no social, vislumbrando, assim, outros questionamentos e novas problematizações acerca do objeto de estudo. Contudo, caso não consiga obter resultados coerentes acerca de sua problemática de estudo e depois de ter buscado todos os meios possíveis, é dever do historiador confessar seus limites na condição de pesquisador. Na opinião de Marc Bloch:

é sempre desagradável dizer ‘não sei’, ‘não posso saber’. Cumpre dizê-lo só depois de termos energicamente, desesperadamente, procurado. Mas há momentos em que

³⁹ FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Bauru-SP: EDUSC, 1998. p. 277.

⁴⁰ PORTELLI, Alessandro. op. cit. 2004, p. 313.

*o mais imperioso dever do sábio é, depois de ter tentado tudo, resignar-se à ignorância e confessá-lo honestamente*⁴¹.

Em geral, a presente pesquisa busca contribuir para a compreensão acerca das discussões sobre o tema da reforma agrária no Brasil e, nesse intento, diferentes fontes e documentos foram utilizados, no intuito de colocar em disputa outras memórias, idéias e ações sociais coletivas, inerentes aos conflitos sociais ocorridos nos processos de luta pela terra no país.

Nesse contexto, em que as linguagens constituem memórias, qual processo histórico possibilitou a manutenção da estrutura fundiária brasileira? Seria fruto da falta de uma legislação condizente com a realidade brasileira? Para refletirmos sobre estas e outras questões se torna pertinente retrocedermos na história, buscando compreender o processo histórico que culminou na perpetuação das relações de poder, bem como na extrema concentração fundiária existente no Brasil, o que, conseqüentemente desembocou na extrema desigualdade social que há em nosso país. Segundo GRZYBOWSKI: “*o arranjo institucional, com soluções forjadas ao longo da história visando à reprodução do domínio estatal de forças comprometidas com a acelerada expansão capitalista, favorece sobremaneira as velhas forças dominantes agrárias e penaliza a democratização no Brasil*”⁴².

Tendo em vista todas as nuances presentes no decorrer da pesquisa, fomentadas por meio de diálogo com a documentação e a bibliografia referente à problemática de estudo, a proposta de estrutura da dissertação foi pensada do seguinte modo. **No primeiro capítulo, IMPASSES NA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: A LUTA PELA TERRA E AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS**, busquei problematizar a concentração fundiária brasileira, os conflitos que envolvem a questão da terra, bem como as diferentes interpretações e propostas acerca da questão agrária no Brasil, analisando seus diversos aspectos, em especial, as medidas governamentais implementadas desde os anos de 1960, com o intuito de compreender o processo histórico que culminou na extrema concentração fundiária existente no país e como, na efervescência dos debates, as várias propostas foram

⁴¹ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 4 ed. Lisboa: Europa-América, 1965. p. 56.

⁴² GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos Populares Rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE, João Pedro. A questão agrária hoje. Porto Alegre, Ed. da Universidade /UFRGS, 1994.

sendo modificadas no social. Isso se faz necessário em virtude de que a luta política e social, em função da obtenção de um pedaço de terra, travada pelos trabalhadores da fazenda Rio das Pedras, faz parte de uma luta mais ampla e complexa, gestada no início do período colonial brasileiro, e que culminou, sobretudo no advento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, em um Movimento⁴³ de âmbito nacional que congrega os trabalhadores em busca do acesso à terra. Ademais, tais reflexões auxiliam na compreensão do modo como a terra foi, ao longo dos anos, dividida e, ao mesmo tempo, a maneira como as terras foram passando do domínio público para as mãos de uma reduzida minoria da sociedade.

No segundo capítulo, *OS MÚLTIPLOS OLHARES ACERCA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: LUTAS, TÁTICAS E RESISTÊNCIAS NO SOCIAL*, foco minhas análises na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, problematizando a concentração de terra nessas regiões e, mais especificamente, abordo os anos de 1990, em função, sobretudo, de que a ocupação da Fazenda Rio das Pedras ocorreu nesta década. Inicialmente, problematizo os embates travados no social, principalmente entre os trabalhadores sem-terra e os ruralistas, buscando compreender como emergem os conflitos e a luta pela terra. Para tanto, interpreto, em diversos espaços sociais, as táticas e resistências dos trabalhadores sem-terra e as reações, em especial, dos latifundiários da região. Ainda no segundo capítulo, foco a atenção na formação do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTL, bem como na sua atuação no processo de ocupação da Fazenda Rio das Pedras, em Uberlândia, com o objetivo de compreender o Movimento e como se deu a luta dos trabalhadores no plano interno e externo, durante o período em que estiveram acampados.

No terceiro capítulo, *OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: A ESTRUTURAÇÃO DO ASSENTAMENTO RIO DAS PEDRAS E A DISCUSSÃO ACERCA DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL*, o foco de análise perpassa a conquista dos assentamentos rurais na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, bem como o momento após a conquista da Fazenda Rio das Pedras pelos trabalhadores. Nesse estudo, busco problematizar a realidade do assentamento Rio das

⁴³ Neste trabalho, a palavra Movimento escrita com maiúscula refere-se aos movimentos organizados de trabalhadores em luta por terra no país.

Pedras, a população e a organização social, serviços de apoio à produção, sistemas produtivos, beneficiamento, comercialização e abastecimento, infra-estrutura, serviços sociais básicos e políticas públicas no assentamento, bem como o cotidiano dos trabalhadores. Ainda, neste capítulo, retomo a discussão da reforma agrária, pensando sua necessidade, viabilidade e a forma como está sendo conduzida no país.

PRIMEIRO CAPÍTULO

IMPASSES NA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: a luta pela terra e as políticas governamentais

Concentração fundiária e conflitos pela terra

Ao longo dos anos, a estrutura fundiária brasileira, herdada desde o período colonial, praticamente não foi alterada, prevalecendo, assim, seu traço concentrador. De acordo com os dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, em 1940, os 1,5% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com mais de 1.000 ha, ou seja, 27.812 unidades, ocupavam uma área de 95,5 milhões de hectares, ou 48% do total de terras, portanto, quase a metade. Enquanto isso, 86% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100 ha, ou seja, 1.630.000 unidades, ocupavam uma área de apenas 35,9 milhões de hectares, menos de 19% das terras⁴⁴.

Observe as tabelas a seguir:

TABELA 01 - GRUPO DE ÁREA TOTAL (ha)/CENSO AGROPECUÁRIO - 1985

Propriedades rurais	N.º de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10 ha	3.064.822	53*	9.986.636	3
De 10 a menos de 100 ha	2.159.890	37	69.565.160	18
De 100 a menos de 500 ha	457.762	8	90.474.373	24
De 500 a menos de 1000 ha	59.669	1	40.958.296	11
De mais de 1000 ha	50.411	1	163.940.461	44
Total	5.792.554		374.924.926	

*Percentuais arredondados

Fonte: Censo Agropecuário de 1985, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

In: MORISSAWA, M. 2001, p. 116.

TABELA 02 - GRUPO DE ÁREA TOTAL (ha)/CENSO AGROPECUÁRIO 1995-1996

⁴⁴ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1994. p. 57.

Propriedades Rurais	N.º de estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 10 ha	2.402.374	50	7.882.194	2
De 10 a menos de 100 ha	1.916.487	40	62.693.586	18
De 100 a menos de 500 ha	411.557	8	83.355.220	24
De 500 a menos de 1000 ha	58.407	1	40.186.297	11
De mais de 1000 ha	49.358	1	159.493.949	45
Total	4.838.183		353.611.246	

Fonte: Censo Agropecuário de 1995-1996, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
In: MORISSAWA, M. 2001, p. 116.

Como se constata, no ano de 1985, verificou-se que menos de 1% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas, com área superior a 1.000 ha, ou seja, 50.411 unidades, ocupava uma área de 163,9 milhões de hectares ou 44% do total das terras. Na outra ponta, mais de 90% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas, com menos de 100 ha, ou seja, 5.224.712 unidades, ocupavam uma área de apenas 79,5 milhões de hectares, ou 21% do total das terras⁴⁵. Assim, a concentração fundiária aumentou consideravelmente de 1940 a 1985. Conforme L Oliveira:

Portanto, o Brasil conheceu nos últimos 45 anos foi um aumento violento da concentração fundiária, e isso pode ser melhor observado se tomarmos apenas as duas classes extremas da distribuição das terras, por exemplo, em 1985 (...) menos de 2.174 estabelecimentos agrícolas com mais de 10.000 ha (menos de 0,04% do total, uma minoria ínfima) ocupavam 56,3 milhões de hectares (15%), enquanto uma maioria de 3.085.779 estabelecimentos agrícolas com menos de 10 ha ocupavam pouco mais de 10 milhões de hectares, apenas, portanto, 2,6% do total das terras⁴⁶.

Segundo Prado Júnior, ainda na década de 1960, por força da concentração da propriedade fundiária, que caracteriza a economia agrária brasileira, e de outros fatores econômicos, políticos e sociais que, direta ou indiretamente, derivam de tal concentração, a

⁴⁵ Idem, Ibidem, p. 57.

⁴⁶ Idem, Ibidem, p. 57.

utilização da terra no Brasil se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma minoria da população⁴⁷.

Segundo informações do Censo citado, o total de área ocupada por imóveis rurais no Brasil, em 1995-1996, era de 353 milhões de hectares e estava dividida em 4,8 milhões de propriedades. Desses 4,8 milhões, 2,4 milhões tinham menos de 10 hectares, representavam 49% do total e ocupavam 2,2% da área. As propriedades com mais de 1 mil hectares eram 49 mil, representavam 1% do total e ocupavam 45% da área. O contraste entre as menores e as maiores propriedades é assombroso. Comparando os dados do censo de 1985 e os de 1995-96, percebe-se, então, que, em 1985, as propriedades com menos de 10 ha representavam 52,9% do total e ocupavam 2,6% da área de imóveis rurais. As de mais de 1000 ha representavam 0,9% do total e ocupavam 43,7% da área de imóveis rurais. Agora, comparando com os dados de 1995-96, vamos ver que a disparidade aumentou em 10 anos. Essa queda no número de propriedades com menos de 10 ha pode ser explicada pela absorção que elas sofreram pelas maiores. Os números indicam que existe no Brasil uma tendência a uma concentração fundiária cada vez maior. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Brasil é o segundo colocado, no mundo, em concentração de terra, ficando atrás somente do Paraguai⁴⁸.

Nessa conjuntura, o latifúndio há muito tem sido um dos pilares da sociedade brasileira, de modo que sua obtenção possibilita aos latifundiários a conquista da hegemonia em diversos setores da sociedade. Além do mais, nos vários conflitos rurais ocorridos na última década no Brasil, os latifundiários têm buscado, através de discursos e práticas, manter seus interesses, muitas vezes, manipulando de forma sistemática as várias instâncias no país, tais como o legislativo e o judiciário.

Em contrapartida, os trabalhadores sentem no cotidiano as privações nos seus modos de vida: no trabalho, na saúde, na educação, na alimentação, no lazer e outros, em função da má distribuição da terra e de riqueza em geral no Brasil, uma vez que os trabalhadores ficam mais susceptíveis aos corolários das constantes crises econômica e

⁴⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 15.

⁴⁸ MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 115.

financeira que corriqueiramente o país enfrenta, o que leva necessariamente à alta no custo de vida.

Apesar do sentido do termo latifundiário ter tomado diferentes conotações ao longo do tempo, pode-se dizer atualmente que muitos grandes latifundiários utilizam a terra, sobretudo, como reserva de valor, ou seja, existem “*grandes proprietários que preferem imobilizar grandes áreas e esperar que se valorizem por efeito de investimentos públicos e privados de terceiros, do que desenvolver atividades produtivas*”⁴⁹. Segundo Romeiro, a utilização da terra como reserva de valor sempre foi, historicamente, no campo, uma das características mais marcantes no Brasil, em função de que o capital investido na compra de terra será valorizado independentemente da sua utilização, ou seja, mesmo se a terra estiver ociosa ela será valorizada⁵⁰.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o território nacional brasileiro possui uma área total de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de superfície, os quais representam 850 milhões de hectares, dos quais 371 milhões de hectares são classificados em potencialidade agrícola boa, boa a regular, regular a boa e regular⁵¹, totalizando, portanto, 43,7% da área nacional. Apesar da extensa área brasileira disponível para a agricultura, somente 52 milhões de hectares de terra no território nacional brasileiro são efetivamente cultivados, incluindo lavoura temporária e permanente.

Apesar da concentração de terra no Brasil ser um entrave na vida de milhares de pequenos trabalhadores rurais, existem ainda outros impasses ao desenvolvimento social do país, a começar pelo problema da carência, tanto no campo, como na cidade, em grande parte, fruto das características do atual modelo econômico brasileiro. Todavia, os problemas relacionados ao campo, direta ou indiretamente, refletiram efeitos na cidade, a começar pela própria decorrência da migração dos trabalhadores rurais para as cidades. Para se ter uma idéia, no final da década de 1970 e meados da década de 1980, ocorreu um dos maiores fenômenos migratórios no período militar, quando cerca de 16 milhões de pessoas transitaram pelo Brasil, por não terem conseguido se manter no campo, devido às

⁴⁹ DOWBOR, Ladislau. Reforma agrária. *SEM TERRA: JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS* – Ano XIV, n. 144. mar./1995. Disponível em: <http://www.cptnac.com.br>. Acesso: 05/04/2004.

⁵⁰ ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma Agrária e Distribuição de Renda. In: STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1994. p. 122.

⁵¹ Dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abril de 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 junho 2005.

condições precárias a que estavam submetidas⁵². Conforme Silva, esse deslocamento de pessoas do campo para as cidades fez com que o Brasil passasse por um:

*processo de favelização, de “lumpenização” , de “trombadização”, de prostituição do trabalhador rural. O trabalhador sai do campo e como trabalhador rural vem ser bóia-fria favelado; ou vai ser trombadinha, prostituta, etc. Essa é a ambição fundamental da reforma agrária brasileira: dar ao trabalhador rural condição de ser gente, de ser cidadão brasileiro*⁵³.

Diante disso, nota-se que a falta de uma política agrária no campo, voltada para os trabalhadores rurais, faz com que a população urbana, principalmente nos médios e grandes centros urbanos, conviva com um imenso número de favelas, com a marginalização desenfreada e em condições degradantes e subumanas, fruto de vários fatores econômicos, sociais e políticos, sobretudo, da falta de vontade política de uma minoria privilegiada, haja vista que fazemos parte de uma economia enraizada na concentração de terras.

A concentração fundiária no Brasil não ocorre de forma homogênea em todo o território nacional, pois há regiões onde se pode percebê-la mais acentuada. No ano de 1992, de acordo com os dados do INCRA, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país apresentavam o maior índice de estabelecimentos com mais de 10 mil hectares⁵⁴. Ademais, o que se verifica é que os grandes latifundiários, ao longo dos anos, vêm conquistando mais terras, ou seja, enquanto se diminui o número das pequenas propriedades rurais, aumenta bruscamente o tamanho de alguns estabelecimentos. Por exemplo, no ano de 1985, existiam 2.174 estabelecimentos com mais de 10 mil hectares, já no ano de 1992, este número foi reduzido para 1.547 estabelecimentos. Portanto, houve um decréscimo na quantidade de estabelecimentos com mais de 10 mil hectares. Mas, nesse mesmo período, ocorreu um acréscimo no tamanho de algumas propriedades rurais, passando de 56 para 65 milhões de hectares a área total dessas propriedades⁵⁵.

⁵² CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no campo: O Latifúndio e a Reforma Agrária**. 6 ed. São Paulo: Moderna, 1998. p. 40.

⁵³ SILVA, José Graziano da. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.37.

⁵⁴ Dados publicados pelo Jornal Folha de S. Paulo, de 11/10/1995, os quais, neste trabalho, foram retirados da seguinte obra: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997. p. 22.

⁵⁵ Idem, Ibidem, p. 22.

Portanto, alguns grandes proprietários têm comprado outras proporções de terras, aumentando ainda mais o tamanho de suas propriedades rurais. E, na maioria das vezes, tais propriedades são transformadas em grandes empresas rurais mecanizadas e articuladas com outras empresas de diversos ramos da sociedade, a partir de sistemas fechados de financiamento, abastecimento, processamento e comercialização da produção. Outro aspecto relevante diz respeito à proporção da utilização das terras brasileiras, uma vez que *“os pequenos agricultores lavram 65% dos seus estabelecimentos, os de 10 a 100 ha lavram 28%, os de 100 a 1.000 ha lavram 13%, os de mais de 1.000 ha lavram 6,7%, e os com mais de 10 mil hectares lavram apenas 2,31% dos seus estabelecimentos”*⁵⁶.

Tendo em vista a proporcionalidade do tamanho da propriedade rural pela sua utilização, os pequenos produtores, apesar de enfrentarem muitas dificuldades no cotidiano para melhorar a produção e aumentar a produtividade, são os que mais utilizam a terra no ramo da agricultura. Além do mais, nos estabelecimentos rurais *“acima de 1000 hectares praticamente desaparecem as atividades agrícolas, e os fazendeiros geralmente se dedicam à pecuária extensiva, ao extrativismo ou simplesmente deixam as terras na ociosidade”*⁵⁷. Assim, quanto maior a propriedade, menor é o índice de aproveitamento da mesma, gerando, assim, uma ampla gama de terra mal aproveitada ou ociosa no país. Observe a tabela abaixo:

TABELA 03 – OCIOSIDADE DAS TERRAS NO BRASIL - 1988

Regiões (% sobre o total)	Nível de ociosidade (% sobre o total)	Incidência dos latifúndios na área ociosa (%)	Área total ociosa (em há)
Norte	65,8	88,4	7.425.806
Nordeste	54,4	85,9	28.883.864
Sudeste	21,1	84,0	10.445.506
Sul	15,2	74,1	4.403.184
Centro-Oeste	42,6	95,5	30.659.654
Brasil	42,6	88,7	81.818.014

Obs.: Áreas ociosas referem-se àquelas sem nenhuma utilização.

Fonte: Mirad, 1988 (Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – 1985).

In: STÉDILE, 1997, p. 27.

⁵⁶ DOWBOR, Ladislau. Reforma Agrária. **SEM-TERRA: JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS** – Ano XIV, n. 144, março 1995. Ladislau Dowbor é doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Varsóvia, professor titular da PUC-SP.

⁵⁷ STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1997. p. 25.

Os dados apresentados revelam que, no ano de 1988, havia no Brasil cerca de 81 milhões de hectares totalmente ociosos, o que corresponde a aproximadamente 42% do total das terras aproveitáveis no país. Ademais, 88,7% destas áreas ociosas se encontram em latifúndios. Todavia, pode-se dizer que o alto grau de ociosidade das terras brasileiras está relacionado, em parte, aos fins especulativos a que estão subordinadas. A aquisição de terras por motivos não diretamente ligados à sua função produtiva, mas sim como reserva de valor, é uma herança histórica e cultural, transformando grandes extensões de propriedades privadas, de muitos agentes financeiros, vários deles internacionais, em patrimônios que não têm o menor vínculo com a produção agropecuária. Assim, já não bastasse a má utilização da terra, a ociosidade também se torna um grave problema a ser superado. Até mesmo as regiões Sul e Sudeste do país, que utilizam técnicas agrícolas mais avançadas em relação às demais regiões brasileiras, apresentam índices relativamente altos de ociosidade, 15,2% e 21,1% respectivamente, ou seja, tais regiões também possuem grandes extensões de terras inaproveitadas. No outro extremo, a região Norte do país é a campeã em terras ociosas, com 65,8%⁵⁸ de suas terras sem nenhuma utilização.

A má utilização da terra se concentra principalmente nos grandes latifúndios brasileiros, os quais foram mantidos ao longo dos anos e continuam se perpetuando no século XXI. Essas discrepâncias, no modo como a terra foi repartida, inviabilizam o acesso à terra para a maioria dos trabalhadores que desejam trabalhá-la, os quais, entretanto, sem outras alternativas viáveis, optam por trabalhar em outras funções ou trabalham em terras alheias, muitos, com baixos salários, pois a oferta de mão-de-obra se apresenta bem maior do que a procura, forçando uma redução salarial. É relevante ressaltar também que os grandes latifundiários, que juntos controlam quase 50% das terras agricultáveis do país, não constituem um grupo homogêneo, nem conquistaram a terra pela mesma via. De acordo com Stédile, em relação à forma de obtenção dos latifúndios, é possível agrupá-los em três categorias principais e distintas: as oligarquias rurais, os grupos econômicos de origem financeira, comercial e industrial e as empresas multinacionais.

As famílias tradicionais, ou seja, as denominadas oligarquias rurais apoderaram-se de grandes extensões de terras públicas desde 1850 com a criação da Lei de Terras⁵⁹. No

⁵⁸ Idem, Ibidem, p. 27.

⁵⁹ Lei de Terras Nº 601, de 18 de setembro de 1850, promulgada pelo imperador D. Pedro II. Essa Lei “representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras, foi a transformação das terras em

início, essas famílias exploravam a mão de obra escrava, posteriormente, passaram a explorar os colonos, os meeiros e os pequenos agricultores. Esse procedimento de “entrega” das terras públicas a famílias tradicionais, como, por exemplo, a políticos e a grandes empresas pode nos parecer bastante remoto. No entanto, segundo Stédile, esse processo se fez presente em alguns Estados do Norte e Nordeste, no período da ditadura militar no Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso. No Maranhão, durante o governo estadual de José Sarney (1968-1972) e na Amazônia através de doações de grandes extensões de terras a grandes empresas, viabilizados através dos projetos da Sudam⁶⁰.

A categoria de latifundiários referente aos grupos econômicos, de origem comercial, financeira e industrial, através de estratégia política, visualizou, na obtenção do latifúndio brasileiro, uma forma de investimento rentável. E assim aplicaram em terras, sobretudo, como reserva de valor, pois “*no período da ditadura militar havia uma lei que permitia a aplicação de até 50% de todo o imposto de renda devido pelas empresas em projetos agropecuários no Norte e Nordeste do país*”⁶¹. Com tal subvenção por parte do Estado, os grupos econômicos aproveitaram tal brecha na legislação brasileira para aplicarem seus

mercadorias. A partir de 1850, as terras podiam ser compradas e vendidas. Até então, eram apenas objeto de concessão de uso – hereditária – por parte da coroa àqueles capitalistas com recursos para implantar, nas fazendas, monoculturas voltadas à exportação”. Pode, ainda, verificar que essa lei normatizou “o domínio do capital sobre esse bem da natureza, como impedia os pobres, os futuros ex-trabalhadores escravizados que saíam da escravidão, de se transformarem em camponeses, ou seja, em pequenos proprietários de terra. (...) As terras públicas poderiam ser privatizadas desde que o comprador tivesse dinheiro que pagasse à coroa. A partir de 1850, foram promulgadas diversas leis que foram sendo conquistadas e que encaminhavam para abolição do trabalho escravo. Nesse mesmo ano, a Inglaterra, impôs a proibição do tráfico de trabalhadores escravizados da África para os demais continentes. Depois, vieram as leis brasileiras do ventre livre, do ancião liberto etc., ao mesmo tempo em que aumentava a pressão social nas cidades para que se desse fim à ignomínia da escravidão. E, nas plantações, o número de trabalhadores escravizados fugidos crescia a cada dia. O fim da escravidão era inevitável. Foi sendo conquistado pelos próprios trabalhadores escravizados, que fugiam e organizavam seus quilombos ou migravam para regiões inacessíveis à parte “nobre” da sociedade, que vivia nas cidades. Porém, quando a escravidão acabou legalmente, em 1888, permaneceu a condicionante econômica que impedia os ex-trabalhadores escravos de terem acesso à terra, pois não possuíam recursos – dinheiro – para pagar à coroa. Assim, os trabalhadores libertos do pelourinho não tiveram o direito de acesso à terra e migraram para as cidades portuárias. A Lei de Terras de 1850 entregou as terras como propriedade privada apenas para os fazendeiros, para os capitalistas. Nascia, assim, o latifúndio excludente e injusto socialmente. E os trabalhadores negros, impedidos de se transformarem em camponeses, foram para as cidades. Nascia também a favela, pois, mesmo nas cidades, esses trabalhadores não dispunham de condições para comprar seus terrenos, normatizados pela mesma lei. Subiram morros, ocuparam manguezais e locais de difícil acesso, e construíram suas moradias, únicos espaços dos quais a sanha do capital não havia se apropriado”. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 283-285.

⁶⁰ STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1997. p. 23-24.

⁶¹ Idem, Ibidem, p. 24.

recursos na compra de terras, evitando, assim, o pagamento do imposto de renda. No ano de 1987, tais grupos controlavam 22 milhões de hectares⁶².

Já o terceiro grupo de grandes latifundiários diz respeito às empresas multinacionais ou pessoas físicas estrangeiras, que também investiram em terras no Brasil. Estima-se que haja em torno de 36 milhões de hectares nas mãos desses grupos, uma área maior do que o estado de São Paulo⁶³. Essa enorme quantidade de terras nas mãos de empresas internacionais se deve, sobretudo, aos incentivos governamentais. Em relação a isso, Stédile salienta:

*O entreguismo de nossas terras chegou a tal ponto que, durante o regime militar, o governo brasileiro organizou um seminário na Europa para orientar os investidores a adquirir terras e, inclusive, burlar a lei. A legislação proibia que um único proprietário possuísse mais de 25% das terras de um município. Na época, os jornais noticiaram que nosso ministro da Agricultura recomendou aos empresários estrangeiros que comprassem terras que se encontravam no limite dos municípios. Assim, somando os 25% de cada município, poderiam ampliar significativamente sua propriedade!*⁶⁴

Diante disso, os interesses econômicos e políticos, bem como a especulação imobiliária em relação às terras brasileiras, se sobressaem aos interesses da sociedade como um todo e alcançam grandes proporções no cenário nacional. Conforme as circunstâncias que ocorrem as negociações nas compras de terras, alguns políticos, empresários e outros, direta ou indiretamente, se beneficiam dos investimentos realizados pelos estrangeiros no Brasil. Além do mais, existem também artistas, políticos, empresários e outros, nos diversos ramos da sociedade civil, que investem seu capital na compra de terras, apesar desta não ser sua principal fonte de renda. No entanto, vêem na obtenção da terra uma forma de projeção social e prestígio na sociedade.

Geralmente, os proprietários que possuem muita terra, e não dependem dela como meio de sobrevivência, não se preocupam em fazê-la produzir. E, na maioria das vezes, parte considerável dos latifúndios brasileiros é improdutiva ou não há produção de alimentos para o consumo interno, uma vez que a política agrícola mantida no país prioriza

⁶² Idem, Ibidem, p. 24.

⁶³ Idem, Ibidem, p. 24.

⁶⁴ Idem, Ibidem, p. 24.

as culturas de exportação, sobretudo da soja e da cana-de-açúcar, utilizadas principalmente na produção de álcool combustível, o que ocorreu, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1980, enquanto o cultivo da soja chegou a ocupar, em 1980, 47% da área de lavoura do Rio Grande do Sul. Em termos de Brasil, a área de cultura da soja era de 170 mil hectares, em 1960, chegando a atingir 10 milhões de hectares em 1985. Essa expansão está ligada aos interesses das transnacionais e das empresas agroindustriais, como a Cargill, a Anderson Clayton, a Fecotrig e a Cotrijuí, por exemplo⁶⁵. Assim, segundo dados cadastrais do INCRA, dentre os grupos econômicos, o financeiro é o que possui os maiores latifúndios. Vejamos a tabela a seguir:

TABELA 04 – LATIFÚNDIOS BRASILEIROS POR GRUPOS ECONÔMICOS - 1991

46 maiores latifúndios por grupos econômicos				
Grupos	Terras em hectares	Áreas utilizadas/ha	Áreas utilizadas/%	Número de assalariados
Financeiros	22.133.342	3.799.248	17,16	63.552
Industriais	10.991.211	1.991.396	18,12	44.075
Agropecuários	6.277.169	905.297	14,42	4.887
Total	39.401.722	6.695.941	16,99	112.514

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – 1991.

In: CHIAVENATO, 1996, p. 41.

Observa-se nessa tabela que o grupo agropecuário, teoricamente mais direcionado à agricultura do que os grupos financeiro e industrial, contudo, é o que menos utiliza a terra na lavoura, ficando abaixo da média. Esses grandes grupos empregam 112.514 trabalhadores para cuidar de 39.401.722 hectares, isso significa que um único trabalhador rural cuida de 350,2 hectares, por outro lado, o grupo agropecuário é recordista, uma vez que utiliza um homem para cada 1.284,4 hectares. Além do mais, o maior latifundiário do Brasil é um grupo estrangeiro, Manasa/Cifec, que possui 4.160.658 hectares, dos quais utiliza apenas 51.222 (1,23% das terras) e emprega 657 trabalhadores rurais. Isso significa

⁶⁵ MORISSAWA, M. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p.118.

que cada trabalhador cuida de 6.333 hectares⁶⁶. Nesse contexto, conclui-se que o Brasil possui uma enorme concentração de terras nas mãos de poucos proprietários rurais, pois “chegamos ao absurdo de 1,9% dos proprietários de terra possuírem 54,64% das terras agricultáveis, como atestam o IBGE e o INCRA”⁶⁷. Observe a tabela a seguir:

TABELA 05 – DISTRIBUIÇÃO DE PROPRIETÁRIOS RURAIS NO BRASIL - 1985

Em hectares	Propriedades	Porcentagem	Hectares	Porcentagem
0 a 1	637.311	10,98	364.431	0,097
1 a 2	617.003	10,63	833.498	0,22
2 a 5	1.043.185	17,98	3.347.286	0,89
5 a 10	767.323	13,23	5.441.421	1,433
10 a 20	816.029	14,06	11.309.865	3,02
20 a 50	907.481	15,649	28.115.016	7,50
50 a 100	437.830	7,69	30.140.278	8,04
100 a 200	283.004	4,87	37.402.696	9,98
200 a 500	174.758	3,01	53.071.677	14,18
500 a 1.000	59.669	1,03	40.958.293	10,92
1 mil a 2 mil	29.060	0,50	39.642.491	10,57
2 mil a 5 mil	15.688	0,27	46.023.655	12,28
5 mil a 10 mil	3.538	0,06	23.959.751	6,40
10 mil a 100 mil	2.066	0,04	42.241.725	11,27
+ de 100 mil	59	0,001	12.072.839	3,22
Total	5.801.809		374.924.929	

Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – 1991.

In: CHIAVENATO, 1996, p. 38.

Diante desse quadro, de extrema concentração fundiária no país, os trabalhadores sem-terra ou com pouca terra lutam nos diversos movimentos sociais e se mobilizam em favor de uma justa distribuição de terras. Entretanto, a oposição de interesses econômicos, políticos e culturais dos latifundiários e dos trabalhadores leva necessariamente ao aumento das tensões sociais, principalmente no meio rural, bem como ao acréscimo substancial no

⁶⁶ Segundo o INCRA, para cuidar de 6.333 hectares seriam necessários no mínimo 844 trabalhadores. Como se sabe, o INCRA considera que uma família é apta para “tocar” 15 hectares. In: CHIAVENATO, Júlio José. **Violência no Campo: O latifúndio e a Reforma Agrária**. 6 ed. São Paulo: Moderna, 1998. p. 41.

⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 6.

número de mortes advindas de confrontos diretos no campo. Em relação aos conflitos sociais, os dados da tabela abaixo mostram a magnitude do problema da violência rural.

TABELA 06 – DADOS SOBRE OS CONFLITOS NO CAMPO NO BRASIL – 1991-2002

	1991	1993	1995	1997	1999	2001	2002
Conflitos de terra							
Número	383	361	440	658	870	681	743
Assassinatos	49	42	39	29	27	29	43
Pessoas envolvidas	242.196	252.236	318.458	477.105	536.220	419.165	425.780
Hectares em conflito	7.037.722	3.221.252	3.250.731	3.034.706	3.683.020	2.214.930	3.066.436
Trabalho escravo							
Número	27	29	21	17	16	45	147
Assassinatos							
Pessoas envolvidas	4883	19.940	26.047	872	1.099	2.416	5.559
Conflitos trabalhistas							
Número				49	28	25	22
Assassinatos				1			
Pessoas envolvidas				24.788	4.133	5.087	5.586
Outros							
Número	43	155	93	12	69	129	14
Assassinatos	5	10	2				
Pessoas envolvidas	307.123	118.952	36.581	3.288	164.909	106.104	14.352
Total							
Número	453	545	554	736	983	880	925
Assassinatos	54	52	41	30	27	29	43
Pessoas envolvidas	554.202	391.128	381.086	506.053	706.361	532.772	451.277
Hectares em conflito	7.037.722	3.221.252	3.250.731	3.034.706	3.683.020	2.214.930	3.066.436

Obs.: 1 – O número de conflitos é a soma das ocorrências de conflitos por terra, ocupações e acampamentos. 2 – Conflitos trabalhistas referem-se ao desrespeito à Legislação Trabalhista e casos de superexploração do trabalho. 3 – Outros: até 1996 estão incluídos os conflitos trabalhistas. Após 1996 registram-se conflitos em tempos de seca, conflitos pela água, sindicais e em áreas de garimpo. Fonte: Comissão Pastoral da Terra. In: CPT, 2003, p. 13

Esses dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT⁶⁸, vinculada à Igreja Católica, têm registrado sistematicamente, desde 1975, os conflitos sociais que comumente ocorrem no campo. Os números revelam, entre outros aspectos, os altos índices de conflitos desencadeados em prol da terra, bem como demonstram também a constante ocorrência de assassinatos de trabalhadores rurais. Ainda, de acordo com os dados estatísticos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e da CPT, num período de aproximadamente 20 anos, entre os anos de 1976 e 1996, ocorreram no Brasil mais de 1.000 mortes no campo. Entre os anos de 1991 a 1996 registrou-se a ocorrência de 326 mortes. Já entre os anos de 1996 a 2003 ocorreram no país 324 mortes em conflitos armados no campo, fruto de uma combinação da ação repressiva do Estado, com o braço armado do latifúndio⁶⁹. Há também a ocorrência de assassinatos de lideranças rurais ou de pessoas envolvidas com a questão da terra, como advogados, sindicalistas, religiosos e outros. Estes casos mantêm uma média invariável, todos os anos cerca de cinquenta lideranças camponesas pagam com a vida pelo sonho da distribuição da terra⁷⁰.

Dentre os vários exemplos de criminalidade no meio rural podemos citar:

O massacre de Corumbiara, em 1995 na Fazenda Santa Elina, em Rondônia, onde o despejo foi realizado por tropas da PM juntamente com pistoleiros, que inclusive utilizaram fardamento da polícia. Durante a gerência FHC ocorreu ainda o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. E a violência contra os camponeses pobres e pela manutenção do

⁶⁸ A Comissão Pastoral da Terra – CPT é uma entidade vinculada à Igreja Católica e representa um canal de expressão política dos movimentos sociais, sendo, portanto, um elo entre o Estado e o movimento dos trabalhadores sem-terra no Brasil, uma vez que auxilia sobremaneira nas questões políticas para o campo. Ela foi fundada no ano de 1975, nasceu num grande movimento da Igreja Católica em defesa dos direitos humanos, haja vista que eram esses os direitos violados sistematicamente no regime militar. Diante disso, “ela nasceu, sem dúvida do impulso evangélico de justiça em favor das vítimas mais desabrigadas e mais desamparadas do regime fundiário, na sua mais grave exacerbação desde a promulgação da Lei de Terras. Foi o momento da ocupação da Amazônia pelo grande capital, com base numa política territorial de cunho militar, amparada por uma ditadura. As vítimas que primeiro despontaram na agenda da CPT e ali permaneceram por longos anos foram os posseiros do Centro-Oeste e do Norte. Não por acaso, na prática da pastoral da terra, a luta pela terra foi antes e acima de tudo, por muito tempo, uma luta por justiça e por um modo de vida e não uma luta por um terreno. Posseiros eram despejados violentamente de terras que as ocupavam, não raro, há várias gerações. Milícias privadas e pistoleiros, muitas vezes secundados por tropas das polícias militares, atacavam, expulsavam e mesmo matavam impunemente. Os pobres da terra entravam na História através da crônica policial e de uma imprensa censurada. Sucumbiam ou se conformavam em silêncio, muitas vezes dando razão ao autor do ato violento”. In: MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: O Impossível Diálogo**. São Paulo: USP, 2000. p. 146-147.

⁶⁹ **Jornal Resistência Camponesa: Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste**. Violência do Latifúndio, maio de 2005.

⁷⁰ STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1997. p. 29.

latifúndio prosseguiu e agudizou na gerência Lula/FMI, com a chacina dos fiscais da Delegacia Regional do Trabalho, quando denunciaram o trabalho escravo em Unai, noroeste de Minas, dezembro de 2004; assassinato de camponeses e religiosos no Pará, fevereiro de 2005; e assassinatos e despejos violentos de camponeses de terras por todo o Brasil, como o ocorrido na Salitre e também em Rondônia, sob a tutela da Comissão Paz no Campo, com a participação direta do governo federal através da Ouvidoria Agrária Nacional⁷¹.

Estes casos dos últimos anos revelam a magnitude desse problema social que, tradicionalmente, se encontra vinculado à concentração fundiária, bem como a outros fatores: a necessidade de se manter um exército de reserva para suprir o mercado, evitando que haja uma escassez de mão-de-obra. Outro motivo que deve ser considerado em relação ao aumento dos confrontos pela terra é a impunidade dos envolvidos, de modo que:

De 1985 a 2003, a Comissão Pastoral da Terra tem o registro de 1.003 ocorrências de assassinatos no campo, com 1.349 vítimas. Só foram julgados até hoje 75 casos. Nestes julgamentos foram condenados 65 executores e absolvidos 44. Já com relação aos mandantes, apenas 15 foram condenados, e 6 absolvidos. A impunidade tem sido a marca registrada dos crimes cometidos contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Protegido pela trincheira da impunidade, o latifúndio continua a exercer livremente a violência⁷².

O índice de crimes cometidos no campo e que ficam impunes é altíssimo. Tal situação decorre, em certa medida, de relações que habitualmente são encobertas, em virtude dos laços paternalistas, que, desde o início da colonização brasileira, foram engendrados na sociedade, permanecendo até os dias atuais. Ainda em relação à impunidade, Chiavenato salienta que:

Os crimes, na maioria das vezes, são “ignorados”. As autoridades ocultam a violência, principalmente em regiões longínquas – Amazonas, Norte, Centro-Oeste -, e raras vezes abrem-se inquéritos. E quando há inquérito, é comum eles não chegarem a um resultado prático. Os pistoleiros raramente são presos. Se vão para a cadeia, fogem. Se não

⁷¹ **Jornal Resistência Camponesa: Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste.** Violência do Latifúndio, maio de 2005.

⁷² Dezoito anos de registro revelam a impunidade no campo. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2005.

*fogem, são absolvidos ou recebem penas simbólicas. Os latifundiários mandantes ficam impunes*⁷³.

Perante tal situação de impunidade dos responsáveis pelos crimes cometidos por parte dos pistoleiros e de seus mandantes, desencadeia-se no campo um processo crescente de mortes, onde os trabalhadores rurais convivem com a violência sem limites, cometida por pistoleiros e até mesmo por policiais, com o aval de uma parcela do judiciário, bem como com a omissão do governo em relação ao problema.

Assim, os interesses pessoais dos latifundiários é que prevalecem, pois boa parte dos proprietários rurais não deseja perder os privilégios conquistados com a obtenção do latifúndio e o poder que este lhes confere perante a sociedade civil. Por outro lado, há enormes contingentes populacionais, de trabalhadores sem-terra ou com pouca terra, que sonham em adquirir um pedaço de terra para sua subsistência, no entanto, não possuem seu “pedaço de chão” para fazer com que a terra produza. Diante disso, os trabalhadores se vêem em um campo minado, sem muitas alternativas, num misto de sonhos, medo, instabilidade e insegurança. Nesse sentido, comumente a questão da violência no campo tem nos impedido de visualizar outros aspectos também importantes dessa problemática, a qual envolve as relações de trabalho e de dominação no meio rural, uma vez que:

as relações de trabalho também são violentas. Quase meio século depois da Consolidação das Leis do Trabalho é que certos direitos começam a ser estendidos ao trabalhador rural e, mesmo assim, muito seletivamente: para cada meia dúzia de trabalhadores com direitos trabalhistas, há centenas sem quaisquer direitos. Ainda hoje há trabalho escravo no Brasil. Em algumas regiões do país compram-se e vendem-se escravos sem qualquer problema. A única diferença entre a escravidão de agora e a de que falam livros de História é a de que hoje os escravos não são apenas negros: há mestiços e loiros sendo traficados. (...) os que não caem nessa situação extrema transformam-se em bóias-frias, trabalhadores sazonais que já não conseguem viver de sua terra, como os do vale do Jequitinhonha, em Minas (uma das regiões mais pobres do Brasil), ou que vivem em extrema pobreza na periferia das cidades. Esses trabalhadores são obrigados a se deslocar até centenas de quilômetros para trabalhar durante meses no corte de cana dos canaviais de São Paulo ou nos cafezais do Paraná. Transportados nas piores condições, são freqüentemente vítimas de acidentes brutais: quando não morrem muitos ficam mutilados em grande número de casos. O número de mulheres e crianças nesses acidentes é alarmante, o que

⁷³ CHIAVENATO, Júlio José. op. cit., 1996, p. 16.

*mostra um tráfico de mão-de-obra inteiramente ilegal, mantido sob complacência do próprio governo, do Ministério do Trabalho e das polícias rodoviárias*⁷⁴.

Este quadro representa uma das engrenagens do sistema capitalista, dominado pelo capital financeiro monopolista internacional, entre outros fatores políticos, econômicos e sociais. Um de seus corolários é a manutenção do país num permanente redemoinho de crise econômica, aprofundando, assim, de forma assustadora, a crise social, com a fome, miséria, violência, exploração e morte para milhões de pessoas. Segundo Martins, o acréscimo no número de assassinatos no campo desde os anos de 1940 deu-se em virtude de que os trabalhadores rurais se recusaram a “*aceitar formas antigas de dominação pessoal, a chamada violência institucional representada pela falta de direitos políticos e sociais*”⁷⁵, e passaram a reconhecer a si mesmos como pessoas que possuem direitos, os quais devem ser garantidos e respeitados.

*Não é por acaso que nos canaviais do Nordeste a luta dos trabalhadores é por eles mesmos denominada “luta pelos direitos”. O trabalhador não mais deseja ser um escravo disfarçado. Para entender o que está acontecendo convém ter em conta que as grandes lutas camponesas tiveram início quase que imediatamente após a abolição da escravidão negra, em 1888. É que, no Brasil, a escravidão negra não foi substituída pela liberdade civil real dos trabalhadores rurais: durante décadas foram mantidas formas semi-servi de exploração da pessoa e do trabalho, como é o caso do agregado, do morador dos canaviais do Nordeste, do colono nas fazendas de café de São Paulo, o camarada sem contrato formal de trabalho. Pessoas, enfim, que viviam do favor dos fazendeiros, incluindo aí até mesmo pequenos proprietários freqüentemente sujeitos a favores políticos. Todos comendo no cocho do proprietário de terra, que se sentia e se sente, assim, com direitos de vida e de morte sobre esses seus dependentes*⁷⁶.

Nesse sentido, os trabalhadores negam as relações de mando e obediência, gestadas desde o início da colonização brasileira, em que prevalecia o modelo do trabalhador submisso aos ditames dos grandes latifundiários. Assim, por intermédio da reação e

⁷⁴ MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e os limites da democracia na nova república**. São Paulo: HUCITEC, 1986. p. 48.

⁷⁵ Idem, Ibidem, p. 47.

⁷⁶ Idem, Ibidem, p. 48.

resistência dos trabalhadores, se acentuou a violência no campo, a partir do final da década de 1970⁷⁷, em função, sobretudo da extrema concentração fundiária no Brasil.

Entretanto, a situação da estrutura fundiária no Brasil recebe fortes influências do Estado, mediante normas e leis específicas acerca da questão agrária. Tais influências da máquina estatal podem ser verificadas, tanto no Estatuto da Terra, promulgado em 1964, bem como em outras leis e/ou aparelhos de estado, como a polícia e a justiça, os quais têm, sistematicamente, garantido o direito de propriedade dos latifundiários e, ao mesmo tempo, reprimido violentamente o questionamento da legitimidade de tal direito, afinal, os trabalhadores, ao participarem dos diversos movimentos sociais em prol do acesso à terra, sem dúvida, questionam o direito de propriedade. A partir desse questionamento gera-se a relação conflituosa no social, exigindo uma intervenção direta dos órgãos do Estado. Todavia, este tem feito grandes esforços para manter os trabalhadores circunscritos ao espaço coberto pelas leis existentes e pelo atual direito de propriedade. Nesta perspectiva:

*O Estado tem procurado evitar a adoção de um novo direito de propriedade que represente uma restrição ou uma revogação dos direitos verdadeiramente absolutos dos proprietários de terra neste país. É nesse sentido que a luta pela terra põe também em questão esse pacto político, questiona sua legitimidade social e política. Nesse plano, ela põe em risco o regime e a atual estrutura do Estado, os compromissos e acordos que os sustentam*⁷⁸.

É com esse objetivo de manter o pacto político, a legitimidade, e mais especificamente impedir que haja uma ampla modificação no regime de propriedade da terra no Brasil, que o Estado tenta desmobilizar os movimentos sociais, e, em particular, o movimento dos trabalhadores sem-terra. Na correlação de forças, as entidades envolvidas na questão agrária, como alguns movimentos sociais, sindicatos e/ou comissões, entre eles o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTL e a Comissão Pastoral da Terra – CPT, resguardando suas especificidades e singularidades, muitas vezes foram alijadas em virtude

⁷⁷ Na realidade, os primeiros conflitos por terra no Brasil ocorreram ainda no final do século XIX, com os movimentos messiânicos e prosseguiram durante a primeira metade do século XX, com as ligas camponesas, transformando-se, após o final da década de 1970, nos movimentos sociais organizados de luta pela terra. Ver: MORISSAWA, M. op. cit., 2001. p. 70.

⁷⁸ MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 1984. p. 10.

de seu posicionamento perante a questão da reforma agrária, uma vez que exigem mudanças na estrutura fundiária do país.

Desse modo, os opositores da reforma agrária utilizam táticas políticas com o intuito de administrar os conflitos, as tensões sociais que permeiam todo o território nacional. Essa relação conflituosa, em certa medida, decorre da política econômica e fundiária mantida pelos governos ao longo dos anos, a qual estimula a entrada do grande capital monopolista, principalmente na agricultura e pecuária. Mas, “*o capital não promove apenas o aparecimento de um novo modo de produzir a riqueza; é também um novo modo de produzir a miséria. O capital não produz apenas os exploradores; produz também os explorados. Não produz apenas o farto, mas também o faminto*”⁷⁹. Nesse sentido, a concentração de terras no Brasil é um dos alicerces da exploração, desigualdade social e violência vivida pela maioria da população brasileira, bem como um dos fatores responsáveis pela extrema miséria de milhões de famílias de trabalhadores na cidade e no campo. Na cidade, uma das suas conseqüências é o inchaço dos grandes e médios centros urbanos, concomitantemente ao aumento significativo da marginalização desenfreada que se abate, principalmente, sobre a população menos favorecida. Entretanto, há discursos proferidos pelos conservadores, os quais se opõem à reforma agrária, alegando que a concentração fundiária não interfere nos rumos da sociedade. A esse respeito o Jornal Correio noticiou:

*Para os interesses da nação pouco importa que os terrenos estejam em uma só mão ou que divididos e subdivididos. O que se faz necessário é que sejam cultivados, que produzam para o abastecimento interno e para exportação, que dêem trabalho e conforto a todas as famílias, que socorram o erário com impostos e taxas, que estabeleçam enfim um sistema de vida em que haja para a coletividade de um tratamento consentâneo com a dignidade humana*⁸⁰.

Essa argumentação tenta dar credibilidade ao modelo de desenvolvimento vigente no país, isto é, significa dizer que o importante é o modo de desenvolvimento, em que prevalece “o quanto cresce”, em detrimento do “como”, “para quem” e “para que cresce”. Sem sombra de dúvida, todos os cidadãos brasileiros querem uma vida com dignidade, ou

⁷⁹ Idem, Ibidem, p. 14.

⁸⁰ **Jornal Correio de Uberlândia**. PAES, Lycidio. Reforma Agrária: Problema Cruciante. Ano XXIV, nº 9229, 08/08/1961, p. 05.

seja, boa alimentação, educação, saúde, moradia, transporte e lazer. Porém, o que se vê na realidade brasileira é que o país entrou no século XXI com uma extrema concentração de terra e ao mesmo tempo com uma massa de trabalhadores desempregados ou vivendo em condições subumanas. Por outro lado, muitos dos setores conservadores da sociedade estão satisfeitos com esse modelo, uma vez que estão produzindo, estão exportando, estão acumulando capitais. Enfim, o discurso proferido tem o intuito de encobrir a realidade brasileira, pois com o modelo sócio-econômico vigente no Brasil não é possível que haja uma distribuição da renda de forma a atender as necessidades elementares dos cidadãos brasileiros, apesar do Brasil ser um dos maiores países do mundo em extensão territorial e também em terras agricultáveis. Como consequência mais visível dessa concentração fundiária existente no Brasil, podemos citar o problema da fome, que atinge muitos brasileiros, embora vivam num país com imensas potencialidades agrícolas.

Segundo Prado Júnior, em 1960, a miséria dos trabalhadores agrícolas vinculava-se à concentração da propriedade fundiária e, sendo assim, a questão agrária brasileira deveria ser pensada como quaisquer outros problemas sociais e econômicos, uma vez que são antes de tudo ‘humanos’⁸¹. No entanto, os conflitos de terra que acontecem com os trabalhadores sem-terra são interpretados pela burguesia somente como um problema político que necessita de solução, e, assim, não são vistos como problema agrário, em que há a necessidade de uma efetiva mudança na estrutura da propriedade fundiária no Brasil.

Contudo, a história mostrou que a estrutura agrária brasileira, concentrada nas mãos de poucos, não foi um obstáculo para a continuidade do processo de crescimento econômico, mas foi um obstáculo ao processo de desenvolvimento sócio-econômico que engloba a elevação na qualidade de vida da sociedade em geral, e em particular os trabalhadores⁸². Assim, a política brasileira, atrelada ao capital monopolista internacional, conjuntamente com os grandes latifundiários, dificulta a distribuição das terras aos trabalhadores, bem como impede que seus direitos de cidadãos sejam reconhecidos e legitimados. Todavia, há um total descaso em relação às terras brasileiras, as quais não se concentram exclusivamente nas mãos dos brasileiros, uma vez que há também o domínio de grupos internacionais que se apoderaram da terra como forma de desvio de recursos

⁸¹ PRADO JÚNIOR, Caio. op. cit., p. 16-17.

⁸² ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma Agrária e Distribuição de Renda. In: STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1994. p. 123.

públicos e de enriquecimento fácil. Portanto, o sistema sócio-econômico brasileiro caracteriza-se essencialmente pela grande concentração em poder de poucos, seja da propriedade fundiária, seja dos capitais industriais e financeiros ou da renda nacional e conseqüentemente do poder.

A questão da terra no Brasil e os limites das propostas oficiais

A década de 1960 é considerada por alguns intelectuais como um “divisor de águas” em relação à problemática da terra no Brasil. Esse foi um momento muito importante na história da questão agrária brasileira, uma vez que ocorreram avanços significativos, advindos de uma ampla discussão acerca dessa questão. Acumulavam-se os problemas sociais no campo, principalmente devido à pressão de enormes contingentes de camponeses pobres. Os movimentos camponeses tornaram-se mais fortes a partir de uma melhor organização dos trabalhadores, sob a influência de organizações políticas e partidárias, entre as quais, a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTABs, impulsionadas pelo PCB, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra - Máster, do Rio Grande do Sul, dirigido pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, que auxiliaram na consolidação das propostas e exigências em favor da reforma agrária. No outro extremo, inexistia uma política governamental voltada para atender as necessidades dessa população.

Nessa década, a maioria da população vivia no meio rural, tendo na agricultura a base da economia nacional, embora o processo de industrialização estivesse se intensificando. Assim, os primeiros anos de 1960 foram marcados por uma definição de um novo modelo econômico que pudesse sustentar a continuidade da expansão industrial. Entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960 *“a discussão sobre a questão agrária fazia parte da polêmica sobre os rumos que deveria seguir a industrialização brasileira. Argumentava-se então que a agricultura brasileira – devido ao seu atraso – seria um empecilho ao desenvolvimento entendido como industrialização do país”*⁸³. Era preciso tomar providências em relação à questão agrária, pois, no final da década de 1950, ocorreu

⁸³ SILVA, José Graziano da. op. cit., p.7-8.

um certo “abandono” da agropecuária e da agricultura no Brasil, sobretudo, durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Nesse governo as ações foram voltadas essencialmente para estimular a industrialização, tendo como base o Plano de Metas, um programa que priorizava as obras de infra-estrutura que favoreceu principalmente os setores de energia, transporte e indústria de base e, ao mesmo tempo, relegou o setor agrário. Além do mais, internacionalizou-se a economia, aumentou-se consideravelmente a dívida externa e, apesar dos altos salários, o poder de compra dos brasileiros era limitado às oscilações do valor da moeda nacional. Permitiu-se também que as grandes empresas multinacionais instalassem suas filiais no Brasil, bem como controlassem importantes setores industriais, como os de eletrodomésticos, automóveis, tratores, produtos químicos, farmacêuticos e outros. Foi ainda durante o governo JK que se criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, na tentativa de desenvolver a região nordestina, no entanto, esse órgão não obteve resultados positivos. Conforme o Jornal Correio de 1960, houve um pronunciamento do Sr. Lúcio Meira, Presidente do BNDS, no qual o mesmo relaciona agricultura e desenvolvimento do Brasil. Nessa reportagem, o Jornal esclarece:

Falando para um auditório composto de economistas, professores universitários de todo o país, o Sr. Lúcio Meira, Presidente do BNDS e Secretário Geral do Conselho do Desenvolvimento disse na Conferência Nacional da Indústria, que o problema da agricultura brasileira constitui inequivocamente o primeiro problema da industrialização. E acentuou que ‘só uma visão viciosa e estreita dos fatos do desenvolvimento econômico pode supor que, sem adequado tratamento dos problemas agrícolas, seria possível assegurar condições propícias à industrialização do Brasil ou de qualquer outro país’... Mais adiante afirmou que o Brasil se encaminha visivelmente para a mecanização da lavoura o que trará, entre numerosos benefícios a elevação da produtividade por área... Disse constituir uma necessidade o aceleração da industrialização para absorver o excedente da mão-de-obra rural não apenas o que virá no futuro (com a mecanização da agricultura), como o que já chegou e que se acumula nas favelas e mocambos das cidades, especialmente no nordeste⁸⁴.

De acordo com esse pronunciamento, a precariedade da agricultura estava sendo vista como um entrave ao desenvolvimento da industrialização brasileira. Portanto, seria

⁸⁴ **Jornal Correio de Uberlândia.** Agricultura brasileira constitui 1º problema da nossa indústria. Ano XXIII, nº 9038, 28/08/1960, p. 04.

necessário que houvesse uma intervenção direta na agricultura, sobretudo, a partir da mecanização da lavoura, para que a economia do Brasil se desenvolvesse e, conseqüentemente, sanasse os problemas sociais presentes na cidade e no campo.

Ao mesmo tempo em que a questão agrária passou a ser debatida juntamente com o surgimento da indústria no país, proliferaram também os conflitos pela terra, pois os grandes latifundiários, não raro, grileiros⁸⁵, se proclamavam donos das terras devolutas, não aceitando, portanto, a ocupação das mesmas pelos posseiros. Em contrapartida, houve o agravamento dos problemas sociais, sobretudo no campo, o que levou um significativo número de camponeses pobres a pressionar⁸⁶, cada vez mais, as autoridades governamentais, exigindo, assim, uma solução imediata para o problema agrário. Até mesmo porque inexistia uma política governamental efetiva que pudesse solucionar a questão agrária brasileira, como, aliás, ainda ocorre no país. Além do mais, de acordo com Mendonça “*o favorecimento de um processo de brutal concentração do capital e das empresas e a dramática questão da dívida externa e da inflação*”⁸⁷, no governo Kubitschek, foram os principais fatores que levaram à estagnação do país, gerando uma grave crise econômica e financeira. Foi nesse contexto, nos anos de 1960, durante a campanha de sucessão presidencial, que o candidato Jânio Quadros declarou, num comício:

A nossa agricultura merece melhor atenção... Não é possível existir agricultura enquanto os trabalhadores do campo viverem como

⁸⁵ “Denominação dada àqueles que falsificavam os títulos de propriedade nos cartórios e se atribuíam o direito à propriedade das terras”. In: STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1997. p.13.

⁸⁶ “Os movimentos camponeses tornaram-se mais fortes com a melhor organização da classe e, sob a influência de organizações políticas e partidárias, consolidaram suas propostas e exigências de uma reforma agrária imediata. Assim, desenvolveram-se nesse período as ULTABs (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), impulsionadas pelo PCB, e o Máster (Movimento dos Agricultores Sem Terra, do Rio Grande do Sul), dirigido pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de Leonel Brizola; esses movimentos ganharam expressão também no Nordeste. Agindo sob influência do PSB (Partido Socialista Brasileiro) e de outras forças políticas de esquerda, passaram a adotar a palavra de ordem: “Reforma Agrária na Lei ou na Marra!”. O movimento de sindicalização rural, graças à regulamentação pelo governo João Goulart, a partir de 1963, do funcionamento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), até então proibidos por lei, também cresceu significativamente” Além do mais, “organizaram-se diversas pastorais da Igreja Católica, algumas progressistas, de apoio aos camponeses, como o MEB (Movimento de Educação de Base) e a JAC (Juventude Agrária Católica), e outras conservadoras, dirigidas por bispos que tinham como principal objetivo evitar que os camponeses fossem influenciados por teses comunistas. Surgiram, assim, as Frentes Agrárias Católicas, que em cada Estado ou diocese assumiram um nome específico. As mais conhecidas foram a FAG (Frente Agrária Gaúcha), o Sorpe (Serviço Pastoral de Pernambuco) e o SARN (Serviço de Apoio ao Rio Grande do Norte). “. In: Idem, Ibidem, p.13-14.

⁸⁷ MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 92.

escravos. Precisamos protegê-los com a previdência social; precisamos tirar de suas mãos a enxada, substituindo-a pela maquinaria. Sou a favor de uma reforma agrária, justa e cristã. A grande propriedade é improdutiva. Desapropriar-se-á pelo preço justo e repartir-se-á⁸⁸.

Durante a campanha eleitoral, Jânio Quadros enfatizou a necessidade de se realizar a reforma agrária, a partir da desapropriação dos latifúndios e da distribuição de terras, juntamente com melhorias na produção agrícola. Com suas táticas de campanha, prometendo combater a corrupção e varrer a sujeira da administração pública, conquistou grande parte do eleitorado e, no ano de 1961, Jânio foi eleito presidente do Brasil. No âmbito dessas questões, houve uma efervescência social advinda dos meios políticos e acadêmicos, mobilizando, assim, uma significativa parcela da sociedade brasileira em torno do problema agrário. O presidente Jânio Quadros incluiu na sua plataforma de governo a extensão da legislação trabalhista⁸⁹ para o campo e uma proposta de reforma agrária. Instituiu também uma comissão para elaborar um projeto com o objetivo de alterar a estrutura fundiária brasileira. Mas, em 25 de agosto de 1961, o então presidente da república Jânio Quadros renunciou, uma vez que não contava com forças políticas organizadas na sociedade para sustentá-lo no poder. A renúncia de Jânio ia ao encontro dos interesses udenistas⁹⁰ e dos demais grupos de oposição. De acordo com as regras da Constituição Brasileira, a presidência deveria ser entregue ao vice-presidente João Goulart

⁸⁸ **Jornal Correio de Uberlândia**. Jânio Quadros em Mato Grosso: Recebida a vassoura farei a limpeza no país. Ano XXII, nº 8014, 12/01/1960 p.01.

⁸⁹ A ausência de uma legislação trabalhista voltada para os trabalhadores rurais foi um dos problemas centrais na década de 1960, pois não havia nenhuma regulamentação jurídica que pudesse estabelecer as relações entre os proprietários rurais e os trabalhadores do campo. Somente no ano de 1963, durante o governo João Goulart é que ocorreu a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 2 de março de 1963), que estendia aos trabalhadores rurais a legislação social que já beneficiava os trabalhadores urbanos. Os trabalhadores urbanos desde a década de 1930 já tinham regulamentado as leis trabalhistas com a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Segundo Medeiros, as relações trabalhistas entre os proprietários e os trabalhadores rurais geralmente eram conflitantes. Tais conflitos na maioria das vezes eram ocasionados em função da remuneração paga pela mão-de-obra do trabalhador. Até mesmo porque, esses trabalhadores não eram propriamente assalariados, uma vez que parte de sua remuneração era monetária e a outra parte era representada pelo direito de utilização de uma parcela da terra do estabelecimento rural para o cultivo de produtos de subsistência. In: MEDEIROS, Leonilde S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Ed. Fase, 1989, p. 19.

⁹⁰ No ano de 1961, Jânio Quadros condecorou o ministro da economia de Cuba, Ernesto Che Guevara, com a principal comenda brasileira: a Ordem do Cruzeiro do Sul. Era uma homenagem pública a um dos principais líderes da revolução socialista cubana de 1959. As atitudes do presidente levaram a UDN a romper com o governo. O principal líder udenista era Carlos Lacerda, que acusou Jânio de abrir as portas do Brasil ao comunismo internacional.

(Jango), que estava em visita oficial à China Comunista. A presidência da república foi, então, entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Nesse contexto, se formaram dois grupos políticos, com posicionamentos divergentes em relação à posse de João Goulart. Em meio a uma série de negociações, como a mudança do regime político, de presidencialismo para parlamentarismo, João Goulart conseguiu tomar posse na presidência em 7 de setembro de 1961. No poder, Jango tomou medidas que pudessem ampliar suas bases de apoio mediante um programa denominado de Reformas de Base. Tal programa previa mudanças no setor educacional, eleitoral, tributário e a reforma agrária. O fato do presidente da república ter incluído a reforma agrária nas Reformas de Base, de que o país tanto necessitava para buscar seu desenvolvimento, está intimamente ligado às pressões impostas pela população, bem como a intensificação das lutas no campo. Na ótica do presidente João Goulart, era preciso modificar a estrutura agrária e aumentar a produtividade dos países latino-americanos para que estes pudessem superar a condição de subdesenvolvimento. De acordo com o discurso proferido por esse governo:

Infraestrutura agrária de base latifundiária: dependência econômica e financeira de potências altamente industrializadas; atraso e inadequação das instituições e insuficientes padrões de vida – eis os pontos que o presidente João Goulart julgou ontem típicos e presentes no subdesenvolvimento de todos os países latino-americanos, no discurso que proferiu como paraninfo dos economistas da CEPAL (Comissão Econômica dos Países da América Latina). O presidente sublinhou que a modificação das estruturas agrárias, através de uma redistribuição das terras, 'é condição indispensável para alcançar melhor utilização dos recursos, tecnificação dos trabalhos do campo e a elevação dos níveis de produtividade'⁹¹.

A estrutura fundiária, concentradora de base latifundiária, e a dependência econômica e financeira dos países subdesenvolvidos, em relação aos desenvolvidos, altamente industrializados, eram os responsáveis pelo subdesenvolvimento do Brasil. Tendo como objetivo primordial superar essa condição, o presidente pretendia viabilizar a execução da reforma agrária, pois esta, em sua ótica, seria uma das condições indispensáveis para levar o país ao desenvolvimento. Porém, os latifundiários que possuíam

⁹¹ **Jornal Correio de Uberlândia**. Goulart indispensável distribuição de terras. Ano XXIV, nº 9278, 30/11/1961. p. 08.

ampla representação no Congresso Nacional, resistiam em aprovar qualquer medida relativa a essa questão. Contudo, João Goulart conseguiu, em setembro de 1962, fazer com que o Congresso Nacional aprovasse uma lei que definia os casos de desapropriação por interesse social, regulamentando o artigo 147 da Constituição de 1946, abria-se o caminho para a realização da reforma agrária.

Ainda no final de 1962, foi criada a Superintendência de Política e Reforma Agrária – SUPRA, órgão governamental responsável pela administração de projetos que permitiriam a viabilização da reforma agrária no país. Por intermédio desse órgão, o governo pretendia desapropriar as áreas rurais compreendidas a um raio de 10 quilômetros do eixo das rodovias e ferrovias federais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação e drenagem ⁹². Porém, tal medida foi recebida pelos opositores da reforma agrária como uma afronta ao direito de propriedade. É o que se pode observar na matéria a seguir:

Está confirmado que será assinado pelo presidente da República no dia 13, por ocasião do comício comunista no Rio de Janeiro, o decreto da SUPRA (Superintendência de Política Agrária), que autoriza a desapropriação de terras até o limite de 10 quilômetros nas margens das rodovias, das ferrovias e nas imediações dos açudes construídos pelo governo federal. Todo mundo está sabendo, inclusive os amigos e assessores mais íntimos do chefe da nação, do impacto que essa medida vai produzir no país inteiro, visceralmente contrário às tentativas de restrição ao direito de propriedade... Reformas de Base estão resumidas praticamente na reforma agrária, não porque o governo, como assoalho, dê a esta qualquer prioridade, mas porque ela, pela natureza dos interesses que envolve e pela tensão psicológica que desperta, presta-se melhor a contribuir para o aceleração do processo subversivo que os nossos dirigentes tem em execução, não mais dissimulada, mas ostensiva⁹³.

Para os conservadores, as Reformas de Base se resumiram unicamente na reforma agrária. Em geral, esta era a única que afetava diretamente os seus interesses de classe e, em particular, o direito de propriedade. Em função disso, como estratégia política aliou-se a idéia de reforma agrária às práticas subversivas, ou seja, ao comunismo. Além do mais, essa ligação de subversivos à prática comunista advém também de outros fatores internos e

⁹² MARTINS, José de Souza. op. cit., 1984. p. 63.

⁹³ **Jornal Correio de Uberlândia**. Traição ao Regime. Ano XXVII, nº 9781, 03-04/03/1964, p. 03.

externos. No plano interno, o Partido Comunista – PC - era um dos defensores da execução da reforma agrária no Brasil. Para os membros desse partido, a luta pela terra levaria ao encaminhamento da revolução democrático-burguesa. Para tanto, seguiam as diretrizes do VI Congresso da Internacional Comunista (1928) e defendiam os seguintes pontos para a efetivação da reforma agrária: fixação de um limite máximo de 500 hectares para as propriedades, desapropriação dos latifúndios por valor inferior ao venal e venda de lotes aos camponeses a preços acessíveis.

No plano externo havia um contexto que favorecia esse ideário, sobretudo, em função da Revolução Cubana (1959) e pelas disputas de áreas de influências em várias regiões do mundo entre os Estados Unidos (capitalista) e a União Soviética (socialista) num período que ficou conhecido como Guerra Fria, e que se iniciou em 1946, logo após a Segunda Guerra Mundial, desembocando em graves tensões políticas⁹⁴. Nessa conjuntura política e social, mesmo após a aprovação da desapropriação por interesse social, em 1962, ainda existia outro empecilho previsto na Constituição de 1946, visto que estabelecia que as desapropriações seriam realizadas mediante uma indenização prévia e em dinheiro⁹⁵, ou seja, o pagamento deveria ser efetuado à vista, imediatamente após a desapropriação das fazendas, respeitando o preço de mercado. Essa questão, entre outras que dificultavam a implementação da reforma agrária no país, levou Jango a tomar uma atitude radical.

*Fontes do Palácio do Planalto informam que se o congresso, até setembro de 64, não votar a Reforma Agrária, o presidente da República pretende iniciá-la nos moldes da legislatura vigente, declarando de interesse social, para a desapropriação, áreas paralelas às rodovias asfaltadas, para atacar por aí, o problema*⁹⁶.

Com tal posicionamento, o governo deixou claro que iria realizar no Brasil a reforma agrária a qualquer custo, utilizaria para tal fim a legislação que previa a desapropriação das grandes propriedades por interesse social. Porém, os grandes proprietários rurais reagiram de diversas formas, utilizando táticas culturais e políticas, como a divulgação de manifestos, pedindo às diversas autoridades políticas providências

⁹⁴ GRAZIANO, José da Silva. Mas, qual Reforma Agrária?. **Revista da ABRA**, Campinas, 1989, p. 13.

⁹⁵ MARTINS, José de Souza. op. cit., 1984. p. 22.

⁹⁶ **Jornal Correio de Uberlândia**. Reforma Agrária até setembro de 64. Ano XXVII, nº 9596, 05/09/1963, p. 01.

que pudessem evitar as ocupações das propriedades rurais. Utilizaram como pretexto a manutenção da ordem social vinculada à idéia do trabalho que dignifica o homem. Ao mesmo tempo, os trabalhadores sem-terra foram vistos como criminosos que estavam trazendo a intranquilidade, bem como ameaçando os valores democráticos da nação. Para impedir tais ocupações, os proprietários rurais estavam dispostos a qualquer atitude, até mesmo abrir mão da própria vida, em função de manter o latifúndio intacto.

Os fazendeiros da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, reunidos em assembléia na Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, aos 12-02-64... Resolveram lançar o seguinte 'manifesto' endereçado ao exmos. Senhores: presidente da República, ministros militares, congresso nacional, governador do Estado, demais poderes constituídos e ao povo em geral. Temos dado ao país o mais vivo exemplo de ordem e trabalho e continuaremos a fazê-lo até o último momento. As constantes ameaças de ocupações em propriedades têm trazido intranquilidade, perturbando a paz necessária ao trabalho que realizamos. Essa situação nos obrigou a tomar a decisão inabalável de defendermos a sobrevivência da democracia ameaçada neste país, pela agitação criminosa de uma minoria, que trata, a todo custo, destruir tudo que, para nós, significa paz, liberdade e justiça. Na defesa destas prerrogativas estamos dispostos a ir às últimas conseqüências, com sacrifício, até mesmo, de nossas próprias vidas. Manifestamos assim, o nosso propósito de repelir, à altura, toda e qualquer tentativa de invasão de qualquer propriedade rural⁹⁷.

Aprofundaram-se as tensões sociais em função das controvérsias e dos interesses conflitantes relativos à questão agrária. Por um lado, o governo, pressionado a executar a reforma agrária, tendo em vista os conflitos por terra que ocorriam no país, era levado a pensar novas metas para seu governo⁹⁸. De outro, os opositores, que não admitiam nenhuma transformação que beneficiasse os trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra.

A dimensão tomada no social pelo acirramento dos debates em torno da questão agrária foi um dos fatores que contribuíram para a derrocada do então presidente da república, em 31 de março de 1964, pois os setores conservadores da sociedade e,

⁹⁷ **Jornal Correio de Uberlândia**. Fazendeiros de TM (Triângulo Mineiro) divulgam manifesto. Ano XXVII, nº 9772, 16-17/02/1964. p. 01.

⁹⁸ Conforme Morissawa: “No período de 1954 a 1964, surgiram três grandes organizações camponesas que lutavam pela reforma agrária: a Ultab (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), as Ligas Camponesas e o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra)”. In: MORISSAWA, M. A **História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 70.

sobretudo, os latifundiários não queriam pagar o preço político de uma modificação ampla no regime de propriedade. Assim, a ditadura militar foi implantada tendo em vista a recusa de parcelas da sociedade em aceitar as medidas propostas por João Goulart, entre as quais: as reformas agrária, educacional, eleitoral e tributária. A partir daí, a esperança dos trabalhadores em realizar o sonho de uma efetiva reforma agrária no Brasil foi momentaneamente sepultada, principalmente no que se refere aos projetos que propunham mudanças sociais de vulto no país, o que permaneceu até o início de uma relativa abertura política, por volta de 1979.

Ademais, em 1962, no governo João Goulart foi criado o GETSOP, o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná, com o objetivo de solucionar os problemas relacionados à questão da terra no Paraná, em função, sobretudo, da ocorrência de revoltas populares nessa região, principalmente no ano de 1957. O GETSOP, por ter sido um organismo ligado à Casa Militar da Presidência da República, indica o envolvimento dos militares na questão da terra⁹⁹. Nesse sentido, o golpe de 1964, *“articulado pelos militares e pelos grandes empresários, teve, entre outras finalidades a de impedir o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez em sua história ingressavam maciçamente no cenário político”*¹⁰⁰. Além do mais, os conservadores encontraram um clima internacional favorável à propagação de idéias comunistas que auxiliou, sobremaneira, na efetivação de seus objetivos. A ligação de João Goulart com práticas antidemocráticas foi manchete no Jornal Correio de Uberlândia alguns dias após o golpe de 1964:

*Passou a desastrosa e agitada atuação do presidente João Goulart no comando do supremo destino do país. Passou, felizmente, para o Brasil poder continuar seguindo seus gloriosos destinos democráticos, como nação livre, independente e com luminoso caminho de progresso e desenvolvimento... Porém o Brasil deve esperar mais dos atuais dirigentes que nos livraram da iminência de uma nova Cuba na América do Sul. Esperamos que os comandantes saibam que o Brasil é nosso. Não é do Colosso do Norte*¹⁰¹.

⁹⁹ MARTINS, José de Souza. op. cit., 1984. p. 22.

¹⁰⁰ Idem, Ibidem, p. 22.

¹⁰¹ **Jornal Correio de Uberlândia**. Assim Pensamos... Aniversário da Revolução. Ano XXVII, nº 9801, 04/04/1964, p. 03.

Essa argumentação deixa bem evidente que “por trás das cortinas” os grandes proprietários rurais, com seus aliados, festejaram a deposição do presidente João Goulart. O período de atuação desse presidente (1961-1964) foi considerado desastroso aos “olhos” dos opositores das transformações de vulto no âmbito político, econômico e social no Brasil. Entre os vários motivos, a insatisfação e a articulação dos oposicionistas da reforma agrária, a ameaça de Cuba e dos Estados Unidos culminou no golpe de 1964. Além do mais, a política interna de estímulo ao capital nacional, adotada pelo presidente João Goulart, ameaçava os interesses dos segmentos favoráveis à manutenção de investimentos advindos do capital internacional e, sobretudo, não condizia com a política econômica dos Estados Unidos. A imprensa local noticiou o golpe de 31 de março de 1964, com a argumentação de que o mesmo foi realizado tendo em vista a manutenção da ordem democrática no país:

Há dois anos o Brasil era sacudido por um movimento armado, bem organizado e eficiente que teve por objetivo o restabelecimento da ordem, da hierarquia e afastamento da ameaça comprovada de subversão das instituições democráticas. A Revolução de 31 de março derrubou um governo minado pela corrupção e já inteiramente incontrolável, sob o influxo da subversão... De início os comandantes da Revolução realizaram a limpeza dos corruptos e subversivos. Não arbitrariamente, ditatorialmente, porém através de inquéritos, onde os inocentes provaram sua inocência e os culpados foram punidos¹⁰².

A argumentação acima teve o intuito implícito de legitimar o regime militar brasileiro, utilizando, para tal fim, a idéia da manutenção das instituições democráticas, as quais de acordo com a matéria jornalística estavam sendo corrompidas. Nesse sentido, o regime militar é visto como o “salvador da pátria”, uma vez que utiliza medidas legais com o objetivo de salvaguardar a sociedade civil dos males da ameaça subversiva. No entanto, é importante ressaltar que o país vivia em plena repressão política, com prisões, cassações de mandatos, mortes e a privação dos direitos dos cidadãos, os quais não eram respeitados.

Stédile, ao analisar as teses de desenvolvimento do meio rural, conclui que o modelo adotado pelos governos do período militar brasileiro estimulou o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, baseando-se na grande propriedade latifundiária e atrelando-

¹⁰² **Jornal Correio de Uberlândia.** Assim Pensamos... Aniversário da Revolução. Ano XXIX, nº 10200, 31/03/1966, p. 03.

se aos interesses do capital internacional, vinculado com um processo de industrialização acelerada na cidade, também baseado nos investimentos de empresas multinacionais. Por outro lado, as principais organizações de camponeses foram proibidas e seus líderes foram presos ou assassinados, enquanto que o debate político e acadêmico foi soterrado, silenciado com a pressão do regime político¹⁰³.

Durante o regime militar, as ações dos governos se pautaram nas orientações da concepção ideológica norte-americana, expressas na política da Aliança para o Progresso, assumida formalmente pelo Brasil na Carta de Punta Del Este. Sob o impacto da revolução cubana, o governo Kennedy havia passado a ver na reforma agrária um instrumento eficaz de reforma sócio-econômica capaz de arrefecer o potencial revolucionário comunista na América Latina¹⁰⁴. Ademais, havia uma ampla mobilização da sociedade brasileira em torno da questão agrária, através das organizações dos trabalhadores que reivindicavam a reforma agrária, bem como pela agitação instalada no campo no Nordeste, com as Ligas Camponesas, e no Centro Oeste, com a mobilização camponesa de Trombas e Formoso, em Goiás¹⁰⁵, assim, a reforma agrária foi vista como uma medida paliativa contra as tensões sociais e as Ligas Camponesas como uma afronta aos latifundiários:

O que não é tolerável é que as tais Ligas, tendo visivelmente uma tonalidade política esquerdizante perturbe (SIC) a ordem hoje aqui amanhã ali, mas sempre procedendo de surpresa contra as suas vítimas e estendendo pelo país as suas ramificações capciosas... O governo deve agir nesse episódio com um pouco de coerência. Se se trata de entidade de interesse agrícolas (SIC), que se conserve no circo que lhe é adequado, trocando os fuzis e os bacamartes de que dispõe por enxadas, foices e arados, que são os instrumentos que lhe convém; se é partido político, desfaça da máscara que usa e se organize de acordo com o código eleitoral; se é clube de invasão e de violência a mando de uma soba de pouco escrúpulo, então que seja dissolvido ou dizimado, como foi, embora com custo, a fortaleza baiana que Euclides da Cunha descreveu em páginas imortais da nossa literatura¹⁰⁶.

¹⁰³ STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1997. p. 16.

¹⁰⁴ ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma Agrária e Distribuição de Renda. In: STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1994. p. 121.

¹⁰⁵ BALDUÍNO, Dom Tomás.; CANUTO, Antônio. Reforma Agrária Ontem e Hoje. **Comissão Pastoral da Terra-CPT**. Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 23/04/2005.

¹⁰⁶ **Jornal Correio de Uberlândia**. Ligas Camponesas. Ano XXV, nº 9474, 29/11/1962, p. 06.

As Ligas Camponesas representaram uma ameaça aos interesses dos setores conservadores da sociedade, por isso desejavam que as ligas se enquadrassem nos critérios estabelecidos para os sindicatos ou para os partidos políticos. Caso contrário, o governo deveria agir com extrema repressão e violência, pondo fim ao movimento, como ocorreu no sertão da Bahia durante a Revolta de Canudos¹⁰⁷.

Nesse contexto de pressão e mobilização de setores da sociedade civil, como as Ligas Camponesas, o governo Castelo Branco revogou, nos primeiros dias de mandato, alguns decretos relativos à reforma agrária. Após sete meses de governo, os rumos da questão fundiária brasileira foram bem definidos. No dia 18 de outubro, na sessão do Conselho de Segurança Nacional, o presidente da República, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, subscreveu mensagem ao Congresso Nacional, propondo emenda à Constituição. Essa emenda modificava o dispositivo da indenização prévia, justa e em dinheiro, permitindo a desapropriação por interesse social, mediante indenização em títulos da dívida pública agrária¹⁰⁸.

Alguns dias depois dessa aprovação, tendo como base a política da Aliança para o Progresso, esse governo enviou ao Congresso Nacional um projeto elaborado alguns meses antes por empresários e militares, com a finalidade de formular uma proposta de reforma agrária. Essa proposta foi encaminhada pelo ministro do Planejamento Roberto de Oliveira Campos e planejada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES. A partir daí, foi aprovado um pacote de leis agrárias, mais especificamente a Lei nº 4.504, denominada de Estatuto da Terra, promulgada em 30 de novembro de 1964, com o objetivo de regulamentar a reforma agrária e a política agrícola no país.

Vejamos a tabela abaixo, acerca dos dados referentes à quantidade de terra que poderia ser desapropriada aplicando-se a lei em vigor.

¹⁰⁷ Entre os anos de 1893-1897, ocorreu a revolta de Canudos, durante o governo Prudente de Morais, um movimento de caráter messiânico caracterizado pela religiosidade e pelo sentimento de revolta dos sertanejos, em função da miséria e da violência vivida. Antônio Conselheiro, o principal líder do movimento, conseguiu reunir milhares de pessoas em Canudos no sertão da Bahia. No entanto, Canudos representava uma ameaça aos fazendeiros e a elite política local, que juntamente com o apoio do governo federal conseguiram destruir Canudos.

¹⁰⁸ MARTINS, José de Souza. op. cit., 1984. p. 30.

**TABELA 07 – ÁREAS PASSÍVEIS DE DESAPROPRIAÇÃO, SEGUNDO O
ESTATUTO DA TERRA - Lei nº 4.504 promulgada em 30 de novembro de 1964**

Categoria	Imóveis rurais	Área (em mil hectares)	Nº de proprietários ⁽²⁾	% ⁽⁵⁾
Latifúndios (Segundo Estatuto da Terra) ⁽¹⁾	95.380	284.418	63.587	3,1
Grandes propriedades improdutivas (acima de 15 módulos fiscais) ⁽³⁾ Lei 8.624, de 25/02/93	85.781	115.054	57.188	2,8
Grandes propriedades com limite mínimo ⁽⁴⁾	70.833	120.975	47.222	2,3

(1) O cadastro de 1992 revelou um total de 5 milhões de imóveis rurais, com 639 milhões de hectares. Destes, 1.219.167 imóveis, com 424 milhões de hectares, foram classificados como “latifúndios”. Tomaram-se apenas os latifúndios acima de 1.500 hectares na região Norte; e 1 mil hectares na região Centro-Oeste; e de 500 na Nordeste, Sudeste e Sul (área média de 2.604 hectares).

(2) Média de 1,5 imóvel rural por proprietário.

(3) De um total de 3 milhões de imóveis rurais recadastrados, em 1992, 85 mil, acima de 15 módulos fiscais (grandes propriedades), foram classificados como “improdutivos” (área média de 1.341 hectares). Esses 85 mil imóveis rurais são apropriados por cerca de 57 mil proprietários.

(4) Trabalhando com o limite mínimo adotado de 1.500 hectares (Norte), 1 mil hectares (Centro-Oeste) e 500 hectares (Sul, Sudeste e Nordeste), aparecem como “improdutivos” 70 mil imóveis rurais com 120 milhões de hectares (área média de 1.708 hectares), apropriados por cerca de 47 mil proprietários.

(5) Porcentagem sobre o total de proprietários do Brasil.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

In: STÉDILE, 1997, p. 32.

De acordo com Stédile, analisando a tabela 7,

seria possível desapropriar no Brasil, segundo o Estatuto da Terra, até 284 milhões de hectares classificados, na época, como ‘latifúndios’. Com a nova Lei Agrária nº 8.624, de 1993, que determina a desapropriação das grandes propriedades improdutivas, o governo poderia dispor de 115 milhões de hectares que se enquadram nessa classificação. Seriam atingidos por essa Lei 57.188 proprietários, correspondendo a 2,8% do total. Com a disponibilidade de 115 milhões de hectares, tomando-se por base um módulo médio de 15 hectares, mais de 5 milhões de famílias de trabalhadores, ou seja, a totalidade de sem-terra existentes, poderiam

*ser beneficiadas sem que fosse afetado nenhum hectare de terra produtiva*¹⁰⁹.

Apesar, dos dados referentes à demanda de terra disponíveis para a execução da reforma agrária no Brasil serem apenas um indicativo, uma vez que os estudos realizados por especialistas no assunto apontam uma controvérsia em relação à quantificação do potencial a ser atendido num processo de reestruturação fundiária, essas informações apresentadas nos fornecem uma visão acerca da magnitude do problema agrário brasileiro. Entretanto, em que pese à necessidade da existência de uma ampla reforma agrária no país, o Estatuto da Terra somente,

*(..) abria o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo dos proprietários, mas fechava o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo da grande massa de trabalhadores sem-terra: a reforma agrária beneficiaria preferencialmente lavradores com vocação empresarial. Ao mesmo tempo, as desapropriações só ocorreram no caso de conflitos ou de tensão social grave. Entre 1965 e 1981, o governo federal baixou somente 124 decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária, conforme levantamento feito no Senado Federal. O que dá menos de 8 desapropriações por ano, enquanto que o número de conflitos por causa de terra foi de pelo menos 70 por ano*¹¹⁰.

O Estatuto da Terra, que deveria propiciar uma ampla reforma agrária, beneficiando os trabalhadores sem-terra ou com pouca terra, na realidade, favoreceu, acima de tudo, os lavradores com vocação empresarial. O governo militar separou o problema social e econômico, representado pela concentração fundiária, da questão política. Para tanto, tentou enfraquecer politicamente as mediações, os sindicatos, as ligas camponesas, os partidos e grupos políticos que auxiliavam na luta desencadeada pelos trabalhadores do campo.

Nesse sentido, o governo entendia que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas para concretizá-las eram desnecessários e nocivos. Ao invés da reforma ser obtida de baixo para cima, legitimada pela participação popular, foi feita de cima para baixo, conduzida pelos militares como um problema técnico e não como problema político¹¹¹. Diante disso, a implantação da reforma agrária no país foi conduzida sem, no entanto, lesar o direito de propriedade, evitando, assim, o confisco do

¹⁰⁹ STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1997. p. 31-32.

¹¹⁰ MARTINS, José de Souza. op. cit., 1984. p. 22.

¹¹¹ Idem, Ibidem, p. 31-32.

latifúndio. Assim, o Estatuto da Terra favoreceu somente o desenvolvimento empresarial e capitalista da agricultura, dando ênfase na produtividade agrícola, em detrimento da reforma agrária, tão necessária ao país. Isso pode ser observado em algumas matérias jornalísticas:

Até há bem pouco tempo 'reforma agrária' era palavra proibida, subversiva que significava desapropriação irresponsável das terras dos inimigos de um governo feito na base da corrupção. Mas o Estatuto da Terra é a autêntica reforma agrária, justa e cristã, porque dará assistência e proteção aos agricultores, com financiamentos, garantia de preços mínimos, assistência técnica e amparo no setor de saúde e educação. Estabelecerá uma tributação justa, premiando os que produzem e desestimulando os especuladores que não compreendem a importância social da terra¹¹².

Nesse sentido, o Estatuto da Terra foi uma proposta utilizada pelos conservadores com o objetivo de superar lentamente, a partir de estímulos especiais, como assistência técnica e financiamentos, certas contradições que a propriedade improdutiva da terra gerava para o sistema capitalista de produção. Enfim, o Estatuto não foi uma lei de reforma agrária, mas sim de desenvolvimento rural. Além do mais, reforma agrária e colonização dizem respeito a problemáticas bastante distintas. A este respeito José Graziano salienta:

Colonização se faz em terras não anteriormente ocupadas, geralmente terras devolutas (sem dono) do Estado. Já a reforma agrária é feita em terras que já têm dono, ou seja, em terras privadas, sejam elas particulares ou do governo; por isso a reforma agrária implica, basicamente, uma mudança de propriedade das terras para indivíduos que não são proprietários. Quer dizer: criam-se novos donos entre os "sem terra" a partir de terras que já eram propriedade privada de alguém¹¹³.

No próprio Estatuto da Terra, essa distinção é bastante nítida. Em função dele, criaram-se dois órgãos governamentais distintos entre si e com atribuições diferentes: O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, responsável pela colonização, e o

¹¹² **Jornal Correio de Uberlândia**. Semana da Terra: IBRA fará cadastro completo. Ano XXVIII, nº 10.140, 31/12/1965. p. 01.

¹¹³ SILVA, José Graziano da. op. cit., 1985. p. 74.

Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA¹¹⁴, que tinha a finalidade de efetuar a reforma agrária e resolver a questão fundiária. No entanto, este órgão apenas solucionava questões relativas à tributação¹¹⁵. Desse modo, percebe-se o grau de complexidade relacionado ao problema da questão agrária, pois colonizar as terras devolutas envolve questões totalmente diversas da efetivação de uma ampla e massiva reforma agrária.

Nessa conjuntura histórica, mesmo com o governo buscando amenizar os conflitos sociais, realizando algumas poucas desapropriações, tal atitude não foi suficiente para sanar as necessidades impostas pela população que reivindicava melhorias nas condições de vida. E mediante o acirramento da luta pela terra e dos debates em torno da questão agrária, bem como da necessidade de viabilizar o Estatuto da Terra em vigor, criou-se, no ano de 1966, durante o governo Castelo Branco, o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, propriamente dito¹¹⁶. Tal plano tinha como meta realizar cadastros, mapeando as áreas das propriedades territoriais, e diagnosticar número de gado, de empregados e a quantidade de plantações existente em cada propriedade rural, com o intuito de levar ao governo o conhecimento da real situação fundiária brasileira. No entanto, a meta do 1º PNRA, não se concretizou na prática, sob a justificativa de que antes da realização da reforma agrária era preciso diagnosticar os imóveis rurais do país¹¹⁷.

O sistema de cadastramento dos imóveis rurais tinha como referência a definição de um Módulo de propriedade. O módulo correspondia à *“área que, em determinada posição geográfica, absorva toda a força de trabalho de um conjunto familiar com quatro pessoas adultas proporcionando-lhe um rendimento capaz de lhe assegurar a subsistência e o progresso social e econômico”*¹¹⁸. De acordo com Veiga, além do estabelecimento da dimensão do módulo em cada micro-região, criou-se também uma classificação para

¹¹⁴ O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) foi criado no governo Castelo Branco para desenvolver o programa do Estatuto da Terra, substituindo a SUPRA. Uma das medidas tomadas pelo IBRA foi o estabelecimento de uma cobrança mais rigorosa do Imposto Territorial Rural (ITR), vinculada ao nível de produtividade. O imposto seria maior quando a produção fosse menor e menos elevado para maiores índices de produtividade.

¹¹⁵ SILVA, José Graziano da. op. cit., 1985. p. 74-75.

¹¹⁶ SILVA, José Graziano da. **Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 73.

¹¹⁷ Idem, Ibidem, p. 73-74.

¹¹⁸ VEIGA, José Eli da. **O que é Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 23-24.

denominar as propriedades rurais. As quatro grandes categorias foram: Minifúndio, Empresa Rural, Latifúndio por Exploração e Latifúndio por Dimensão¹¹⁹.

O Minifúndio é o imóvel rural com área agricultável inferior ao módulo. No ano de 1972, a maioria dos minifúndios possuía menos de 50 ha, e sua área média situava-se em torno de 19 ha. A denominação de Empresa Rural se relaciona ao imóvel explorado racionalmente, com um mínimo de 50% de sua área agricultável em uso, e que não exceda a 600 vezes o Módulo, ou a 600 vezes a área média dos imóveis da respectiva micro-região. Em 1972, essas propriedades encontravam-se abaixo dos 500 ha, com área média de 221 ha. O Latifúndio por Exploração é o imóvel que não excederia os limites da Empresa Rural, mantendo-se inexplorado, em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio. Em 1972, na maioria dos casos, ficava abaixo dos 500 ha, atingindo a média de 343 ha. Já o Latifúndio por Dimensão é o imóvel rural que ultrapassaria os limites definidos para a Empresa Rural, independente do seu grau de aproveitamento. A área média ultrapassava os 100 mil ha e, dificilmente, tinham menos de 10 mil ha¹²⁰.

Levando em consideração o Estatuto da Terra, as propriedades mais sujeitas à desapropriação são os Latifúndios, tanto por Dimensão, quanto por Exploração. Mas ele permite também que a União desaproprie as áreas beneficiadas por obras públicas de vulto; áreas onde os proprietários não preservam os recursos naturais; áreas destinadas à colonização; as áreas com elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros; e as áreas utilizadas inadequadamente à sua vocação¹²¹. Apesar do Estatuto da Terra trazer elementos que subsidiariam uma transformação na estrutura fundiária brasileira, o que se vê, na prática, é que esse Estatuto beneficiou apenas o desenvolvimento agrícola. No ano de 1968, durante o governo Costa e Silva (1967-1969), foi elaborado o 2º PNRA. Este plano possuía metas e objetivos semelhantes ao 1º PNRA, sendo assim, enfatizou, sobretudo, a tributação e colonização das terras. Porém, mais uma vez, a reforma agrária foi relegada a segundo plano, portanto não sendo efetivada. Já no ano de 1969, esse marechal baixou o Ato Institucional nº 9 (AI-9), o qual tornou desnecessário que a indenização, mesmo sendo feita em títulos da dívida pública, previsto desde 1965, fosse feita previamente, isto é, antes que a terra fosse ocupada pelo governo para ser distribuída aos beneficiários da

¹¹⁹ Idem, Ibidem, p. 24.

¹²⁰ Idem, Ibidem, p. 24.

¹²¹ Idem, Ibidem, p. 24.

desapropriação. Com isso, colocava-se fim ao último empecilho que sobrevivera na Constituição de 1967 que dificultava a execução da reforma agrária¹²².

Todavia, mesmo com esses critérios, a política, no governo Médici (1969-1974), não se alterou substancialmente, de modo que caracterizou-se principalmente pela conciliação da pompa com a circunstância, a pompa dos planos e projetos de grande envergadura, como o Plano de Integração Nacional - PIN, criado em junho de 1970, em substituição ao PNRA, e o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste -PROTERRA, fundado em junho de 1971. Esses planos e programas foram conciliados com a circunstância social e política advinda da seca de 1970, a fome e a necessidade dos trabalhadores do Nordeste em obter terra¹²³.

O PIN, além de priorizar a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, criou um programa de irrigação para o Nordeste brasileiro. Determinou que reservasse *“para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra, e adequada e produtiva exploração econômica”*¹²⁴. Porém, em abril de 1971, por meio de um decreto-lei, o governo, ampliou as medidas em favor da reforma agrária, declarando-a indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacional, na região da Amazônia Legal, sendo que as terras devolutas, situadas na faixa de cem quilômetros de largura, em cada lado do eixo das rodovias já construídas, em construção ou em projeto, passaria a pertencer à União, ficando a cargo do Conselho de Segurança Nacional as decisões acerca delas¹²⁵.

O PROTERRA, de acordo com o então Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, tinha o objetivo de tornar viável econômica, social e politicamente o desenvolvimento da agricultura no Nordeste e Norte, nacionalizando a estrutura da propriedade rural e criando uma economia agrícola capaz de operar dentro dos estímulos do mercado, de alcançar níveis mais altos de produtividade e de garantir melhor padrão de vida ao trabalhador, empregado e pequeno produtor. Cria-se, inclusive, a importante abertura representada pela exportação de produtos agrícolas, para superar as limitações do

¹²² MARTINS, José de Souza. op. cit., p. 23-31.

¹²³ Idem, Ibidem, p. 44.

¹²⁴ Idem, Ibidem, p. 45.

¹²⁵ Idem, Ibidem, p. 45.

mercado da região¹²⁶. Assim, a questão agrária esteve atrelada ao capital internacional, ou seja, o problema agrário estava inextricavelmente ligado aos objetivos de expansão e fortalecimento das empresas multinacionais, em detrimento dos trabalhadores. Segundo Delfim Neto, Ministro da Fazenda:

A grande ênfase que o Governo está imprimindo aos problemas agrícolas... Decorre da profunda convicção do próprio Presidente da República de que é preciso realizar a Revolução Agrícola para incorporar os dois terços da população brasileira que vivem no campo. Há, entretanto, um equívoco quando se pensa que essa ênfase é dada em detrimento da indústria, ou quando se pensa que essa ênfase transformará o Brasil num país agrícola: a concepção do Presidente Médici é a de um desenvolvimento da agricultura como suporte e demanda da indústria¹²⁷.

O presidente Médici enfatizou a necessidade de se realizar a “Revolução Agrícola”, através de um conjunto de medidas que pudesse auxiliar na produção, visando o aumento da produtividade e, ao mesmo tempo, possibilitando a expansão da demanda de bens industriais. Assim, a agricultura foi vista como um suporte para a industrialização do país e, para viabilizar essa “revolução”, o governo prometeu liberar grandes volumes de investimentos em crédito rural, com preços mínimos e juros subsidiados, para a compra de fertilizantes, inseticidas e corretivos, bem como para eliminar os tributos que incidem sobre os tratores e implementos agrícolas¹²⁸.

Entretanto, mesmo com a criação de alguns mecanismos governamentais, com o intuito de viabilizar a execução da reforma agrária no Brasil, estes não foram eficazes o bastante, uma vez que alguns órgãos governamentais necessitaram de intervenção militar, como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, fato que se deu em virtude de denúncias de corrupção nas questões ligadas à terra, envolvendo diretores em desapropriações de terras no Paraná. Mediante as circunstâncias sociais e políticas, o governo Médici, no ano de 1971, realizou mudanças neste órgão, o substituiu pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Esse órgão divulgou propagandas,

¹²⁶ **Jornal Correio de Uberlândia**. Reis Velloso explica PROTERRA. Ano XXXV, nº 11.284, 09/07/1971, p. 06.

¹²⁷ **Jornal Correio de Uberlândia**. Desenvolvimento agrícola vai integrar população brasileira. Ano XXXIII, nº 10.984, 15/01/1970, p. 04.

¹²⁸ Idem, Ibidem, p. 04.

incentivando os trabalhadores a se deslocarem para os núcleos de colonização, principalmente da Transamazônica, oferecendo crédito agrícola¹²⁹ aos trabalhadores, em condições especiais de pagamento, via convênio com o Banco do Brasil¹³⁰.

Os trabalhadores selecionados pelo INCRA foram chamados de “novos” bandeirantes: “Trinta e cinco colonos mineiros partem hoje, às 08 horas de Belo Horizonte, com muitos sonhos e esperanças para Altamira, onde pretendem construir um lar para viver na região Amazônica que começa a ser desbravada e conquistada”¹³¹. Esse enaltecimento dos trabalhadores, como sendo grandes desbravadores, foi uma estratégia política com o intuito de incentivar as pessoas a se mudarem para os núcleos de colonização das áreas novas. Percebe-se uma ênfase em favor desse espaço geográfico ao longo das rodovias, lugar onde os colonos recomeçariam suas vidas na expectativa de conquistarem um lar e ao mesmo tempo prosperar. Porém, essas iniciativas parecem ter sido bastante remotas, uma vez que tal órgão público passou a incentivar e a apoiar a colonização privada, através da alienação de extensas áreas de terras devolutas a empresas internacionais e do Centro-Sul do país. É significativo ressaltar também que o INCRA foi vinculado ao Ministério da Agricultura, indicando uma vitória dos empresários rurais, já que o IBRA estava ligado diretamente à Presidência da República. Porém, em pouco tempo,

*O INCRA, embora mantido formalmente no Ministério da Agricultura, passou para o Ministério do Interior e, mais tarde, da Secretaria do Planejamento. Essas não foram unicamente mudanças burocráticas. Elas representaram a perda da influência dos grandes fazendeiros sobre a política de terras do governo e representaram, também, a derrota da política de colonização, isto é, de distribuição de terras a pequenos e médios proprietários, especialmente ao longo das rodovias*¹³².

Essa mudança foi um dos motivos que levou à falência oficial da Transamazônica, fazendo com que parte da rodovia fosse engolida pela floresta. Outro fator relevante que

¹²⁹ Em 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com o intuito de auxiliar os agricultores para que os mesmos pudessem aumentar a produtividade por meio da modernização do campo. KAGEYAMA, Ângela (coord.). O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. In: DELGADO, GASQUES E VILLA VERDE, **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 1996, p. 158-159.

¹³⁰ **Jornal Correio de Uberlândia**. Agricultores da Trans terão crédito. Ano XXXV, nº 11.325, 19/09/1971, p. 02.

¹³¹ **Jornal Correio de Uberlândia**. Colonos de Minas também vão à Trans. Ano XXXV, nº 11.298, 03/08/1971, p. 08.

¹³² MARTINS, José de Souza. op. cit., 1984. p. 23.

auxiliou no fracasso dos núcleos de colonização nas áreas novas foi o alto custo dos empreendimentos, em função da necessidade de dotar os núcleos de infra-estrutura como: construir estradas, eletrificação e outros. Ao mesmo tempo, foi um processo difícil, porque envolveu o deslocamento dos trabalhadores para regiões que lhes eram totalmente desconhecidas¹³³. Mediante esses fatores e, principalmente, a ênfase dada pelo INCRA à colonização feita por empresas particulares, como a que ocorreu ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém, é que se deu o total fracasso dos empreendimentos realizados nas áreas novas.

Todavia, durante o governo Médici, ocorreram mudanças substanciais na política e na economia do país. Entre os anos de 1968 e 1974, período denominado de “milagre brasileiro”, verificou-se um significativo crescimento econômico no país. No entanto, mais uma vez, a questão agrária permaneceu intocada, em segundo plano, devido a inúmeros motivos, dentre eles, a violenta repressão da ditadura militar no Brasil, bem como o fato de que se pensava que esta questão já havia sido resolvida em função do crescimento agrícola, ocorrido durante o “milagre brasileiro”¹³⁴. Entretanto, Delfim Neto, ministro da economia ressaltou que:

Combateu a recessão com uma política de crescimento econômico que aproveitava a capacidade ociosa das empresas, mas continuava controlando os salários. A economia reagiu rapidamente, e cresceu em média dez por cento ao ano de 1968 até 1974, com o setor industrial claramente privilegiado. O período, que ficou conhecido como ‘milagre econômico’, tinha no entanto seu lado perverso, e o censo de 1970 provou que a desigualdade havia aumentado na década anterior. Delfim Neto justificava as distorções do país com a fórmula: ‘É preciso deixar o bolo crescer, para depois reparti-lo’¹³⁵.

Contudo, o “bolo cresceu”, mas foi dividido entre poucos, gerando uma elevada concentração de riquezas. O crescimento geral da economia, avaliado pelo produto interno bruto, não se traduziu em condições de renda satisfatórias para a maioria da população brasileira. Portanto, o ‘milagre brasileiro’ não atingiu todos os trabalhadores de forma equânime, mas somente uma pequena parcela da população. Em geral, como consequência

¹³³ SILVA, José Graziano da. op. cit., p.75.

¹³⁴ **Revista Veja**. Ano 33, nº 19, 2000.

¹³⁵ PAIANO, Enor. **Tropicalismo: bananas ao vento no coração do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1996. p. 15.

do desequilíbrio econômico, ocorreu a intensificação do êxodo rural (que tem na diminuição da PEA rural, como se vê na tabela 8, uma de suas faces). De acordo com os dados do IBGE, entre as décadas de 1970 e 1990, ocorreu uma migração forçada no território brasileiro, cerca de aproximadamente 30 milhões de pessoas transitaram pelo território nacional. Tais pessoas estavam em busca de melhores oportunidades de trabalho, educação, saúde e lazer, em suma, viam nas cidades uma opção possível de conquistar melhores condições de vida, opondo-se assim, à miséria, exclusão, bem como ao aumento dos conflitos violentos que comumente ocorrem no meio rural.

TABELA 08 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PEA RURAL NA FORÇA DE TRABALHO TOTAL – 1940-1990

ANOS						
1940	1950	1960	1970	1980	1985	1990
66,7	60,5	54,5	44,6	30,1	28,5	24,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

In: ROMEIRO, 1994, p. 127.

Se, por um lado, por falta de opções no campo, a maioria da população lutava no cotidiano, se deslocando para as cidades em busca de novas alternativas de sobrevivência, por outro, os grandes latifundiários mantinham resguardados seus interesses, acumulando capitais provenientes do aumento das exportações, principalmente dos produtos como o café e a soja. De acordo com Sader e Garcia, a convergência de vários fatores, dentre os quais a situação econômica e política internacional, fez com que o crescimento econômico no país, em combinação com o aniquilamento de quase todas as forças de contestação no interior da sociedade brasileira, permitisse uma considerável estabilização do regime¹³⁶. Nesse processo de expansão, as empresas estrangeiras tiveram um papel fundamental, no entanto, a crise do petróleo desvelou as contradições latentes do modelo econômico vigente no Brasil e o “milagre brasileiro” chegou ao fim. De acordo com Graziano:

Passada a euforia inicial, muitos começaram a se dar conta de que os frutos do crescimento acelerado do período 1967/73 tinham beneficiado

¹³⁶ SADER, Eder. E GARCIA, M. Aurélio. **Um Rumor de Botas: a Militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Ed. Polis, 1982, p. 162.

*apenas uma minoria privilegiada. E, entre os que tinham sido penalizados, estavam os trabalhadores em geral e, de modo particular, os trabalhadores rurais*¹³⁷.

Mediante tais circunstâncias, em maio de 1973, os mecanismos favoráveis à execução da reforma agrária no Brasil foram aos poucos se esfacelando, sobretudo, em função da renúncia do Ministro da Agricultura, Cirne Lima. Este ministro criticava o favorecimento por parte do governo às empresas multinacionais. Com sua demissão, baniram-se as cogitações em favor da distribuição e redistribuição de terra. Por outro lado, o novo Ministro da Agricultura, Moura Cavalcante, ofereceu “*grandes glebas de terra aos membros da Associação Brasileira dos Criadores de Nelore, em São Paulo. Ele completou, assim, o apoio que faltava no tripé de sustentação da política de criação de grandes empresas na Amazônia, juntamente com o ministro do Planejamento e com o Ministro do Interior*”¹³⁸. Neste contexto histórico, social e político, foi que ocorreu a designação de Lourenço Vieira da Silva para a presidência do INCRA, bem como o abandono dos planos integrados de colonização e das explorações ao longo das rodovias. Iniciava-se a época dos pólos de desenvolvimento, como o Polamazônia, criado em setembro de 1974. Diante disso, ao iniciar o governo Geisel:

*O governo militar já havia aberto mão dos poucos ingredientes progressistas que havia no Estatuto da Terra e que poderiam beneficiar os pequenos agricultores sem-terra e sem dinheiro. Toda a política de terras vinculou-se aos interesses da política econômica e de estabelecimento das grandes fazendas nas áreas pioneiras, aos interesses dos grandes grupos econômicos e não mais dos velhos fazendeiros. Esse período de redefinição da política fundiária em favor das grandes empresas capitalistas, geralmente empresas industriais, comerciais e bancárias, correspondeu a um grande crescimento de luta dos trabalhadores rurais pela terra. Os conflitos, apesar da repressão e da censura, multiplicaram-se rapidamente em todas as regiões do país, envolvendo não só os trabalhadores rurais, mas também os povos indígenas, cujas terras passaram a ser invadidas, com a conivência oficial, em escala nunca vista*¹³⁹.

Foi nesse contexto de plena instabilidade que o presidente da república Figueiredo assumiu o governo, em 1979, num clima de muita tensão social, sobretudo vivenciada pelos

¹³⁷ SILVA, José Graziano da. op. cit., 1980. p. 15.

¹³⁸ MARTINS, José de Souza. op. cit., p. 46.

¹³⁹ Idem, Ibidem, p. 24.

trabalhadores rurais. Mas, nessa mesma década, os trabalhadores rurais já contavam com o apoio da Igreja e das comunidades religiosas para pressionar ainda mais o governo a realizar a tão sonhada reforma agrária, com a distribuição de terras para quem dela necessitasse como meio de sobrevivência.

Alguns segmentos da Igreja Católica, que desde o início da colonização do Brasil haviam se colocado ao lado dos latifundiários, concretizavam sua opção preferencial pelos pobres e se dispunham a impulsionar a luta dos trabalhadores rurais e urbanos pelos seus direitos, entre eles, o acesso à terra¹⁴⁰. Desse modo, pode-se dizer que a Igreja Católica foi a primeira instituição a oferecer resistência ao regime militar, abrindo margens à organização dos trabalhadores, no campo e na cidade, os quais intensificaram sua busca por seus direitos e sua cidadania. Na realidade, *“a Igreja consegue entender essas coisas e traduzi-las numa proposta de questionamento da propriedade. Não é a Igreja, enquanto instituição, que faz isso, são setores crescentes e significativos da Igreja que conseguem falar e são capazes de visualizar isso tudo melhor do que qualquer outro grupo da sociedade”*¹⁴¹. Dentre esses setores ou entidades, destaca-se o papel realizado pelas Comunidades Eclesiásticas de Base – CEBS, e das pastorais a ela vinculadas, principalmente, a Comissão Pastoral da Terra - CPT.

De tal modo, os trabalhadores rurais deram um passo fundamental em prol da reforma agrária, acima de tudo, quando realizaram a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, a CONCLAT, unificada em agosto de 1981. Nesse evento se reuniram diversos dirigentes sindicais do país. Da área rural, houve a participação de 348 sindicatos, 17 federações e a CONTAG, num total de 1200 delegados. Já da área urbana, participaram 480 sindicatos, 33 federações, 3 confederações e 208 entidades não sindicais, abrangendo funcionários públicos e associações pré-sindicais¹⁴².

A 1ª CONCLAT levantou a bandeira em função dos trabalhadores brasileiros, reivindicando a estabilidade no emprego, salário mínimo real unificado, liberdade e autonomia sindical, direito à moradia e à reforma agrária. A reforma agrária foi exigida nos seguintes termos: deveria ser implantada de forma ampla, imediata e com a participação dos trabalhadores rurais. O objetivo era promover a melhor distribuição da terra e modificar

¹⁴⁰ SILVA, José Graziano da. op. cit., 1985, p. 51.

¹⁴¹ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 45.

¹⁴² SILVA, José Graziano da. op. cit., 1985, p. 51.

a estrutura do regime de sua posse, uso e propriedade, a fim de atender o princípio de justiça social e aumentar a produtividade. Segundo Graziano:

*Reforma Agrária ampla, quer dizer, que seja implantada em todo território nacional; massiva, que dê acesso à terra a milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra; imediata, que seja estabelecido, com urgência, um projeto de Reforma Agrária, com metas anuais definidas e com prazo estabelecido para terminar; e com a participação dos trabalhadores rurais, ou seja, que os trabalhadores rurais participem de todas as fases de elaboração e execução do programa de Reforma Agrária*¹⁴³.

Assim, simultaneamente ao movimento sindical dos trabalhadores rurais, com o apoio de algumas organizações, como a Igreja Católica, foi organizado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Esse Movimento se constituiu como organização autônoma em 1984, no Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, no Paraná, entretanto, sua gestação iniciou-se, em setembro de 1979, ainda no período da ditadura militar, quando aconteceu a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Por conseguinte, outras lutas foram ocorrendo nesse estado e em todo o país, tendo, como objetivo básico, a execução da reforma agrária¹⁴⁴.

Apesar de tudo, antes mesmo do golpe militar de 1964, ocorreram movimentos coletivos por acesso à terra. Pelo que consta da trajetória histórica dos movimentos agrários, no Brasil, ainda em 1962, a Fazenda Sarandi, localizada no município gaúcho de mesmo nome, foi ocupada por 5 mil pessoas, organizadas pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master. Nesse episódio, tendo em vista a pressão dos trabalhadores, Leonel Brizola, então governador daquele estado, desapropriou a fazenda, onde parte dos mesmos foi acampada. No entanto, durante a década de 1960, os excedentes, juntamente com outras famílias de outros lugares, ocuparam uma reserva indígena no município de Nonoai, sendo expulsos pelos índios em 1978. Diante disso, o governo federal interveio, transferindo parte das famílias para Mato Grosso, porém, o restante se opôs, muitas ficaram no estado, outras foram assentadas em Bagé. Naquele mesmo ano, outras famílias, que permaneceram próximas à reserva, ocuparam a Fazenda Sarandi, sendo

¹⁴³ Idem, Ibidem, p. 52.

¹⁴⁴ MORISSAWA, M. A **História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 123.

expulsos, pois a área havia se tornado reserva legal. Essas lutas foram importantes, pois os trabalhadores organizados pelo Master se juntaram com os militantes da CPT, iniciando um processo coletivo de conscientização, que culminou com as conquistas das fazendas Macali (7 de agosto de 1979) e Brilhante (25 de agosto de 1979) ¹⁴⁵.

O desfecho dessas ocupações é que parte das famílias foi assentada naquelas fazendas, sendo que o restante ocupou, em outubro de 1980, a fazenda Annoni, também em Sarandi, e foram expulsas pela Polícia Federal. Porém, o caso dessa fazenda ainda demoraria doze anos para ser resolvido e, nesse mesmo ano, as famílias dessas e de outras lutas ocuparam um local denominado Encruzilhada Natalino – entroncamento das estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. Com isso, outros trabalhadores, como meeiros, parceiros, assalariados e filhos de pequenos agricultores, juntaram-se a eles. Era um local estratégico, próximo da Annoni, da Macali e da Brilhante. Cerca de sete meses depois já eram 600 famílias, reunindo em torno de 3 mil pessoas em barracos que se estendiam por quase 2 quilômetros à beira da estrada. Dessa luta nasceu o *Boletim Sem Terra*, o primeiro órgão de comunicação do Movimento e uma secretaria administrativa em Porto Alegre para buscar solidariedade ¹⁴⁶.

A Brigada Militar cercou o local, tentando intimidar e desanimar os sem-terra de sua luta. Mas, os sem-terra da Encruzilhada permaneceram firmes na decisão de persistir. Sindicatos de várias categorias de trabalhadores, comunidades de diversas paróquias, prefeitos, agricultores e estudantes passaram a apoiá-los. Em junho de 1981, D. Pedro Casaldáliga trouxe sua solidariedade aos acampados, rezando uma missa, para eles, que reuniu 6 mil pessoas, incluindo as que foram prestar solidariedade. Esse acontecimento foi divulgado para todo o território nacional, em plena ditadura militar. A visibilidade do movimento fez o governo federal apresentar uma proposta de transferi-los para os projetos de colonização em Roraima, Acre, Mato Grosso e Bahia. Além de recusar a oferta, os sem-terra decidiram acampar na frente do Palácio do Governo, em Porto Alegre, para fazer pressão e exigir uma solução. Com o apoio da CPT, da Comissão de Direitos Humanos e de dois deputados, conseguiram uma audiência com o governador. A proposta que receberam foi a mesma do governo federal. Alguns dias depois, o Exército, a Polícia Federal e a

¹⁴⁵ Idem, Ibidem. p. 123-124.

¹⁴⁶ Idem, Ibidem, p. 124-125.

Polícia Rodoviária Estadual cercaram o acampamento na Encruzilhada, sob o comando do major Curió. Tratava de uma intervenção governamental, de modo que os interventores se alojaram numa fazenda nas proximidades, impedindo a entrada de qualquer pessoa no acampamento e avisaram nos alto-falantes, colocados ao redor das barracas, que: quem já tivesse trabalhado com carteira registrada em centros urbanos estava classificado como *sem vocação para a agricultura* e, portanto, não tinha direito à terra; as famílias que tinham voltado do Mato Grosso também não teriam mais direito a terra; e todas as famílias deviam apresentar uma certidão provando não ser proprietárias de terra¹⁴⁷.

No entanto, como se sabe, muitos trabalhadores, depois de expulsos do campo, foram trabalhar na cidade e grande parte ficou desempregada e estava procurando uma solução. O governo então os classificava como “sem vocação para a agricultura” e os condenava a voltar para as favelas da cidade. Quanto aos que haviam voltado de Mato Grosso, o fizeram porque lá encontraram terra ruim, falta de infra-estrutura e assistência, além de doenças. Assim, o governo federal demonstrava total descaso para com a questão. O objetivo central da intervenção era desorganizar os sem-terra, desmanchar o acampamento, desfazer o mal-estar que o acampamento trazia para o governo diante da sociedade. Na oportunidade, dois aviões Búfalo da Força Aérea Brasileira – FAB, transportaram uma comitiva dos acampados para o Projeto Serra do Ramalho, na Bahia, onde a churrascada os esperava numa das agrovilas, no entanto, foi só tentarem lavar as mãos e viram que não havia água no local. Algumas famílias tenderam a aceitar a proposta do governo, sinalizando seu cansaço, desânimo e resignação à sorte. Mas a CPT da Bahia enviou documentos sobre o Projeto que acabaram provando que este era insustentável. A desistência então foi geral. Do lado dos interventores, aumentaram a exasperação e violência¹⁴⁸.

O governo, com o intuito de solucionar o problema, criou, às pressas, o Projeto Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, exclusivamente para assentar os acampados da Encruzilhada. Mais de 100 famílias aceitaram, mas, a maioria acabou voltando, desiludida, e foram transferidas pelos interventores para outro acampamento, chamado Quero-quero. O acampamento tinha virado um campo de concentração, como denunciou a imprensa. Uma

¹⁴⁷ Idem, Ibidem, p. 125-127.

¹⁴⁸ Idem, Ibidem, p. 127.

grande manifestação foi organizada pelas várias entidades de apoio, contando com 137 padres do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, membros da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, deputados federais e estaduais. Os soldados do Exército tentaram impedir a entrada das pessoas que haviam chegado para participar. Mas os acampados romperam a barreira com a cruz. No final de agosto, os interventores deixaram o local, no entanto, devastaram parte do acampamento. Ficou provado que a resistência e o apoio da sociedade são as armas mais poderosas para a luta contra a política do governo e seu modelo econômico¹⁴⁹.

Os bispos do Rio Grande do Sul se reuniram em Passo Fundo e elaboraram um documento propondo ao governo a compra de terras no estado para assentar as famílias acampadas. De outubro a dezembro de 1981, os sem-terra da Encruzilhada tentaram diversas vezes negociar, com o governo estadual, o assentamento no estado. Em fevereiro de 1982, a CPT realizou a V Romaria da Terra, com mais de 20 mil pessoas. Nesse mesmo mês, os acampados propuseram à CNBB a compra de uma área em Ronda Alta, onde os acampados pudessem viver provisoriamente e retomar a luta. A CNBB e a Igreja Luterana arrecadaram nas paróquias os fundos necessários para a compra de uma área de 108 hectares no município. Ali, cerca de 210 famílias permaneceram em acampamento, resistindo. Depois de três anos de resistência, o governo se deu por vencido e desapropriou diversas áreas para o assentamento definitivo de todas as famílias. Apenas dez delas foram assentadas na área comprada pelas Igrejas, que passou a se chamar Nova Ronda Alta¹⁵⁰.

Com essa trajetória histórica, o MST dispõe de uma organização própria, uma vez que acabou travando uma luta quase que independente do sindicalismo rural, gerando diversas polêmicas. Sua herança advém do Movimento dos Agricultores Sem Terra – Máster, dentro desse processo de formação, foi fundamental o papel das Igrejas Católicas e Luterana. Sua principal forma de atuação se constitui na ocupação de terras improdutivas, ociosas. Segundo Caldart, *“Hoje, o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos no Encontro de 84 e retificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem*

¹⁴⁹ Idem, Ibidem, p. 128.

¹⁵⁰ Idem, Ibidem, p. 129.

exploradores”¹⁵¹. Essa estratégia de pressionar o governo com o intuito de concretizar a reforma agrária foi considerada por grande parte do sindicalismo rural brasileiro como uma atitude radical. Muitas vezes o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra somou forças à luta dos sindicatos de trabalhadores rurais; já em outras, dividiu¹⁵².

Segundo Claus Germer, as lutas dirigidas por esse movimento de trabalhadores foram motivadas pela reação das massas de pequenos agricultores contra o processo acentuado de empobrecimento do qual eram vítimas. E se apoiaram na ampla legitimidade conquistada por todos aqueles que lutaram contra a ditadura militar e, assim, eram favoráveis à restauração da democracia¹⁵³. Diante das lutas em prol do acesso à terra, o governo apertou o cerco, agindo, seja através da estratégia de persuasão, seja de ameaças ou até mesmo de conflitos armados, utilizando extrema violência com o objetivo de desmobilizar, tanto os trabalhadores, quanto as entidades envolvidas na questão da terra. Até mesmo porque:

*O governo federal não tem outra alternativa senão a de assegurar que a condução da questão fundiária permanecerá atrelada às conveniências da sua política econômica e de seus compromissos com os grandes grupos econômicos nacionais e multinacionais. A vitória da oposição nas regiões onde o campesinato está mais inquieto e ativo provavelmente induziria os novos governos a modificarem as respectivas políticas fundiárias, de modo a fazer com que elas fossem antes a expressão das aspirações e das conveniências dos trabalhadores sem terra. Isso desencadearia, quase que certamente, uma grande agitação no meio rural, em todo o país, mesmo nas áreas relativamente tranquilas ou onde os movimentos e lutas sociais ainda são débeis. Sem contar os possíveis efeitos sobre a população urbana de origem rural, nesta quadra de desemprego, que, reemigrando, comprometeria um dos pressupostos da política econômica de Delfim Neto, conforme ele declarou, que é a de emigração do campo para a cidade e a formação de um exército de reserva que pressiona o mercado de trabalho no sentido da diminuição dos salários reais dos operários*¹⁵⁴.

¹⁵¹ CALDART, Roseli Salete. O MST e a Formação dos Sem Terra: O Movimento Social como Princípio Educativo. **Estudos Avançados**. vol. 15, n. 43. São Paulo, 2001. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 25/10/2007.

¹⁵² SILVA, José Graziano da. op. cit., 1985, p. 54-55.

¹⁵³ Claus Germer. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1994. p. 275.

¹⁵⁴ MARTINS, José de Souza. op. cit., 1985, p. 26.

Desse modo, fica bastante evidente que o problema agrário brasileiro envolve, não só a questão da terra propriamente dita, mas também as relações de trabalho, no campo e na cidade. É significativo ressaltar também que o problema da terra, durante o período militar brasileiro, virou mais propriamente um problema de quartel, uma vez que o governo utilizou instrumentos repressivos para impedir que os sindicatos se tornassem instrumentos de reivindicação e negociação. Ao mesmo tempo, açambarcou os partidos políticos, pois lhes retirou a temática incômoda da propriedade fundiária, minimizando, assim, o debate em torno do problema da concentração fundiária no Brasil, enfim, esterilizou politicamente o debate e a luta pela terra. Portanto, as táticas e manobras do governo, com a militarização, propiciaram em grande medida a neutralização das políticas incômodas e dos focos de tensão social em função de não ter havido respaldo, legitimidade, dentro do regime militar e de sua política econômica. A partir da utilização de instrumentos de violência, com o objetivo de manter a propriedade da terra e uma massa de trabalhadores disponíveis para atender as necessidades do mercado, é que se alicerçou, em grande medida, a hegemonia do governo e dos latifundiários.

De acordo com Paulo Martinez, há evidentes demonstrações de que o sistema capitalista necessita de uma massa de trabalhadores para manter ou elevar a sua rentabilidade e a competitividade dos seus preços no mercado internacional. Por isso, os setores conservadores da sociedade não estão dispostos a abrir mão desses trabalhadores, nem lhes pagar melhores salários ou outros benefícios. Muito menos o sistema admitiria repartir com esses trabalhadores uma parte substancial do capital, dentre o qual, a terra¹⁵⁵. Nesse sentido, a terra e a força de trabalho, vendida pelo trabalhador, são utilizadas pelo governo e pelos setores dominantes com a finalidade de expropriar e explorar os trabalhadores.

Não obstante, o modelo político-econômico adotado durante o regime militar fracassou, fato que ficou bastante evidente durante o governo Figueiredo. A economia mergulhou numa das crises mais graves de sua história, com a inflação e a dívida externa bastante elevada e as dívidas públicas internas maiores do que a arrecadação do governo, gerando déficit público e instabilidade social.

¹⁵⁵ MARTINEZ, Paulo. **Reforma Agrária: questão de terra ou de gente?** São Paulo: Moderna, 1987. p. 31.

A questão agrária no pós-regime militar e a Constituição Brasileira de 1988

A crescente onda de insatisfação social, nos diversos setores da sociedade civil, nos partidos políticos, na igreja, nos sindicatos de trabalhadores, nos estudantes, os levou a reivindicar o fim da ditadura militar no Brasil, impulsionando uma campanha em favor das eleições diretas para presidente da república. A campanha pelas Diretas reuniu milhares de pessoas em manifestações populares que figuram entre as maiores da história do país. Nas ruas e praças multidões se reuniam em grandes comícios, exigindo “Diretas-já!”.

No entanto, através de manobras políticas de parlamentares ligados ao governo militar, a emenda Dante de Oliveira foi derrotada. Essa emenda restabeleceria as eleições diretas para presidente da república e colocaria fim no Colégio Eleitoral, criado pelo regime militar. Diante disso, o processo eleitoral prosseguiu pela via indireta, contrariando a vontade da maioria da população brasileira.

No Colégio Eleitoral, concorreram à presidência da república os candidatos Paulo Maluf e Tancredo Neves. Em janeiro de 1985, o grupo político da Aliança Democrática (composta por ex-integrantes do PDS - na chamada Frente Liberal-, e membros do PMDB), que apoiava Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, conseguiu elegê-lo para presidente e José Sarney para vice-presidente. Mas, Tancredo Neves não chegou a tomar posse no cargo, tendo falecido três meses após ter sido eleito, de modo que o vice-presidente em exercício, José Sarney, assumiu a presidência da república no mesmo ano.

Durante o governo Sarney (1985-1990), houve vários conflitos pela terra. Para atenuá-los, o governo, após ter criado o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, colocou em discussão uma proposta para a elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. Tal proposta foi apresentada em Brasília, no dia 27 de maio de 1985, durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. O debate acerca dessa proposta de reforma agrária foi, antes de tudo, uma conquista da longa luta da sociedade brasileira, antes mesmo da Campanha pelas Diretas. O 1º PNRA da Nova república diferiu dos demais ao enfatizar a:

desapropriação por interesse social como instrumento principal a ser usado no processo de reforma agrária. Este instrumento, previsto na Constituição dá ao Estado o direito não só de desapropriar terras que não estejam cumprindo sua função social (latifúndios e minifúndios),

*como também de indenizar o valor dessas terras em TDA (Títulos da Dívida Agrária), pagando em dinheiro tão somente as benfeitorias*¹⁵⁶.

Essa proposta do MIRAD e do INCRA, por estar diretamente relacionada com o ponto central dos debates ocorridos durante os anos de 1963-1964, provocou uma reação de ira nos setores conservadores da sociedade. A polêmica causada pela proposta MIRAD/INCRA pode ser distinguida por duas argumentações distintas, as quais nem sempre andam juntas, embora sejam indissociáveis: os interesses de classe e as motivações ideológicas¹⁵⁷. De acordo com esses critérios, Graziano realizou uma divisão em dois subgrupos.

O primeiro subgrupo é ideologicamente composto de radicais de direita, capitaneados pelo ex-ministro Armando Falcão e pelo ex-deputado Sérgio Cardoso de Almeida, um grande proprietário de terras em Ribeirão Preto e na Amazônia. Eles defendem o direito sagrado e inalienável da propriedade privada e vêem na proposta da reforma agrária um complô da CIA aliada à KGB, com o intuito de destruir a possibilidade do Brasil chegar a ser uma grande potência, a partir da pujança de sua agricultura. Esse subgrupo tem um peso não desprezível entre os grandes proprietários de terras e na representação do patronato rural, a Confederação Nacional da Agricultura - CNA e suas federações estaduais¹⁵⁸.

O segundo subgrupo tinha o presidente da Sociedade Rural Brasileira – SRB, Flávio Teles de Menezes, como principal representante. Eles não eram contra qualquer reforma agrária, mas sim contra a idéia da desapropriação por interesse social. Na realidade, como pano de fundo está a questão da forma de pagamento, ou seja, se fosse prévia, em dinheiro, e pelo valor de mercado, daria para aceitar a reforma agrária. Ao nível de discurso, esse subgrupo era favorável à aplicação do Estatuto da Terra. Para tanto, propunha uma política agrícola ampla, isto é, somente através de instrumentos como a colonização e a tributação das terras ociosas. Predominam nesse subgrupo os grandes produtores, usineiros e empresários rurais, que não são propriamente latifundiários no sentido de possuírem terras ociosas como reserva de valor¹⁵⁹.

¹⁵⁶ SILVA, José Graziano da. op. cit., 1985. p.76.

¹⁵⁷ Idem, Ibidem, p.14.

¹⁵⁸ Idem, Ibidem, p. 14-15.

¹⁵⁹ Idem, Ibidem, p. 15-16.

Em 10 de outubro de 1985, o presidente Sarney assinou o decreto 91.766, sob a coordenação do MIRAD, aprovando o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, o qual foi elaborado com base no Estatuto da Terra, que estabelece que a Reforma Agrária “*será realizada por meio de planos periódicos, nacionais e regionais, com prazos e objetivos determinados, de acordo com projetos específicos*”¹⁶⁰. As metas deste PNRA, da Nova República, partiram de “Estatísticas Cadastrais” de 1978 e das “Estatísticas Tributárias” de 1984, que apontaram um contingente de cerca de 10,6 milhões de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra.

*Desses beneficiários potenciais, estima-se que 3,5 milhões estão ou serão retidos em seus empregos pela dinâmica da agricultura empresarial brasileira, como assalariados permanentes ou temporários (...) Dessa forma, os beneficiários potenciais da Reforma Agrária seriam cerca de 7,1 milhões de trabalhadores rurais. A proposta do MIRAD/INCRA prevê o assentamento desses trabalhadores em 15 anos, ou seja, até o ano de 2000*¹⁶¹.

Para o assentamento deste contingente, estimava-se que seriam necessários aproximadamente 409,5 milhões de hectares de terras, que estavam nas mãos dos latifundiários detentores dos latifúndios, por dimensão e exploração, e mais 71,7 milhões de hectares, no controle da União. Essas áreas divididas pelos trabalhadores, que seriam assentados, dariam uma média de 68 hectares para cada um. É óbvio que são somente estatísticas, as quais não nos demonstram os possíveis problemas e falhas em sua execução, porém, se percebe o enorme contingente de terras disponíveis para a reforma agrária¹⁶². Todavia, somente nos primeiros cinco anos, as metas do PNRA eram de assentar 1 milhão e 400 mil famílias. Entretanto, o governo Sarney deixou como saldo um número extremamente reduzido de projetos de reforma agrária. Após esse período, assentou-se apenas 90.000 famílias, menos de 10% da meta estabelecida (tabela 9).

¹⁶⁰ PINHEIRO, Ana Maria. **Assentamentos de reforma agrária em Goiás**. Goiânia: UFG, 1999. p. 16.

¹⁶¹ SILVA, José Graziano da. op. cit., 1985. p.78.

¹⁶² Idem, Ibidem, p.78.

**TABELA 09 –REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO SARNEY, SEGUNDO O
1º PNRA - 1985-1990**

	METAS PROGRAMADAS	METAS EXECUTADAS
ASSENTAMENTO (nº famílias)	1.400.000	90.000
DESAPROPRIAÇÃO (área em ha)	43.000.000	4.500.000

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
In: PINTO, 1995, p. 75.

Contudo, o PNRA da Nova República, em termos de seus objetivos, como o de alterar a estrutura fundiária, quanto às metas, não se consolidou, ficando apenas como mais uma proposta que não foi efetivada. Por trás desse fracasso esteve a reação imediata dos grandes proprietários de terras, que criaram, também no ano de 1985, a União Democrática Ruralista – UDR, com o objetivo de impedir a realização da reforma agrária projetada, com esse intuito pressionaram o Congresso Nacional em vistas aos seus interesses. A penetração da UDR foi imediata entre os latifundiários e também entre os pequenos e médios proprietários rurais. Essa entidade noticiou, pelos quatro quadrantes do Brasil, que as desapropriações de terras previstas incluíam propriedades produtivas, qualquer que fosse o seu tamanho. Isso contribuiu para criar um clima de oposição à reforma agrária que, por fim, levou à desfiguração do Plano, que foi, ainda assim, abandonado no ano seguinte. Prosseguindo com seu intento de frear a reforma agrária, a UDR financiou a campanha de candidatos de partidos conservadores, como o PPB, o PFL e o PTB, à Câmara e ao Senado, para fazer parte do Congresso Nacional Constituinte de 1987-1988. Foi assim, que conseguiram aprovar emendas na Constituição Federal, promulgada em 1988, um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra. A principal mudança foi em relação à desapropriação de terras. Antes, pela lei, qualquer latifúndio podia estar sujeito a desapropriação, no entanto, com a criação da categoria “latifúndio improdutivo”, burocratizaram os avanços em relação à reforma agrária¹⁶³.

¹⁶³ MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 107-108.

De acordo com Silva, há algumas fragilidades no capítulo III, do Título VII da Carta Constitucional de 1988, que trata da Reforma Agrária¹⁶⁴. Ressalta, ainda, que houve um recuo a partir do afrouxamento no tocante à desapropriação por interesse social, tanto na abrangência (art. 185), como ao que se refere à exigência do pagamento prévio (art. 184). De acordo com os ditames da Constituição Federal de 1988, a propriedade privada da terra cumpre sua função social nos seguintes termos:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores¹⁶⁵.

No entanto, a Constituição Federal de 1988 não resgatou o critério de fixar o valor declarado para fins de pagamento do Imposto Territorial Rural – ITR, como limite para o valor das indenizações (Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969), decretado pelo governo militar do Marechal Costa e Silva. Recuou também o limite do instituto de usucapião, rebaixando de cem para cinquenta hectares. Manteve praticamente inalterado o limite para a alienação ou concessão de terras públicas, já que passou apenas de três mil para 2.500 ha, quando, na etapa interconstitucional anterior, a redução foi de 10.000 para 3.000 ha¹⁶⁶.

A Constituição de 1988 se configurou como um retrocesso na história das Constituições Brasileiras, a dispor, no inciso II do artigo 185, que a denominada “propriedade produtiva” não é suscetível de desapropriação. Na prática, introduziu dificuldades de ordem legal, agrônômica e operacional, que complica extraordinariamente qualquer tentativa séria de mudanças na estrutura fundiária brasileira¹⁶⁷.

Do ponto de vista agrônômico, a expressão “terra produtiva”, “propriedade produtiva”, ou “imóvel rural produtivo” é utilizada para identificar a gleba, o estabelecimento agropecuário ou imóvel rural que está sendo usado satisfatoriamente,

¹⁶⁴ SILVA, José Gomes da. A Reforma Agrária no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1994, p. 173.

¹⁶⁵ Constituição Federal de 1988 – Art. 186. **Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1995.

¹⁶⁶ SILVA, José Gomes da. A Reforma Agrária no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1994, p. 173.

¹⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 174.

levando-se em consideração tanto a fração mínima de aproveitamento espacial, quanto a produtividade alcançada. Outro aspecto que deve ser ressaltado foi a introdução da conservação dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, como referenciais para avaliar essa condição racional de aproveitamento, os quais constam no artigo 186, que define a função social¹⁶⁸.

Há ainda outro problema de ordem conceitual criado pela Constituinte, que diz respeito à impropriedade semântica que a expressão “propriedade improdutiva” carrega. O IBGE trabalha com esse conceito como sendo as terras não utilizadas, com isso define claramente as glebas que possuem potencial econômico e que se encontram abandonadas, normalmente à espera de valorização. O INCRA adota “área aproveitável não explorada” para definir essa situação de sonegação de terras boas ao uso agrícola. No entanto, segundo o dicionarista Aurélio, “produtivo” quer dizer “que produz, fértil”, mostrando claramente uma conotação de capacidade de produzir, de fertilidade intrínseca. Todavia, a terra pode ter um potencial produtivo, mas não se encontra sob uso econômico, ou “em utilização” como prevê o IBGE ou em “exploração” conforme estabelece o INCRA. Portanto, a expressão “propriedade produtiva” esconde uma armadilha e uma estratégia política dos latifundiários. Na realidade, vigorando o princípio legal de que as propriedades produtivas não são passíveis de desapropriação, restarão apenas, para fins da reforma agrária, as propriedades improdutivas, cujas terras ou estão ociosas ou não têm capacidade de produzir. E se, eventualmente, o judiciário se ater no conceito de fertilidade, sobrarão para a reforma agrária apenas os carrascais, charcos, areiões, piçarras e pirambeiras¹⁶⁹.

Segundo Pacheco, os dispositivos constitucionais que regulamentam a reforma agrária (art. 184 a 186) favorecem, sobremaneira, os proprietários de terras. A lei estabelece que o preço pago ao imóvel que não esteja cumprindo sua função social deve permitir ao desapropriado a reposição em seu patrimônio do valor que perdeu por interesse social (art. 12). Os dados da avaliação das benfeitorias e do hectare da terra a serem indenizados são feitos junto às prefeituras e através de pesquisas de mercado (parágrafo 2). Ademais, os

¹⁶⁸ Idem, Ibidem, p. 174-175.

¹⁶⁹ Idem, Ibidem, p. 175.

proprietários rurais, que devem impostos, têm o Imposto Territorial Rural pago pelo Estado. Diante disso, os latifundiários são duplamente beneficiados¹⁷⁰.

A Constituição ainda estabelece que a função social da terra é cumprida quando a propriedade atende, entre outros requisitos, as disposições que regulam as relações de trabalho (art. 186), o que implica em respeitar as leis trabalhistas e os contratos coletivos de trabalho, como as disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parcerias rurais (art. 8º, parágrafo 4, Lei 8.629/93)¹⁷¹. Ademais, em 1993, foi proposto o confisco do imóvel, no caso de constatação do emprego do trabalho escravo, com o intuito de tornar crime essa prática. No entanto, essa cláusula foi vetada, ao ser sancionada pelo presidente da república, Itamar Franco¹⁷². Ainda de acordo com Pacheco, a normatização das relações sociais de propriedade da terra, inscritas na Constituição Federal de 1988, evidencia a derrota das demandas da luta pela terra.

Nas correlações de forças no social, os conservadores mais uma vez foram vitoriosos, não mais representados somente no antigo latifúndio, personificado na figura dos “coronéis”, mas na “burguesia territorializada”, que emergiu no processo de modernização conservadora no campo, principalmente durante o período militar brasileiro. O capital agrário, industrial, comercial e bancário penetrou fundo nos negócios da terra, detendo, sob a forma de títulos patrimoniais, direitos sobre enormes extensões de terra, com o apoio do Estado, sobretudo através do crédito farto e barato¹⁷³. E se os latifúndios, total ou parcialmente improdutivos, somam uma quantidade considerável de terras, as desapropriações esbarram em diversos erros técnicos e entraves burocráticos e judiciários, que dificultam a comprovação do evidente caráter especulativo de muitos estabelecimentos rurais. Assim, não faltam leis que amparem medidas governamentais dirigidas para a

¹⁷⁰ PACHECO, Maria Emília Lisboa. O joio e o trigo na defesa da reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1994, p. 204.

¹⁷¹ Esta lei, denominada Lei Agrária, foi aprovada em 1993, durante o governo de Itamar Franco e reclassificou as propriedades rurais da seguinte maneira: minifúndio (dimensão menor que o módulo rural fixado para o município), pequena propriedade (dimensão ente 1 e 4 módulos rurais), médias propriedades (dimensão entre 5 e 15 módulos rurais) e grandes propriedades (dimensão superior a 15 módulos rurais). Por esta Lei, “as grandes propriedades produtivas passaram a ser as que produzem acima da média regional e as grandes propriedades improdutivas são as que produzem abaixo da média regional e, portanto, não aproveitam seu potencial produtivo natural”. In: MORISSAWA, M. op. cit., 2001. p. 110.

¹⁷² PACHECO, Maria Emília Lisboa. O joio e o trigo na defesa da reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro. op. cit., 1994, p. 204.

¹⁷³ Idem, Ibidem, p. 203.

solução efetiva do problema agrário no Brasil. Mas, as contradições e ambigüidades dos textos legais conduzem a interpretações que acabam sempre favorecendo os proprietários rurais, uma vez que inibem as possíveis medidas favoráveis a uma ampla e massiva reforma agrária. Mediante tais circunstâncias, os avanços em relação à reforma agrária andam a passos de “tartaruga”, ou seja, bastante tímidos, devido, em grande medida, à resistência dos latifundiários e políticos brasileiros.

A questão da reforma agrária nos governos FHC e Lula

Durante o governo de Fernando Collor (1990-1992), a questão da reforma agrária ficou praticamente estacionada, de modo que os trabalhadores rurais só conheceram a repressão. Esse governo apresentou como proposta assentar 500.000 famílias. Entretanto, frente a uma política de dismantelamento da administração pública, acelerando o processo de desgaste, ao qual já vinha se submetendo o INCRA, ocorreu apenas o assentamento de 30 mil famílias¹⁷⁴.

Com a posse de Itamar Franco na presidência da república (1992-1994), não se alterou substancialmente a política agrária mantida no governo anterior, mas pode-se dizer que, nesse período, ao menos foi criada a Lei Agrária, esta representou minimamente a regulamentação da questão agrária posta na Constituição. Com essa Lei passou-se a não haver mais vieses jurídicos que impossibilitassem as desapropriações de terras, pois se incluiu um mecanismo do “rito sumário”, o qual acelera o processo, exigindo do Poder Judiciário um prazo de 120 dias para decidir se a propriedade é ou não passível de desapropriação¹⁷⁵. Não obstante, este governo chegou a aprovar um Programa Emergencial para o assentamento de 80.000 famílias, das quais, entretanto, apenas 23.000 foram atendidas com a implantação de 152 projetos numa área de 1.228.999 hectares¹⁷⁶.

Ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ocorreu uma série de reformas envolvendo a previdência social, a administração pública e a privatização

¹⁷⁴ OLIVEIRA, A. U. e MARTINS, H. **Agricultura brasileira: tendências, perspectivas e correlações de forças sociais**. Brasília-DF: Via Campesina Brasil, 2004. p.8.

¹⁷⁵ MORISSAWA, M. A **História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 110.

¹⁷⁶ PINTO, L. C. G. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964-1984. **Reforma Agrária**. Campinas, ABRA, p. 76.

de algumas empresas. O programa de privatização deu ênfase, sobretudo, à privatização das empresas estatais. Porém, os políticos dos partidos de oposição ao governo, como o PT, PDT e o PSB, questionaram as privatizações realizadas, especialmente em relação a algumas empresas lucrativas, como a Companhia Vale do Rio Doce e as do sistema Telebrás. Com o Plano Real, a inflação foi reduzida, fornecendo certa estabilidade à economia nacional, apesar disso, as desigualdades sociais mantiveram-se e a dívida externa praticamente triplicou. De modo geral, esse governo caracterizou-se por uma orientação predominantemente neoliberal, na implementação da política econômica, fundamentada em elementos que estimularam o aumento substancial da dependência externa do país, tais como:

Eliminação praticamente absoluta das restrições às importações (inclusive de produtos agrícolas); abertura para a entrada maciça do capital estrangeiro, particularmente os de natureza especulativa, provocando forte vulnerabilidade; crescimento da dívida externa, apesar do pagamento de juros crescentes; entrega do patrimônio nacional ao capital estrangeiro através do processo de privatização. Somados, estes processos se traduzem num aumento da vulnerabilidade brasileira frente às grandes empresas transnacionais e às principais potências estrangeiras, particularmente, os EUA¹⁷⁷.

Nessa conjuntura, a reforma agrária nem chegou a fazer parte das reformas pretendidas por esse governo, uma vez que a política agrária, de certo modo, se enquadrava nas determinações do FMI. Assim, a política agrícola voltou-se prioritariamente para a promoção das exportações, em detrimento de um apoio efetivo à agricultura familiar. Isso pode ser constatado de acordo com os cálculos do economista, Fernando Homem de Melo, “comparando-se os custos de financiamento e a evolução da inflação, observamos que a taxa de juros para os agricultores familiares que era de 20% inferior a inflação em 1995 passou a ser 260% maior em 1998. Além disso, a oferta de crédito tem diminuído”¹⁷⁸. Este direcionamento político trouxe obstáculos ao processo de reforma agrária, as áreas selecionadas, na maioria das vezes, configuravam-se em ambientes de conflito e luta pela

¹⁷⁷ ALENTEJANO, P. R. **As concepções de reforma agrária do governo e dos movimentos sociais no Brasil do século XXI**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2002. p. 1.

¹⁷⁸ Idem, Ibidem, p. 1.

terra, em que os movimentos sociais rurais se encontravam organizados, segundo informações do próprio governo:

Das 62.044 famílias assentadas, 45.471 estavam em áreas de conflito (...) Dessas famílias assentadas em áreas de conflito, 27.453 eram posseiros e 18.018, acampados – grupos de pessoas que não têm acesso à terra e permanecem dentro de uma propriedade rural ou em suas redondezas, à beira das estradas, em situação provisória e precária, mas organizados pelos movimentos sociais e vivendo de forma coletiva¹⁷⁹.

Na prática,

o governo FHC desenvolveu uma política de assentamentos, sem ter tocado em nada na estrutura fundiária brasileira. Ao mesmo tempo em que efetuou o maior número de assentamentos da história, um número superior de famílias abandonou o campo pela ausência de políticas públicas que lhe permitissem nele viver com dignidade. Neste período, ao invés de uma democratização da propriedade, houve uma concentração maior. O governo FHC não tinha uma política e um plano de Reforma Agrária como estratégia de desenvolvimento. Os assentamentos não obedeceram a um planejamento elaborado, mas foram sendo criados respondendo à pressão exercida pelos movimentos sociais. Seu governo adotou a “política do bombeiro”, tentando debelar os focos de incêndio no campo. Costuma-se dizer que adotou políticas compensatórias para enfrentar os conflitos. Ao invés de fortalecer o INCRA e sua estrutura, criou o ministério que gerou uma série de conflitos de competência¹⁸⁰.

A reforma agrária no governo de Fernando Henrique aparecia nos seus planos como forma de desenvolvimento da agricultura familiar, maneira encontrada pelo governo para reduzir os conflitos agrários. Apesar de terem sido assentados 264.625 famílias, porém, de 1995 a 1996, 450 mil famílias perderam suas terras para os bancos, tornando o estabelecimento dos assentamentos uma medida paliativa ante o problema agrário¹⁸¹. Além disso, nesse governo, os recursos demoravam a chegar e, quando chegavam, eram insuficientes, considerando o fato de que os trabalhadores não receberam, ao mesmo tempo, as orientações técnicas de como trabalhar a terra de uma maneira segura e produtiva.

¹⁷⁹ PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Comunicação Social. **Reforma Agrária, compromisso de todos**. Brasília, 1997. p. 3.

¹⁸⁰ BALDUÍNO, Dom Tomás.; CANUTO, Antônio. Reforma Agrária Ontem e Hoje. *Comissão Pastoral da Terra-CPT*. Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 23/04/2005.

¹⁸¹ MORISSAWA, M. A **História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 112.

Dentre as medidas tomadas, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, pode-se ressaltar a implantação do Banco da Terra, criado em 1998, com linhas de crédito, mediante as quais as terras poderiam ser compradas dos grandes proprietários pelos próprios trabalhadores sem-terra, manobra realizada pelo governo para resolver os conflitos no campo¹⁸². Segundo Alentejano, o Banco da Terra constituía um mecanismo de compra e venda de terras para fins de reforma agrária. Todavia, seu processo de arrecadação de terras e seleção das famílias era descentralizado, ficando a cargo dos municípios, fortalecendo o poder das elites locais e dificultando a pressão popular. Além do mais, representa a afirmação da reforma agrária de mercado, como organismo para distribuir terra no campo, acordada, na perspectiva da qualificação para a disputa de mercado, como saída para a agricultura familiar. Contudo, os mecanismos de compra de terras, por vezes, acabam por premiar os interesses especulativos, transformando o INCRA, num momento em que o mercado de terras está desaquecido, em “*agente fundamental de valorização da propriedade fundiária no país, transferindo recursos públicos para grandes empresas e especuladores*”¹⁸³. Dessa forma, o Banco da Terra favoreceu principalmente os latifundiários, em detrimento dos trabalhadores, uma vez que estes, ao aderirem ao Programa Cédula da Terra (1997), primeiro teste para o Banco Mundial implantar efetivamente o Banco da Terra, não teriam acesso aos créditos de implantação da reforma agrária (alimentação, fomento e habitação) e ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA, ficando limitados ao PRONAF¹⁸⁴.

Por sua vez, durante esse governo, os assentamentos rurais, em grande maioria, foram promovidos em regiões de conflito, onde existia forte pressão dos movimentos sociais organizados. As poucas desapropriações de terra realizadas no país não foram fruto de um processo geral, que visasse alterar definitivamente a estrutura fundiária brasileira, democratizando o acesso à terra. Ao contrário, a política agrícola e a questão agrária implementada foram tratadas, sobretudo, de forma parcial e regionalmente localizada. Assim, o governo FHC, que se “orgulha” do fato de ter assentado o maior número de famílias que todos os outros governantes, na realidade o fez, no entanto, em certa medida, a custa dos trabalhadores sem-terra e dos pequenos produtores rurais, que perderam suas

¹⁸² SCOLESE, Eduardo. **A Reforma Agrária**. São Paulo: Publifolha, 2005. pp. 82-83.

¹⁸³ ALENTEJANO, P. R. op. cit., 2002. p. 3.

¹⁸⁴ MORISSAWA, M. op. cit. 2001, p. 113.

terras para os bancos. Aliás, há que se considerar que o total de áreas desapropriadas corresponde apenas “7% de todas as terras ociosas do país, segundo o próprio INCRA, e somente 2,7% de todas as terras em poder do latifúndio no Brasil”¹⁸⁵. Diante disso, se manteve a desigual e excludente distribuição de terras e renda no país. Segundo Stédile, ao término dos dois mandatos do governo FHC, a política adotada configurou-se num processo implementado na “contramão” de uma real reforma agrária:

*Os 26.000 maiores proprietários de terra no Brasil têm fazendas com áreas superiores a 2.000 hectares, uma enorme fazenda. Esses proprietários tinham, no início da década de 80, 128 milhões de hectares, o patrimônio deles somado; quando terminou o governo FHC, estavam com 178 milhões de hectares. Ou seja, em dez anos, coincide com o período Collor-FHC, eles acumularam um patrimônio de 50 milhões de hectares. E do outro lado da moeda, nesse mesmo período 920.000 propriedades com menos de 100 hectares foram à falência, desaparecera. Então, o governo FHC não deixou apenas de fazer a reforma agrária, mas aumentou a concentração da propriedade*¹⁸⁶.

Nessa conjuntura, Luiz Inácio Lula da Silva iniciou seu primeiro governo (2003-2006). Sua posse na presidência da república aumentou, consideravelmente, a expectativa dos trabalhadores sem-terra em relação à reforma agrária, posto que, eleito sob bases populares, a vitória do Partido dos Trabalhadores – PT, nas eleições de 2002, partido historicamente vinculado às lutas dos trabalhadores, trouxe novos contornos para o debate acerca da questão agrária no país. Nesse período, as ocupações cresceram com muita rapidez, ocorrendo em todo o país. Sobre a quantidade dessas ocupações, considere a tabela a seguir:

TABELA 10 - OCUPAÇÕES DE TERRA NO BRASIL

REGIÕES	ANO					
	2000	2001	2002	2003	2004*	TOTAL
NORTE	12	16	3	6	9	46
NORDESTE	94	36	35	87	131	383
C-OESTE	53	45	13	38	47	196
SUDESTE	50	44	34	46	91	265
SUL	27	17	18	45	38	145
TOTAL	236	158	103	222	316	1.035

* até novembro.

Fonte: Ouvidoria Agrária Nacional, vinculada ao MIRAD. In: SCOLESE, Eduardo. 2005. p. 67.

¹⁸⁵ ALENTEJANO, P. R. op. cit., 2002. p. 2.

¹⁸⁶ STÉDILE, João Pedro. **A proposta do MST**. In: Caros Amigos n. 18, 2003. p. 6.

De acordo com os dados da tabela 10, percebe-se que o número de ocupações de terra no país, durante o governo Lula, no período de janeiro de 2003 a novembro de 2004, avançou 8% em relação aos três últimos anos de Fernando Henrique Cardoso. Das 222 ocupações de 2003, o MST foi responsável por 138, ou seja, 62%. No ano de 2004, as ocupações do MST ficaram registradas, acima de tudo, no mês de abril, o qual ficou marcado como “abril vermelho”, referência às cores da bandeira do Movimento, mês em que esse Movimento fez também uma homenagem aos trabalhadores mortos em Eldorado dos Carajás¹⁸⁷. No Estado de Minas Gerais, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra, as ocupações também marcaram presença, no ano de 2004, quando ocorreram 34 conflitos por terra, no Estado de Minas Gerais, e 496, na somatória de todos os estados brasileiros, e, em 2005, foram 26 conflitos ocorridos, em Minas Gerais, e 437, em todo o país¹⁸⁸. Além disso, ocorreu uma série de mortes em decorrência desses conflitos, bloqueios de estradas, tendo havido, ainda, por alguns movimentos mais radicais, como o Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST, ações de depredação de prédios públicos.

Enquanto os movimentos sociais organizados lutavam principalmente para conseguir o acesso à terra, o governo Lula implementava o programa *Vida Digna no Campo*, estabelecendo as diretrizes da política agrária. Esse projeto fixou quatro objetivos centrais, a saber: “a garantia do abastecimento alimentar em quantidade para toda a população; a geração de divisas para o país através da agricultura exportadora; a recuperação e a manutenção dos recursos nacionais integradas ao desenvolvimento

¹⁸⁷ Este conflito iniciou-se em setembro de 1995, quando formou-se à beira da rodovia PA-275, em Curinópolis, Pará, um acampamento com mais de 2 mil famílias, visando a Fazenda Macaxeira. Cinco meses depois, sem solução, as famílias decidiram ocupar a fazenda. O desfecho dessa ocupação é que, às 11 horas de 17 de abril, chegou ao acampamento um oficial, dizendo que o governo romperia o acordo de trazer alimentos. Os sem-terra voltaram a bloquear a rodovia. Às 16 horas, ouviram o ruído de veículos, foram para a estrada na ilusão de que o governo havia mandado os ônibus com a comida como havia prometido. Mas eram 155 policiais dos batalhões de Parauapebas e Marabá, vindo pelos dois lados da rodovia, jogando bombas de gás lacrimogêneo. Os trabalhadores responderam com pedras e paus. Nesse tumulto, um dos acampados levou um tiro no pé, caiu e foi executado com um tiro na cabeça. A cena revoltou os sem-terra, que passaram a revidar com o que tinham. Os policiais dispararam as metralhadoras. Já com os acampados em debandada, começaram as execuções: 12 trabalhadores receberam tiros certos na cabeça e no tórax; 7 foram mortos com instrumentos de corte retirados deles, prova de que já estavam dominados pelos policiais. A operação deixou 19 mortos, 69 feridos e pelo menos 7 desaparecidos. Segundo os laudos, 13 foram executados depois de rendidos. In: MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. p. 156.

¹⁸⁸ ‘Ocupações de Terra’. **Comissão Pastoral da Terra-CPT**. Dados de 2004. Disponível em: www.cptnac.com.br. Acesso: 12/05/2007.

agrícola; a implementação de um programa de reforma agrária amplo”¹⁸⁹. Em relação a este último item, foram apontados oito objetivos principais:

1. Estabelecer as “zonas reformadas” principalmente através da desapropriação de terras improdutivas; 2. Viabilizar financeiramente o programa mediante a utilização dos TDAs (títulos de dívidas agrárias), que passariam a ser resgatados pelo prazo constitucional (até 20 anos), ao contrário do que vem acontecendo desde o governo FHC (resgate entre dois e cinco anos), para reduzir os custos das indenizações; 3. Garantir os direitos humanos com promoção de ações específicas e permanentes de fiscalização do trabalho rural, de combate à violência no campo e com o fim da repressão institucional (supressão de leis) aos trabalhadores rurais e suas entidades de representação; 4. Recuperar os assentamentos já efetuados, garantindo infra-estrutura social e econômica, assistência técnica, acesso à crédito rural e comercialização em parceria com estados e municípios; 5. Elaborar os planos de desenvolvimento dos assentamentos em sintonia com os objetivos da preservação do meio ambiente; 6. Desenvolver ações específicas para índios e quilombolas; 7. Implantar o cadastramento de imóveis rurais em que áreas griladas sejam devolvidas ao Estado e utilizadas na reforma agrária; 8. Confiscar as propriedades que pratiquem trabalho escravo”¹⁹⁰.

Ainda que representando, pela primeira vez na história do Brasil, um governo marcadamente popular, percebe-se que seu primeiro mandato não alcançou avanços significativos na questão fundiária brasileira. O orçamento destinado para 2003 não foi superior que o de 2002, o que pode ter sido um entrave ao assentamento de um número maior de famílias. Além do mais, este governo realizou promessas de campanha, percebidas nas próprias falas do presidente Lula, como, por exemplo, quando o mesmo afirmou aos trabalhadores: “numa canetada só eu vou dar tanta terra que vocês não vão conseguir ocupar”¹⁹¹, o governo terminou o primeiro ano de seu primeiro mandato não tendo cumprido a meta que havia prometido de assentar 60 mil famílias no primeiro ano de

¹⁸⁹ TORRES, R. **O que pretende o programa de Lula**. In: Caros Amigos n. 18, 2003. p. 11.

¹⁹⁰ Idem, Ibidem, p. 11.

¹⁹¹ SCOLESE, Eduardo. **A Reforma Agrária**. São Paulo: Publifolha, 2005. p. 86.

governo, mas só assentou 36,8 mil famílias. Até o final do mandato, o governo prometeu assentar 400 mil famílias, mas também não atingiu a meta¹⁹².

Nesse sentido, pode-se dizer que os avanços que têm ocorrido até os dias atuais acerca da reforma agrária no Brasil resultam, principalmente, das pressões dos trabalhadores sem-terra, em seus movimentos sociais organizados, mediante as ações de ocupação de terras. Em termos gerais, esses acontecimentos ocorridos na política nacional de reforma agrária, sobretudo nos últimos dez anos da história nacional, refletiram, sobremaneira, nas várias regiões do país, inclusive no sudeste, abrangendo, nesse caso, o próprio Estado de Minas Gerais e, neste, o município de Uberlândia, palco da primeira ocupação de terras, ocorrida na fazenda Rio das Pedras.

¹⁹² Idem, *Ibidem*, p. 86.

SEGUNDO CAPÍTULO

MÚLTIPLOS OLHARES ACERCA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: lutas, táticas e resistências no social

Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG: o processo de modernização no campo e a luta pela terra

A mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba¹⁹³ concentra um dos principais pólos do complexo agro-industrial do país. Estrategicamente localizada, situa-se, respectivamente, na parte extremo oeste e oeste de Minas Gerais. Agrupa 64 municípios, distribuídos, de acordo com o IBGE, entre as microrregiões de Uberlândia, Uberaba, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Araxá e Ituiutaba, numa área total de 94.241 Km², o que corresponde a 16,17% do total do estado¹⁹⁴.

No interior do processo mais amplo de modernização agrícola no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1960 e, em especial, durante a década de 1970, o cenário econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foi alterado, frente à incorporação das áreas de cerrado ao processo produtivo. Até então, de predominantemente utilizadas como pastagens naturais, estas áreas passaram a ser intensamente aproveitadas. Nesse procedimento, “*os setores que mais se beneficiaram por esse processo foram aqueles cuja produção estava voltada à exportação, em detrimento da redução das culturas consideradas tradicionais*”¹⁹⁵, sendo o cerrado mineiro marcado principalmente pela introdução da soja e do café. Obviamente, essas mudanças no campo se deram de forma diversificada nas diversas regiões do estado, com a incidência de diferentes programas e/ou projetos governamentais, o que resulta numa multiplicidade de situações agrárias na região.

¹⁹³ Neste trabalho, a classificação utilizada advém dos critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que considera a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba como unidade de análise, quanto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, este refere-se às regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em separado para efeito de sistematização dos dados.

¹⁹⁴ GUIMARÃES, Letícia de Castro. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção: o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido-MG (1989-2001)**. Uberlândia. Dissertação (mestrado em geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2002. p. 34.

¹⁹⁵ PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; SILVA, Paula Junqueira. **O Café e a Soja na (re) Organização do Espaço do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. Relatório final apresentado ao CNPQ, Uberlândia, UFU, agosto/1999. p. 73.

Todavia, o processo de modernização trouxe forte impacto nas relações de trabalho desencadeadas no meio rural, sobretudo pela destruição massiva de formas tradicionais de produção, como a parceria e os arrendamentos, com a transformação de áreas do cerrado em pastagens, ocasionando, acima de tudo, o aumento do desemprego e do êxodo rural. A parceria, cuja base é o trabalho familiar, e que possuía um relevante papel no processo de ocupação econômica do cerrado mineiro, uma vez que era muito utilizada até então para o cultivo de cereais, bem como o trabalho com o gado, tornou-se, com o processo de capitalização da agricultura, dispensável em sua quase totalidade. Segundo dados do IBGE, o número de parceiros sofreu uma redução drástica: passando de 13.311, existentes em 1970, para 8.552, em 1975; 1.830, em 1980, 907, em 1985, e, finalmente, 842, em 1995. Na região do Alto Paranaíba a tendência foi a mesma, perfazendo 10.461 parceiros, em 1970, 7.652, em 1975, 7.442, em 1980, 5.870, em 1985, e somente 728, em 1995¹⁹⁶. Acrescenta-se, ainda, que ocorreu o crescimento de formas de trabalho assalariadas permanentes, bem como uma intensificação das formas de contratação temporária, evidenciando, assim, uma crescente proletarianização da força de trabalho.

Ainda de acordo com os dados do IBGE, em 1970, havia 28.387 trabalhadores temporários no Triângulo Mineiro e 8.763 no Alto Paranaíba. Em 1985 esses números aumentaram, respectivamente, para 39.025 e 24.928. Já no ano de 1995/96, esses números foram reduzidos cerca de 60% e 45%, em função, sobretudo, de uma nova onda de mecanização das lavouras de café, com a adoção intensiva de colheitadeiras mecânicas, em substituição à força humana, multiplicando ainda mais o número de desempregados no campo¹⁹⁷. De acordo com os dados cadastrais do Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta, atuante na região, e que, em 2002, tornou-se Movimento Terra Trabalho e Liberdade – MTL, “*o sem-terra antes arrendatário, posseiro, pequeno proprietário rural, hoje é o bóia-fria, o motorista, o pedreiro, o eletricitista, o mecânico, o desempregado das cidades como Uberlândia, cuja população cresceu 293% nos últimos 30 anos, segundo a*

¹⁹⁶ Idem, Ibidem, p. 73.

¹⁹⁷ SILVA, P. J. **Entre as lavouras cafeeiras a conquista da terra: a territorialidade do assentamento Nova Bom Jardim em Tapira – Alto Paranaíba-MG**. Dissertação de mestrado de Geografia, UFG, 2002. p. 85.

Prefeitura Municipal de Uberlândia, com base nos dados do IBGE”¹⁹⁸. Essas mudanças nas relações de trabalho refletem na relação campo-cidade, bem como se traduz na concentração de terras e riquezas no país, inclusive, nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Observemos a tabela a seguir:

TABELA 11 – CONCENTRAÇÃO DA TERRA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA – ÍNDICE DE GINI (1970-1985)

ANO	TRIÂNGULO MINEIRO	ALTO PARANAÍBA
1970	0,667	0,651
1975	0,674	0,668
1980	0,683	0,666
1985	0,692	0,670

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, censos agropecuários – 1970-1975-1980-1985. In: PESSÔA E SILVA, 1999, p. 23.

Através da tabela é possível verificar que a concentração fundiária ampliou-se consideravelmente no período de 1970-1985. Acresça-se, ainda, o fato de que, no decorrer dessas décadas, a economia brasileira caracterizava-se por inflação alta e grandes investimentos, em especial no mercado de terras, de tal forma que o cerrado mineiro tornou-se “*locus*” dessa valorização de terras, que beneficiou, principalmente, os grandes proprietários e empresas agropecuárias, que procuravam essa área para nela estabelecerem novos investimentos”¹⁹⁹. Mesmo frente a todo esse processo, é relevante mencionar que a agricultura familiar se traduz, ainda que numa região onde é relativamente pouca expressiva, em uma importante fonte de produção, emprego e renda:

O Triângulo Mineiro sempre foi tido como uma região de grandes propriedades rurais, representadas pelo sistema de agricultura patronal de soja e pecuária de corte (...). Os dados do censo de 1995/96 mostram que a agricultura familiar, diferente do que ocorre nas regiões Sul e Nordeste, possuem pouca expressividade na região, correspondendo a 53,3% do número de estabelecimentos totais, embora ocupe menos de 20% da área total dos estabelecimentos. (...) A agricultura familiar gera

¹⁹⁸ FONSECA, J. B. **Reforma Agrária e Sustentabilidade: luta pela terra, realidade e perspectivas dos assentamentos rurais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba**. Dissertação de mestrado em Economia, UFU, 2001.

¹⁹⁹ PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; SILVA, Paula Junqueira. op. cit., 1999, p. 23.

uma renda de R\$ 83,38 por hectare, ao passo que a agricultura patronal gera apenas R\$ 53,55 por hectare. (...) Além disso, a agricultura familiar no Triângulo Mineiro tem uma capacidade de gerar um maior número de postos de trabalho. (...) Verifica-se que a agricultura familiar ocupa um trabalhador a cada 23,28 ha ao passo que a agricultura patronal emprega um trabalhador para cada 56,39 ha²⁰⁰.

De modo geral, a modernização do espaço rural do cerrado, na região do Triângulo Mineiro, assim como em outras regiões do território nacional, privilegiou a economia agro-exportadora e atendeu, sobremaneira, os interesses do capital mercantil e monopolista. Diante disso, se verifica que o agravamento da realidade agrária na região, induzido pela implementação da modernização conservadora no cerrado mineiro, por sua vez, traduziu-se na intensificação dos conflitos sociais, especialmente no campo. Segundo Silva,

O resultado desta desterritorialização provocada pelo capital e pela tecnologia se expressou, a partir da década de 1980, nos assentamentos rurais na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. É nesse mesmo período que ações sindicalistas e atuações de grupos católicos progressistas começam a organizar politicamente os trabalhadores rurais da região²⁰¹.

Isto posto, percebe-se que os movimentos sociais, frente ao desmantelamento provocado por transformações no mundo rural, intensificaram suas ações, através, sobretudo, de mobilizações e estratégias, como as ocupações de terra na região. Assim, as experiências desenvolvidas na década de 1980 refletiram no processo de luta pela terra no território nacional e, mais especificamente, na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, de modo que:

Não cabe aos sem-terra a alusão de que a década de 1980 foi uma década perdida. Ao contrário, por meio de suas lutas mantiveram a reforma agrária na pauta política. Essa questão ocupou espaços no campo e na cidade, espacializando a luta pela terra. As conquistas dos sem-terra foram frutos das lutas plantadas no campo com as ocupações, e só dessa forma obtiveram vitórias nas negociações na cidade. Os acampamentos nas beiras das estradas só foram superados com as ocupações de terra. Foi com essas ações que os sem-terra fizeram

²⁰⁰ PCT/INCRA/FAO. **Plano de desenvolvimento rural sustentável do Triângulo Mineiro**. Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, 2001, p.11-12.

²⁰¹ SILVA, P. J. op. cit., 2002, p. 3.

*avançar a luta e sua organização, construindo realidades e desdobrando-as*²⁰².

Nessa perspectiva, essa década foi marcada por avanços em relação à organização dos trabalhadores em prol do acesso à terra. Nesse processo, os trabalhadores sem-terra, arrendatários, meeiros e pequenos proprietários rurais se fortaleceram na luta contra a expropriação, no movimento excludente do capitalismo, por meio, principalmente, das ocupações de grandes propriedades rurais improdutivas, na defesa, sobretudo, da reforma agrária, fazendo eclodir inúmeras disputas territoriais, manifestando, assim, um sentido contrário àquele vinculado aos interesses dos setores dominantes regionais, entre eles, o latifundiário. É nesse cenário, marcado pela intensificação da luta pela terra, que a partir dos anos de 1990, eclodiu o Movimento de Luta pela Terra - MLT, atual Movimento Terra, Trabalho e Liberdade –MTL, conquistando a Fazenda Rio das Pedras, um marco desse processo.

A formação do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL

Nesse processo de intensificação das lutas pela terra no território nacional e, em especial, na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, num contexto permeado de relações conflituosas entre os trabalhadores sem-terra, o governo e os latifundiários, lideranças de Campo Florido, Santa Vitória e da Animação Pastoral e Social no Meio Rural – APR, articularam a criação do primeiro movimento social rural da região. Fundado, em 1995, e, provisoriamente, nomeado de Movimento Democrático dos Sem-Terra – MDST, este movimento apresentava os seguintes preceitos:

*A organização se reivindica de massas, autônoma, independente, democrática e socialista. Propõe a articulação de um novo movimento nacional de luta pela reforma agrária no país, de caráter político, intimamente articulado com os setores urbanos. Com um programa “antilatifundiário, antiimperialista e antimonopolista”, invoca a transformação social do país*²⁰³.

²⁰² FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 198.

²⁰³ FONSECA, J. B. op. cit., 2001, p. 113.

Essa organização, posteriormente, foi denominada de Movimento de Luta pela Terra – MLT. Os integrantes desse movimento, além de realizar ocupações de terras, em Uberlândia, entre elas, a Fazenda Rio das Pedras, organizaram também ocupações em Campina Verde, Santa Vitória, Ituiutaba, Gurinhatã e Nova Ponte²⁰⁴. A partir de 1995, o MLT propôs a construção de um movimento nacional, tendo como princípios básicos: a luta pela reforma agrária intimamente associada à luta pelo socialismo²⁰⁵; a construção de um programa anti-latifundiário, anti-monopolista e anti-capitalista; a defesa radical da democracia e da pluralidade em todas as instâncias do movimento, principalmente a partir da base. Além disso, o MLT propunha a unificação dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à construção de alternativas políticas e econômicas; à autonomia e independência, negando, assim, a participação em qualquer governo burguês; à busca da auto-sustentação financeira, a partir das fazendas e estruturas conquistadas; à defesa de uma nova organização social e econômica nos assentamentos baseada na produção coletiva, traduzida nas Empresas Rurais Comunitárias²⁰⁶.

Em agosto de 1997, o MLT fundiu-se com movimentos sociais de luta pela terra advindos de outros estados, participando, com 40% da delegação, do lançamento do Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST, liderando a construção deste Movimento no encontro nacional em Brasília/DF, onde participaram em torno de 700 delegados²⁰⁷. O MLST²⁰⁸ cresceu extraordinariamente somente na região do Triângulo

²⁰⁴ MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE – (MTL). Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária - PAC. **Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia.** p. 6.

²⁰⁵ Tais ideais podem ser claramente observados no *Manifesto do Movimento de agosto de 2002*, no qual se afirma: “Nossas trajetórias, mais que promoverem enfrentamentos de cunho exclusivamente reivindicatórios, pautadas sempre na perspectiva de superação da ordem capitalista, nos possibilitaram também, o acúmulo de importantes reflexões sobre a estratégia socialista dos trabalhadores, do qual não abrimos mão. Lutamos por um novo socialismo, com liberdade e democracia. Um socialismo só possível em escala internacional. Só possível a partir da organização e ação direta das massas. Sustentamos que outros movimentos, como o MTL, devem carregar nas suas lutas a estratégia da destruição do sistema do capital, tarefa não exclusiva dos partidos políticos”. In: MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE. **MANIFESTO 2002.** Disponível na sede do Movimento Terra Trabalho e Liberdade - MTL, à Rua Niterói, 1507, Uberlândia, MG, Brasil. p. 1.

²⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 18.

²⁰⁷ FONSECA, J. B. op. cit., 2001, p. 114.

²⁰⁸ O MLST tem origem nas Ligas Camponesas, cujo lema era “reforma agrária na lei ou na marra”, em Pernambuco, na década de 50, surgida com o desdobramento de pequenas organizações reivindicatórias de plantadores e foreiros (espécie de diaristas) dos grandes engenhos de açúcar na Zona da Mata, mas que esbarraram no regime militar. Há cerca de 10 anos, o ainda pequeno movimento começou novamente a ganhar força, inicialmente no Maranhão, e, em seguida, em Pernambuco e Minas Gerais. Desde 1994

Mineiro em função, sobretudo, da trajetória já acumulada pelo MLT, o que não ocorreu em outras regiões do país²⁰⁹. As principais ocupações de terra nessa região ocorreram nas fazendas: Campanha, Coalbra, Palma da Babilônia, Nova Palma, Itambé, São José da Boa Vista, Pântano, Douradinho, Rosada, Sertãozinho, Maringá, Nova São José e Tangará²¹⁰.

Entretanto, em novembro de 2000, o setor do Triângulo Mineiro, MLST regional, rompeu com o agrupamento do Nordeste, direção nacional, e passou a ser denominado de Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta - MLST DE LUTA, apenas um grupo reduzido da região permaneceu vinculado ao MLST nacional. *“A respeito dos motivos que levaram a essa cisão, nenhum registro foi encontrado durante a realização desta pesquisa, mas, conforme apontou Lourival [Liderança Política da Região do Triângulo Mineiro], o desacordo teria ocorrido devido a problemas de divergências político-ideológicas e de questões financeiras”*²¹¹. O MLST de Luta seguiu a mesma trajetória histórica do MLT, liderando as lutas e objetivando a construção de um projeto nacional. Para tanto, intensificou as relações com o Movimento de Luta Socialista – MLS, e o Movimento dos Trabalhadores – MT²¹², fundando, em agosto de 2002, em Goiânia, o Movimento Terra Trabalho e Liberdade - MTL²¹³. O MTL reafirmou a necessidade da superação da ordem atual através de um novo processo revolucionário, visando à construção de uma nova sociedade com liberdade, democracia, satisfação das necessidades humanas e por consequência socialista²¹⁴. Esse movimento, dentre os movimento sociais rurais²¹⁵, possui o

recomeçaram as lutas pela rearticulação nacional. **Jornal Correio de Uberlândia**. MLST quer implantação do estado socialista. Ano 59, nº 17570, de 20/08/1997. p. 2.

²⁰⁹ **MANIFESTO agosto 2002**. op. cit, p. 18.

²¹⁰ Idem, Ibidem, p. 18.

²¹¹ OLIVEIRA, E. M. **Cercas da Reforma Agrária: Sonhos, Conflitos e Contradições. Assentamento Rio das Pedras/Uberlândia-MG**. Dissertação / Mestrado em História Social. Instituto de História - Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2007. p. 34.

²¹² O Movimento dos Trabalhadores – MT, foi fundado no ano de 1995 no Estado de Pernambuco e “luta pela transformação social defendendo a reforma agrária, urbana e política, ancorado no lema ‘Geração de Trabalho e Riqueza’. Pela necessidade de constituir ações diferenciadas no campo da organização dos trabalhadores busca constituir empreendimentos autônomos e circuitos econômicos alternativos, com o objetivo de superar o trabalho na forma exclusiva de emprego, através da Rede MT de Organizações contra a exclusão social. O MT teve como missão construir a organização política, econômica e social da sociedade civil, ou seja, o poder real dos trabalhadores, estruturando o mundo do trabalho, com a finalidade de gerar riquezas, a partir da nucleação de famílias, que garanta um processo participativo e autônomo, contribuindo para a formação de um bloco histórico do campo popular, que possibilite a implantação de uma sociedade socialista. O MT, organização civil, atuou e esteve presente em vários Estados do Nordeste, como Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte”. In: Idem, Ibidem, p. 18-19.

²¹³ Idem, Ibidem, p. 19.

²¹⁴ Idem, Ibidem, p. 3.

maior número de acampamentos na região do Triângulo Mineiro. Ademais, busca em sua prática cotidiana organizar ocupações e assentamentos. E, em uma luta constante, faz e desfaz comissões, devido às divergências internas dentro do próprio movimento, em função, sobretudo dos interesses antagônicos. Além do mais, organiza manifestações de resistência, auxilia na escolha dos produtos a serem cultivados na roça, trava debates sobre as possíveis perseguições, retaliações e violências que os sujeitos podem vir a sofrer durante o momento das ocupações. Assim, o movimento dos trabalhadores sem-terra é dinâmico, haja vista que faz parte de um processo, no qual há uma multiplicidade de interesses divergentes, uma pluralidade de opiniões e visões distintas acerca da realidade.

Conflitos na questão da terra: as formas de organização e resistência dos trabalhadores rurais *versus* a reação dos ruralistas

Enquanto o governo amenizava os conflitos agrários, realizando desapropriações de terras, as quais foram efetuadas especialmente nos casos de tensão social grave, os debates e as polêmicas em relação à questão agrária continuavam permeando o país. Foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1997, que ocorreu a ocupação da Fazenda Rio das Pedras, em Uberlândia, no Triângulo Mineiro²¹⁵. Entretanto, no social, os trabalhadores sem-terra ocupam estabelecimentos rurais como forma de pressionar o governo a desapropriar grandes latifúndios improdutivos, por outro lado, o governo condena as ocupações de terras, como, por exemplo, ressaltou o porta-voz desse governo, Sérgio Amaral, em relação à região do Pontal do Paranapanema²¹⁷ – SP, “o presidente

²¹⁵ Os movimentos sociais e entidades envolvidas nas reivindicações de terra na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba são os seguintes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais – MTR, Movimento pela Reforma Agrária – MPRA, Caminho de Libertação dos Sem-Terra – CLST, Movimento de Libertação dos Sem-Terra MLST, Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais – MSTR, Movimento Terra, Trabalho e Liberdade – MTL, Liga Operária e Camponesa – LOC, Animação Pastoral e Social no Meio Rural – APR, União Nacional da Luta Camponesa – UNLC e Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais – FETAEMG. “Conflitos pela Terra”. Comissão Pastoral da Terra – CPT. Disponível em: <[http:// www. cptnac.com. br/](http://www.cptnac.com.br/)>. Acesso em: 07 mai. 2007.

²¹⁶ Neste trabalho pesquisei a ocupação da Fazenda Rio das Pedras, ocorrida no dia 14 de abril de 1997. Houve mais duas ocupações nesta fazenda: em 25 de setembro e em 04 de dezembro deste mesmo ano. A área ocupada localizava-se aproximadamente a sete quilômetros do primeiro acampamento.

²¹⁷ A região do Pontal do Paranapanema era uma extensa área de terras públicas estaduais de 584.700 hectares. Situada entre os municípios de Presidente Venceslau, Marabá Paulista, Presidente Epitácio e

condena claramente, como tem feito no passado, a invasão de terras com o propósito de realizar reforma agrária, este ato em vez de favorecer, prejudica a reforma agrária”²¹⁸.

Durante esse governo e, mais especificamente no ano de 1997, ocorreram diversos eventos e encontros, tanto dos setores conservadores da sociedade, quanto dos trabalhadores sem-terra ou com pouca terra, sobretudo, das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Como exemplo desses eventos, podemos citar: o evento realizado pela Associação Brasileira de Criadores de Gado Zebu – ABCZ, conjuntamente à Confederação Nacional da Agricultura – CNA, bem como pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, ambos concretizados em 1997.

O evento realizado pela ABCZ e pela CNA, com outras entidades do setor, teve como principal objetivo pressionar o governo para que este tomasse medidas efetivas, em relação às ocupações de terra realizadas pelos diversos movimentos sociais rurais, que lutam em favor da concretização da reforma agrária no país. Em particular, desejavam que o governo definisse uma tomada de posição, principalmente contra o Movimento dos Sem-Terra – MST. Estiveram representadas, nesse evento, cerca de 27 federações ligadas ao setor agrícola, a Sociedade Rural Brasileira e o Conselho Nacional de Pecuária de Corte – CNPC, além de vários sindicatos rurais de toda a região. Participaram também do evento alguns deputados, senadores e o então secretário da Agricultura de Minas Gerais, Alysso Paulineli²¹⁹. Apesar do encontro ter sido apresentado como uma mera reunião de trabalho, cada entidade apresentou suas propostas a portas fechadas no Salão Nobre da ABCZ. Nesses encontros, os produtores rurais almejam somar forças e se fortalecer e, com o fortalecimento do setor, buscam, acima de tudo, obter avanços políticos, os quais podem lhes possibilitar ações que lhes garantam a manutenção do direito à propriedade, haja vista que o ponto central dos debates, durante as reuniões, foi a questão agrária. A discussão sobre o fortalecimento do setor agropecuário e a análise das condições políticas e econômicas desse setor também fizeram parte da pauta de discussão, no entanto, foram questões secundárias.

Teodoro Sampaio tem uma longa história de invasão, começando na segunda metade do século XIX. Região onde a grilagem de terras soma mais de 1 milhão de hectares e possui um histórico de muitos assassinatos em conflitos. In: MORISSAWA, M. op. cit., 2001. p. 134-178.

²¹⁸ **Jornal Correio de Uberlândia**. FHC condena ocupações de terra no Pontal. Ano 59, nº 17570, de 19/08/1997. p. 10.

²¹⁹ **Jornal Correio de Uberlândia**. Reunião discute ação do MST. Ano 59, nº 17423, de 04/03/1997. p. 9.

Até mesmo porque, a finalidade da reunião perpassa a questão agrária, de modo que havia uma preocupação dos ruralistas em impedir o aumento das ocupações de terra no país e, em particular, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Na opinião dos integrantes da ABCZ, entidade presidida pelo pecuarista José Olavo Borges Mendes, estava havendo um descumprimento na lei. E, segundo o presidente da CNA, Antônio de Salvo, os problemas da reforma agrária estavam impedindo as lideranças agrícolas brasileiras de se ocuparem com questões de mercado e competitividade face à globalização no setor. Esse presidente também compactuou com a idéia de José Olavo, em relação ao descumprimento da lei na questão agrária. Ambos responsabilizaram os trabalhadores sem-terra pela intranquilidade no campo²²⁰. Um dia após a realização desse evento, cerca de 180 líderes de entidades ruralistas, políticos e produtores rurais se reuniram em Uberaba/MG, no Parque Fernando Costa, e elaboraram um manifesto ao presidente da república Fernando Henrique Cardoso, reivindicando a aprovação do projeto de lei de autoria do deputado Jaime Martins (PFL-MG). Este projeto de lei determinava que toda terra invadida não se tornasse objeto de desapropriação para fins de reforma agrária. O presidente da ABCZ, José Olavo Borges Mendes, justificou: *“Essa é a única medida que colocará um fim às invasões”*²²¹. Em outros dois itens deste manifesto, reivindicaram ao presidente a retirada de dois projetos de lei que estavam em tramitação no Congresso Nacional. Um deles de autoria do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) e o outro do deputado Domingos Dutra (PT-MA). Segundo o presidente da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, Antônio Ernesto Werna de Salvo, o projeto do deputado Domingos Dutra dificultava a ação dos juízes, no caso de aprovação de uma liminar de reintegração de posse da terra. Já o projeto do senador, Flaviano Melo, reivindicava alterações nos conceitos constitucionais da função social da terra e da lei agrária²²². Em nome dos ruralistas, o presidente da ABCZ, Borges, enfatizou:

Os proprietários precisam de terra para produzir, mas não estão tendo segurança para tal. Não é possível mais conviver com a desordem da invasão de terras produtivas. Além do mais, nós, os ruralistas, estamos

²²⁰ Idem, Ibidem, p. 9.

²²¹ Idem, Ibidem, p. 9.

²²² **Jornal Correio de Uberlândia**. Ruralistas elaboram manifesto ao presidente. Ano 59, nº 17431, de 13/03/1997. p. 9.

*com receio dos confrontos com os sem-terra, que estão resultando em mortes*²²³.

Nesse discurso, os ruralistas se consideram vítimas dos trabalhadores sem-terra, uma vez que alegam que não produzem em função da falta de segurança vivenciada no campo. É como se os movimentos populares, em prol do acesso à terra, fossem os responsáveis pelas terras improdutivas e ociosas que permeiam todo o território nacional. De acordo com o Censo Agropecuário de 1995-96, a área total ocupada por imóveis rurais no Brasil, nesse período, era de 353 milhões de hectares. Mas, embora, obviamente, essa área tenha donos, apenas 52 milhões de hectares estavam sendo utilizados para a agricultura²²⁴. Apesar disso, os ruralistas consideram os trabalhadores sem-terra como sendo os únicos responsáveis pela desordem no campo brasileiro, o que, aos olhos dos primeiros, tem sido uma das principais causas da ociosidade e da improdutividade das terras no país. Assim, a extrema concentração fundiária (tabela 12) existente no país e as ações dos governantes, como abordado anteriormente, ficam em segundo plano, sem questionamentos, retirando-se o sentido político do problema agrário brasileiro.

TABELA 12 – CONCENTRAÇÃO DA TERRA NO BRASIL - 1960-1980 (Índice de Gini)

ANOS	1960	1970	1980
BRASIL	0,842	0,844	0,859

Obs.: O índice de Gini – indicador que mede o grau de concentração das terras, variando de zero (sem desigualdade) a um (plenamente desigual) – do Brasil foi marcado pelo Organismo das Nações Unidas – FAO, responsável pela agricultura e pela alimentação mundial e indicou que este é o segundo país do mundo em nível de concentração da propriedade da terra.

Fonte: POLI, 1999, P. 36.

O que está posto aqui, grosso modo, é que os ruralistas, em grande medida, contrários à execução da reforma agrária no Brasil, buscam conquistar, no embate de forças sociais, avanços substanciais no que tange a essa questão, com o objetivo de impedir que haja uma efetiva distribuição de terras. No entanto, os movimentos sociais rurais vêm adquirindo, em nível nacional, nas múltiplas formas de atuação, e, acima de tudo, na

²²³ Idem, Ibidem, p. 9.

²²⁴ MORISSAWA, M. op. cit., 2001, p. 116.

ocupação de terras que se configura como a principal e mais eficaz forma de luta dos movimentos sociais rurais, uma maneira de conquistar a efetivação da reforma agrária no país. Porém, na multiplicidade de possibilidades de luta, nas várias formas de expressão de resistência, os trabalhadores sem-terra questionam a estrutura fundiária e o próprio padrão de desenvolvimento vigente. Nesse sentido, alguns dias após o evento coordenado pela ABCZ e pela CNA, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, realizou o “Grito da Terra”.

Essa Confederação representa nacionalmente o sindicalismo rural, possui 21 federações em nível estadual (além da delegacia do Acre) e mais de 2.000 sindicatos em nível nacional. A ação da CONTAG, historicamente, tem sido a de encaminhar questões de seu interesse às autoridades competentes, adotando uma postura legalista, não raras vezes, atrelada ao Estado. De qualquer forma, constituiu-se em importante referência nacional e representou avanços significativos desde sua fundação, em 1963. No ano de 1973, houve o “ressurgimento” da idéia da reforma agrária, em função, sobretudo, do fim do “milagre brasileiro” e do fracasso da colonização Amazônica no governo Médici: o movimento sindical rural conseguiu realizar o II Congresso da CONTAG, o segundo pós-64.

A CONTAG manteve a antiga bandeira do movimento: a reforma agrária. O principal objetivo do movimento foi pedir o cumprimento da lei, isto é, a efetivação do Estatuto da Terra. Nessa perspectiva, esse Estatuto, mediante as circunstâncias políticas, econômicas e sociais, parecia ser um instrumento adequado para a concretização dos objetivos perseguidos pela CONTAG, no entanto, restava aplicá-lo²²⁵. Entre as considerações feitas pelo movimento da CONTAG, destacaram-se os seguintes aspectos: que a reforma agrária deveria ser feita como um processo global; que ficasse bem evidente a distinção entre reforma agrária e colonização; que a reforma agrária não se resumisse à simples transferência dos camponeses para as áreas distintas nas quais habitariam; e que o passo fundamental da reforma agrária seria o da redistribuição de terras²²⁶. Entretanto, não se explicitaram as formas de organização e os encaminhamentos necessários para forçar o governo a concretizar a reforma agrária. Diante disso,

²²⁵ SILVA, José Graziano da. op. cit., 1985. p. 46.

²²⁶ Idem, Ibidem, p. 46.

durante muito tempo, a ação do movimento sindical voltou-se, fundamentalmente, para o encaminhamento das ações na justiça e pedidos de providências junto aos órgãos públicos competentes. Muitas vezes, as ações concretas dos trabalhadores iam muito além desse limite, ocupando terras, organizando-se sob todas as formas possíveis. O crescimento e desdobramento dos conflitos que, em grande parte dos casos, eclodiam à margem dos sindicatos, e a crescente clareza do caráter das políticas do Estado, ou seja do fato de que elas se vinculavam a interesses bastante diversos dos interesses dos trabalhadores, levaram a CONTAG a perceber a necessidade de uma tomada de posição mais drástica. O resultado dessa postura se cristaliza no III Congresso²²⁷.

Esse congresso foi realizado em maio de 1979, tendo sido um catalisador das lutas que vinham se desenvolvendo no campo, bem como das novas forças que emergiam no seio do movimento sindical. Ademais, como foi realizado num clima de promessa de abertura política, ele apontava para uma atuação mais decidida dos sindicatos. O primeiro aspecto relevante do III Congresso foi o abandono da postura anterior de ‘colaboração’, enfatizada no II Congresso, para a adoção de uma posição mais enérgica, ‘falando menos em pedir e mais em exigir’. Tal mudança se configurou numa ousadia ante uma série de problemas do trabalhador rural²²⁸. Com essa mudança de postura, um aspecto marcante que o diferencia do II Congresso foi a ênfase dada, pelo movimento, às ações de resistência e à valorização das iniciativas do trabalhador, como, por exemplo, podemos ressaltar o destaque, no III Congresso, em relação à orientação de lideranças, para que estas desenvolvessem um trabalho de base com os posseiros, com a finalidade de que estes pudessem resistir às pressões e permanecer na terra até conseguirem a titulação da mesma. Desse modo, não deveriam, portanto, aceitar saídas amigáveis. Já o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais deveria assumir um compromisso de desenvolver trabalhos de base programados, referentes à organização, motivação e mobilização dos trabalhadores rurais, com o intuito de motivá-los a ocupar as terras improdutivas, fixando residência e tornando-as produtivas²²⁹.

Assim, como ocorreu durante o II Congresso da CONTAG, a bandeira da Reforma Agrária foi reiterada como aspiração do movimento. No entanto, houve um aprimoramento no tocante a este conceito. Em geral, não ultrapassaram o que previa o Estatuto da Terra:

²²⁷ Idem, Ibidem, p. 46-47.

²²⁸ Idem, Ibidem, p. 47.

²²⁹ Idem, Ibidem, p. 48-49.

*“melhor distribuição da terra e modificações estruturais no regime de sua posse, uso e propriedade, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade. Ela deveria ser massiva e drástica”*²³⁰. Em outras palavras, isto quer dizer que a distribuição massiva de terras deveria ser feita nas áreas de maior concentração de assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros e ocupantes. Quanto à redistribuição imediata das terras ao trabalhador rural, esta se referia às terras que se concentravam em áreas prioritárias de reforma agrária e em áreas desapropriadas. Além do mais, exigiram a discriminação e titulação das terras públicas e sua imediata entrega ao trabalhador do campo, bem como lutaram pela não destinação de áreas às grandes empresas.

Nessa conjuntura, o Estatuto da Terra deixou de ser visto como um fim em si mesmo, passando a ser considerado um ponto de partida. Além do mais, a elaboração da proposta de uma lei criando o instituto de perda sumária da propriedade, que estivesse acima de um módulo rural, pela não utilização de pelo menos 70% de sua área agricultável, indica essa mudança. Expressa-se, assim, no III Congresso, uma nova concepção de sindicato, que aproxima trabalhadores rurais das lutas dos trabalhadores urbanos. O ponto central dessa mudança de concepção *“é a crítica do sindicalismo atrelado e ao papel eminentemente assistencialista que o governo buscou atribuir às entidades representativas dos trabalhadores”*²³¹. Conforme Graziano, para recuperar essa imagem do sindicato é essencial transformá-lo num instrumento de luta e desvinculá-lo do Estado.

Ainda de acordo com esse autor, o ponto central do III Congresso foi o engajamento dos trabalhadores rurais no conjunto das lutas dos demais trabalhadores, ultrapassando os interesses imediatos do setor e apontando para os possíveis aliados na luta política. Os trabalhadores rurais se juntaram à luta dos demais segmentos da sociedade. Em contrapartida, os problemas dos trabalhadores rurais se tornaram mais presentes nos diversos segmentos da sociedade. Assim, pode-se dizer que esse Congresso constituiu-se num divisor de águas do movimento sindical dos trabalhadores rurais²³².

Tendo como pano de fundo essa trajetória histórica, a CONTAG realizou, no ano de 1997, o “Grito da Terra”, alguns dias após o evento coordenado pela ABCZ e pela CNA. O evento da CONTAG teve a participação de mais de 500 trabalhadores. De acordo com o

²³⁰ Idem, Ibidem, p. 47.

²³¹ Idem, Ibidem, p. 49.

²³² Idem, Ibidem, p. 49.

vice-presidente da CONTAG, Avelino Ganzer, os trabalhadores reivindicaram ao presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, uma reforma agrária de fato e não apenas desapropriar terras sem dar a posse e a infra-estrutura necessária aos assentados. Segundo Ganzer, o governo desapropria, mas, na prática, nega que se faça a reforma agrária, pois não há um programa claro de apoio aos assentados que os subsidie com assistência técnica, instalação de escolas, postos de saúde e obras de infra-estrutura²³³.

Além do mais, os trabalhadores reivindicaram também mudanças na política agrícola e social voltadas para o campo. Em relação à política agrícola, pediram que os empréstimos para custeio e investimentos feitos no Programa Nacional de Fortalecimento Familiar – PRONAF, assunto que será abordado posteriormente, pudessem ser pagos em até 10 anos e sem juros. Na área social, os trabalhadores em luta pela terra durante o “Grito da Terra” defenderam a idéia de que o governo implantasse um sistema que permitisse aos pequenos agricultores fornecer as notas fiscais dos produtos vendidos e contribuir para a Previdência Social, com vistas à aposentadoria²³⁴.

Durante o IV Grito da Terra, os trabalhadores sem-terra ocuparam, no dia 14/05/1997, o prédio do Ministério do Planejamento, em Brasília. Segundo o presidente da CONTAG, Francisco Urbano, a ocupação ocorreu porque o Governo havia protelado discussões de temas importantes para os trabalhadores rurais. Os pontos que se discutiam eram apenas os periféricos, enquanto que as questões importantes, como recursos e metas para a reforma agrária e para o Plano Nacional de Agricultura Familiar, não foram debatidos²³⁵.

Outra manifestação importante realizada pelos trabalhadores sem-terra, também no ano de 1997, foi o protesto realizado, em Brasília, DF. Esse protesto foi denominado de Marcha dos Sem-Terra. Os participantes da marcha percorreram cerca de mil quilômetros. Esse evento contou com a participação dos trabalhadores sem-terra, sindicalistas e estudantes. Os sem-terra caminharam cerca de dois meses até chegarem a Brasília. A marcha reuniu em torno de 2.100 trabalhadores, procedentes de São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Estados do Sul. A marcha foi organizada em colunas, a saber: a Coluna Sul-

²³³ **Jornal Correio de Uberlândia**. Grito da Terra promovido pela Contag. Ano 59, nº 17432, de 14/03/1997. p. 2.

²³⁴ Idem, Ibidem, p. 2.

²³⁵ **Jornal Correio de Uberlândia**. Trabalhadores rurais invadem ministério. Ano 59, nº 17484, de 15/05/1997. p. 9.

Sudeste, a Coluna Oeste e a Coluna do Distrito Federal e Entorno. A Coluna Sul-Sudeste, que partiu de São Paulo, no dia 17 de fevereiro, recebeu a adesão dos trabalhadores de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, e era a mais numerosa, com cerca de mais de mil integrantes²³⁶. Essa marcha foi organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, os quais se juntaram aos sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores - CUT, estudantes e desempregados. A manifestação teve o intuito de pressionar o governo, com o objetivo de agilizar a reforma agrária e, ao mesmo tempo, protestar contra as mortes no campo. A manifestação marcou o primeiro ano do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, onde 19 trabalhadores sem-terra foram mortos por policiais militares. O crime ocorreu na Fazenda Macaxeira, localizada no sul do Pará. Este estado registra um dos principais conflitos agrários do território nacional. Durante a manifestação popular, o ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, anunciou a compra de quatro fazendas próximas ao local do crime²³⁷. Esse tipo de prática se caracteriza como uma estratégia política, com o objetivo de desarticular a marcha e inibir o foco político do movimento.

Em relação à Marcha Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, Luiz Carlos Galante (conhecido como Barroso) coordenador do MLT, ressaltou que esse é um acontecimento histórico no país e na organização dos trabalhadores do campo. “*Estamos reivindicando justiça e emprego. Nossa cidadania está sendo rateada e temos que ser resistentes à dominação dos latifundiários*”²³⁸. Alguns dias após a Marcha dos Sem-Terra, o colonista Clóvis Rossi, do Jornal Correio escreveu:

Parece estar em movimento na Europa a versão Primeiro Mundo da marcha dos sem-terra. Chamam-se Marchas Europeias contra o Desemprego, a Exclusão e a Precariedade. Partiram de cada um dos 15 países da UE (União Européia) e de um ou outro país próximo (Suíça, por exemplo). Confluirão em Amsterdã (Holanda), no dia 14 de junho, para coincidir com a reunião de cúpula da UE. Há mais de uma semelhança com a marcha do MST brasileiro. Começa pelo fato de que são radicais, sem dar à palavra qualquer conotação negativa. Pedem “uma política radical e decidida de luta contra o desemprego”. Tal

²³⁶ **Jornal Correio de Uberlândia**. Protesto marca o dia em Brasília. Ano 59, nº 17460, de 17/04/1997. p. 2.

²³⁷ Idem, Ibidem, p. 2.

²³⁸ **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia assiste à primeira ocupação de terras. Ano 59, nº 17458, de 15/04/1997. p. 9.

política “deve, urgentemente, permitir a todos os desempregados, precários e despossuídos viver dignamente e, aos camponeses, viver de sua terra”. A coincidência vem, também, do fato de que a organização não é, na essência, dos canais tradicionais de manifestações políticas (partidos e sindicatos). São “coletivos” (como o MST) que lideram, embora partidos de esquerda e ultra-esquerda peguem carona aqui e ali. As adesões ou as simpatias são, aparentemente, as mais contraditórias. Em Palência (Espanha), arrebanharam os 32 trabalhadores de uma empresa avícola que fora desativada e não pagara a indenização de praxe. Mas, em Genebra (Suíça), os marchadores amanheceram o 22 de abril no Lago Lemano, tomando café da manhã a bordo de um barco de propriedade dos vereadores da cidade. De longe, não dá para avaliar o tamanho e importância das marchas. O relato me chega por e-mails enviados pelos organizadores, que não são, como é óbvio, observadores neutros. Mas parece haver, nelas, a conjugação de dois fenômenos políticos contemporâneos: o deslocamento de partidos e sindicatos como focos principais da ação política é uma difusa, mas generalizada, sensação de mal-estar mesmo no mundo rico²³⁹.

Quando o colunista se refere ao tamanho e à importância das marchas é porque elas realmente causam impacto, caso contrário, o colunista não teria “perdido” tempo em escrever um artigo sobre este tema. Em contrapartida, o fato do MST não ser um partido político, nem um sindicato, incomoda sobremaneira os dirigentes do país, especialmente os latifundiários. Além do mais, a questão do desemprego²⁴⁰ estrutural é um dos problemas que há muito o país vem enfrentando e um dos principais motivos que leva os trabalhadores sem-terra a buscar a ocupação de terras como uma alternativa. Em relação a isso, Odilon, ao ser indagado acerca dos motivos que o levaram a vir para o acampamento, ressaltou: “*eu vim porque a vida na cidade tá difícil demais! A gente tem que trabalhar, mas cadê o emprego! Depois que o patrão manda embora, a gente fica um tempo desempregado e não consegue arrumar outro emprego*”²⁴¹. Isso ocorre, acima de tudo, em decorrência das transformações nos processos de trabalho e nas relações de trabalho, bem como na economia. Quando o desenvolvimento da economia vai mal, ocorrem diversos desequilíbrios que comprometem o crescimento do país e, conseqüentemente, aumenta o

²³⁹ **Jornal Correio de Uberlândia**. Clóvis Rossi. Os sem-terra deles. Ano 59. nº. 17473, de 02/05/1997. p. 6.

²⁴⁰ O processo de desemprego em países como o Brasil é totalmente distinto do desemprego na Europa ou na América do Norte. O desemprego no Brasil leva populações à condição de miséria, coisa que não ocorre com os desempregados europeus, que têm sua existência respaldada pela intervenção organizada dos poderes do Estado, através de seguros e leis previdenciárias diversas que os protegem. In: BAVA JR, Augusto Caccia. **Introdução à Sociologia do Trabalho**. São Paulo: Ática, 1990. p. 40.

²⁴¹ Odilon Batista dos Santos – Morador do assentamento Rio das Pedras. **Entrevista concedida a autora em 09 de setembro de 2006**. Uberlândia/MG.

desemprego. Avaliando o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Datafolha concluiu, em 22 de fevereiro, de 2002, que o desemprego continuava sendo apontado como o principal problema do país, citado por 32% dos brasileiros.²⁴² Segundo Martins, com o aumento do desemprego, a capacidade de reivindicação e pressão dos trabalhadores decresce, o salário diminui e a situação financeira dos indivíduos piora enormemente, sobretudo, porque:

*os fatores propriamente de classe e de suas necessidades e reivindicações sociais são sobrepujados por urgências de sobrevivência, por necessidades imediatas, por angústias e aflições, por uma vulnerabilidade muito grande em face da força reprodutiva das relações sociais dominantes*²⁴³.

Configurado dessa forma, nem mesmo os trabalhadores que se encontram empregados possuem garantia de uma sobrevivência digna. Analisando tais questões, podemos citar, como exemplo, o município de Uberlândia. De acordo com a análise acerca dos dados das Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia, em novembro de 2001 - UFU²⁴⁴, nota-se que o município de Uberlândia é uma cidade com inúmeros e fortes contrastes. Possui um centro regional consolidado, com uma economia razoável, além de um significativo poder de trazer para si imigrantes. No entanto, convive com marcas profundas de pobreza e indigência, fruto de uma estrutura social injusta, na qual cerca de 10,7% da população – aproximadamente 53,8 mil pessoas – sobrevivem com renda per capita abaixo da linha de indigência²⁴⁵.

Nestas circunstâncias, os movimentos sociais rurais lutam, no cotidiano, reivindicando o acesso à terra e, enfim, cidadania. E encontram diversas maneiras de lutar por seus direitos, uma delas é organizando manifestações de protesto, como a que ocorreu em julho de 1997, no Triângulo Mineiro, quando foi organizada a Primeira Marcha do Triângulo Mineiro. Já, no dia 17 desse mesmo mês, a caminhada organizada pelo MST saiu

²⁴² Desemprego continua sendo o principal problema do país. In: <<http://www.uol.com.br/datafolha/>>. Acesso em: ago. 2002.

²⁴³ MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 28.

²⁴⁴ LEME, H. J. DE C. ; NEDER, H. D. **Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia: UFU, novembro 2001**. (Pesquisa CEPES-UFU/Prefeitura Municipal de Uberlândia). p. 02.

²⁴⁵ A linha de indigência corresponde, unicamente ao valor da cesta de alimentos, já a linha de pobreza calculada pela pesquisa da UFU, leva em conta as despesas com aluguel, vestuário, saúde e educação. In: Idem, Ibidem. p. 57-61.

de Ituiutaba, na Marcha Pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça e chegou a Uberlândia, no dia 24 de julho. Esse movimento acontece em nível nacional, principalmente no dia 25 de julho, dia em que os protestos são realizados em todo país²⁴⁶. Os integrantes dessa marcha ficaram acampados no centro de Uberlândia. A marcha realizada pelos integrantes do movimento ocorreu de forma pacífica e foi marcada por palavras de ordem e protesto. O movimento reivindicava, sobretudo, a realização da reforma agrária com urgência.

Na oportunidade, os integrantes do Movimento dos Sem-Terra foram ao Hemocentro Regional de Uberlândia para doar sangue. Mais de 100 membros do movimento participaram da ação. A doação já estava prevista no calendário dos integrantes do movimento. Alguns dos integrantes encararam a doação como uma forma de protesto. *“É mais uma demonstração de revolta. O latifundiário está derramando nosso sangue no campo como se fôssemos um animal. Lembra de Carajás? O nosso sangue é igual ao de todo mundo”*²⁴⁷, enfatizou um dos coordenadores do movimento, Luciano Gonçalves de Moura. Durante todo final de semana, os integrantes do MST receberam acompanhamento médico e tiveram a cobertura da Polícia Militar. Quatro crianças e um senhor de 75 anos sentiram-se mal e foram encaminhados para a Unidade de Atendimento Integrado - UAI do Pampulha. De acordo com Edivaldo Santos, um dos coordenadores regionais do movimento, o apoio da sociedade uberlandense foi extremamente importante. Pelo menos as negociações com o superintendente regional adjunto do INCRA, Ailson Silveira Machado, foram realizadas. Já segundo o coordenador nacional do MST, Enio Bonenberger, a primeira Marcha do Triângulo Mineiro foi calma e sem maiores problemas, *“tivemos ajuda da população, mas faltou apoio da Prefeitura Municipal de Uberlândia”*²⁴⁸.

Em abril deste mesmo ano, mediante a relação conflituosa entre os latifundiários e os trabalhadores envolvidos na luta pela terra, os ruralistas da região reagiram de múltiplas formas, através de ações estratégicas, na defesa da propriedade privada da terra. Uma das medidas efetuadas foi a criação da União de Defesa da Propriedade Rural – UDPR, sediada em Ituiutaba. Rege o estatuto da UDPR, em seu capítulo II – Das Finalidades:

²⁴⁶ **Jornal Correio de Uberlândia**. Integrantes do MST doaram sangue no HC. Ano 59, nº 17548, de 29/07/1997. p. 9.

²⁴⁷ Idem, Ibidem, p. 9.

²⁴⁸ **Jornal Correio de Uberlândia**. Para MST, Marcha do Triângulo foi positiva. Ano 59, nº 17549, de 30/07/1997. p. 9.

Art. 2º - Pleitear e adotar medidas cabíveis aos interesses dos associados, constituindo-se em defensor e cooperador ativo e vigilante de tudo quanto possa concorrer para defender o direito de propriedade, a proteger orientar, resguardar, defender e colaborar em todos os sentidos sem fins lucrativos aos associados, notadamente:

A) Conclamar os Produtores Rurais da região da propriedade invadida a se unirem em torno da agremiação, de modo a conferir-lhe qualidade e quantidade representativa.

B) Comparecer no local denominado da propriedade invadida com os demais sócios, no dia e hora marcado, previamente pela diretoria.

C) Prestar outros serviços aos sócios sob a forma de ação comunitária, coordenando todos os programas relativos a invasões, tais como: alimentação, jurídico, transporte, contratação de seguranças, retirada dos invasores e solidariedade em um todo²⁴⁹.

Dentre as primeiras medidas tomadas pela UDPR está a compra de uma “*viatura que, com pessoas armadas, faz rondas noturnas pelas fazendas dos associados*”²⁵⁰. A UDPR é responsabilizada por vários despejos que foram realizados de forma arbitrária, especialmente na região do Triângulo Mineiro, região de maior tensão agrária do estado. Nesta perspectiva, em março de 1998, ocorreu nessa região outro movimento de fazendeiros, o Movimento Contra Invasões de Terra, bem como a intensificação das ações da regional do Movimento Nacional dos Produtores, visando ao seu fortalecimento. Ambas as organizações também passaram a organizar milícias armadas para fazerem patrulhas nas fazendas, cercos a acampamentos e atos de intimidação aos movimentos organizados de sem-terra.

Os representantes do Sindicato Rural arrecadaram fundos através de leilões e doações. O dinheiro arrecadado foi utilizado em medidas que pudessem inviabilizar, bem como impedir o avanço das ocupações de terras na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O presidente do Sindicato Rural, Luiz Humberto Carneiro, ressaltou: “*Queremos pressionar os políticos e a justiça para que ajam em favor dos produtores rurais. Com os desmandos atuais do governo, a situação não pode permanecer assim, as invasões estão provocando intranquilidade no setor*”²⁵¹. Nessa articulação, ainda ressaltou que há um clima de conflito entre produtores e sem-terra e que a questão agrária é uma preocupação

²⁴⁹ UDPR, **Estatuto da UDPR**. Cartório de Registro de Títulos e Documentos e civil das pessoas jurídicas, Ituiutaba, 1997, p. 1 (grifos nossos).

²⁵⁰ Idem, Ibidem, p. 2.

²⁵¹ **Jornal Correio de Uberlândia**. Sindicato Rural se mobiliza contra ocupações. Ano 59, nº 17709, de 04/02/1998. p. 9.

que deve se limitar ao governo e aos sem-terra, portanto, o produtor não deve estar nesse esquema. Alguns dias após esse discurso proferido pelo presidente do Sindicato Rural, Luiz Humberto Carneiro, os proprietários rurais se mobilizaram. Em relação a isso, o Jornal Correio noticiou:

Cerca de mil produtores rurais, representantes de entidades ligadas ao setor e políticos se reuniram ontem à tarde na sede do Sindicato Rural de Uberlândia para definir as ações contra as sucessivas invasões de terra que vêm ocorrendo na região do Triângulo Mineiro. Durante o encontro foi aprovada a criação de uma regional do Movimento Nacional de Produtores (MNP) para apoiar os proprietários de terras, que terá representantes de cidades vizinhas²⁵².

E ainda de acordo com o presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, a regional ficaria responsável pela assessoria jurídica aos produtores rurais. Uma ação de reintegração de posse fica em torno de R\$ 15 a R\$ 20 mil, valor considerado, pelo presidente do Sindicato Rural, muito alto para os produtores rurais. Assim, a regional se responsabilizaria com os custos do processo, fornecendo um advogado que prestaria o serviço de graça aos associados. Outro objetivo do encontro dos produtores rurais foi se fortalecer, através da união dos proprietários de terra das regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas²⁵³. Ainda na visão de Luiz Humberto Carneiro, “as invasões são abusivas e humilhantes para os produtores rurais”²⁵⁴. Ele ainda condenou as atitudes do Movimento dos Sem-Terra - MST e do Movimento de Libertação dos Sem-Terra - MLST.

Na oportunidade, o prefeito Virgílio Galassi (PPB), que também participou da reunião, ressaltou que a invasão rural ou urbana é um crime e deve ser tratada como tal. Para ele, as ocupações são feitas por quem quer desorganizar o progresso e procura desestabilizar as pessoas que pagam impostos e querem produzir. E ainda afirmou: “não é justo que quem cumpre seus compromissos fique exposto a vândalos”²⁵⁵. Galassi alegou que um movimento tão ameaçador como o MST não pode continuar. Nessa visão, temem que haja mudanças no direito de propriedade, de modo que, com o intuito de evitar que isso ocorra, os latifundiários vêem os trabalhadores sem-terra como desordeiros, preguiçosos e

²⁵² **Jornal Correio de Uberlândia**. Regional vai amparar produtor contra invasão. Ano 60, nº 17714, de 10/02/1998. p. 9.

²⁵³ Idem, Ibidem, p. 9.

²⁵⁴ Idem, Ibidem, p. 9.

²⁵⁵ Idem, Ibidem, p. 9.

baderneiros, os quais não possuem compromisso e responsabilidade, portanto, devem ser extintos. Esse discurso tem o intuito de criar uma idéia hegemônica no social, e, assim, ocultar a realidade.

Nesse mesmo encontro, o deputado federal Odelmo Leão Carneiro (PPB) garantiu que os proprietários rurais iriam evitar, ao máximo, fazer justiça com as próprias mãos. No entanto, o governo teria de fazer o que a Constituição determina, bem como cumprir a lei dentro do Estado, para que a ordem seja mantida. Segundo o deputado, se a lei for cumprida, não há risco de confronto²⁵⁶. Ademais, ressaltou que todas as fazendas que foram ocupadas em Uberlândia, inclusive a Rio das Pedras, são produtivas, mas que o INCRA avaliou como improdutivo. Em relação à fazenda Rio das Pedras, afirmou: “*naquela fazenda, o proprietário já entrou em entendimento com o INCRA e, sobre isto, a gente não pode falar nada, pois é uma decisão do proprietário*”²⁵⁷. Nesse discurso, é como se o INCRA incentivasse as ocupações de terra, tornando-se, conjuntamente aos trabalhadores sem-terra, o responsável pelas ocupações de terras que permeiam todo o território nacional. Nesse sentido, os latifundiários, procurando um meio de proteger seus interesses, buscaram formas próprias para tal intento, de modo que, três dias após a reunião realizada na sede do Sindicato Rural de Uberlândia, iniciaram um patrulhamento no campo. Essa atitude do núcleo regional do Movimento Nacional de Produtores - MNP, em sua visão, era uma forma legítima de impedir as ocupações de terra na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e, ao mesmo tempo, pressionar o governo para que este tomasse providências enérgicas contra os trabalhadores sem-terra.

*O núcleo regional do Movimento Nacional de Produtores (MNP) em Uberlândia pôs em prática a ação de “vigilância no campo” para defender as propriedades rurais da região do Triângulo Mineiro. Ontem à tarde, alguns funcionários de uma empresa de segurança já faziam vigília em propriedades próximas à rodovia Uberlândia-Prata (BR-497), no Km 19. Numa fazenda localizada às margens da rodovia, dois seguranças portavam armas de fogo e telefones para contatos com a “central”*²⁵⁸.

²⁵⁶ **Jornal Correio de Uberlândia**. Deputado pede cumprimento da lei. Ano 60, nº 17714, de 10/02/1998. p. 9.

²⁵⁷ Idem, Ibidem, p. 9.

²⁵⁸ **Jornal Correio de Uberlândia**. Homens armados fazem segurança em fazendas. Ano 60, nº 17733, de 05/03/1998. p. 9.

Segundo Paulo Roberto Andrade Cunha, vice-presidente do sindicato rural, o número de seguranças e as áreas rurais vigiadas não eram fixas. O trabalho era realizado em sistema de rodízio. Para ele, a presença dos seguranças nas fazendas é absolutamente normal, como um segurança em casa ou no banco. De acordo com o assessor de imprensa do Sindicato Rural, Noel Arantes, a motivação dos proprietários rurais foi grande. Muitos realizaram doações de animais e dinheiro para auxiliar nas ações do Sindicato Rural. Além das doações, cada produtor rural colaborou com R\$ 20,00, durante 12 meses. O assessor afirmou ainda que a vigilância era principalmente para conseguir, a tempo, um “Interdito Proibitório”²⁵⁹ na Justiça²⁶⁰. Porém, um dia após o início da vigilância armada ter sido instituída nas fazendas da região do Triângulo Mineiro, o Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST, ocupou a Fazenda Itambé, localizada entre os municípios de Nova Ponte e Indianópolis, a 70 Km de Uberlândia.

Conforme o coordenador estadual do MLST, Gilvani Vinhães Ribeiro, este ato foi uma forma de mostrar ao núcleo regional do Movimento Nacional dos Produtores que os seguranças contratados não intimidaram os integrantes do movimento. Ele enfatizou: *“vamos continuar a luta. Não estamos preocupados com jagunços. Enquanto houver trabalhadores excluídos do processo de produção, vivendo em situação de miséria e dispostos a lutar pela reforma agrária, a ocupação de áreas improdutivas será inevitável e necessária”*²⁶¹. A ação de ocupação da Fazenda Itambé, conduzida pelos integrantes do MLST, aumentou a tensão entre os trabalhadores sem-terra e o Movimento Nacional de Produtores - MNP. Porém, durante essa ocupação, os produtores rurais reagiram e protestaram, queimando um dos símbolos do Movimento, fato divulgado pelo Jornal Correio de Uberlândia.

Observemos a imagem a seguir:

²⁵⁹ Documento que impede que a terra seja ocupada.

²⁶⁰ **Jornal Correio de Uberlândia**. Homens armados fazem segurança em fazendas. Ano 60, nº 17733, de 05/03/1998. p. 9.

²⁶¹ **Jornal Correio de Uberlândia**. MLST desafia produtores rurais com invasão. Ano 60, nº 17734, de 06/03/1998. p. 9.

IMAGEM 01: Produtores rurais queimam bandeira do MLST



“Produtores rurais queimam bandeira do MLST, que invadiu a Fazenda Itambé em 5 de março”.
In: **Jornal Correio de Uberlândia**, ano 60 nº 17.748, 22/03/1998. p. 1.

Como se pode observar na gravura, dois homens posicionam-se no centro da foto, ambos bem vestidos, um segurando a bandeira do movimento e o outro com um ramo de galho seco voltado para a bandeira. A cena sugere que iriam queimá-la, denotando uma afronta direta aos integrantes do movimento, uma vez que a bandeira é seu símbolo máximo. Esses personagens apresentam semblante de insatisfação com a situação das ocupações de terra na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Ao lado deles, observam-se alguns outros homens, também bem vestidos, o que sugere que pertencem ao mesmo grupo social e que apóiam a atitude dos produtores rurais.

Nesse mesmo mês, o coordenador do Movimento Nacional dos Produtores – MNP, informou que a vigília no campo iria continuar. De modo semelhante, o próprio presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG, Gilman Viana, além de se manifestar a favor dos proprietários rurais, salientou que o poder público não está fazendo o que deveria fazer; então, a iniciativa privada, além de pagar impostos, ainda tem de gastar dinheiro com sua segurança particular. Ao ser indagado sobre a postura do MLST

de Uberlândia, o qual afirmou que os seguranças armados não o intimidariam, o presidente foi enfático: *“o que eu acho encantador, curioso e irônico é um cidadão dizer que vai invadir, que vai estuprar, e ainda continuar solto. Isto é crime”*²⁶². Nesse discurso, proferido por Gilman, os trabalhadores sem-terra são nivelados com os criminosos e as próprias ações de ocupações de terra ganham outro sentido, no momento em que o presidente refere-se às mesmas como “invasões”, ou, por assim dizer, atos ilegais.

No entanto, essa postura diante dos termos “ocupação” ou “invasão”, muito utilizados para se referir às ações de ocupações de terra no Brasil, tem sido também a mesma da maioria dos latifundiários, dos órgãos do governo e da própria imprensa brasileira, entre outros. Sendo assim, as discussões acerca do sentido das palavras ocupação e invasão merecem ser aqui destacadas. O termo “invasão”, por exemplo, é frequentemente utilizado pelo Jornal Correio de Uberlândia como uma forma de se posicionar diante das ações coletivas de ocupações de terra, consideradas, no sentido atribuído pelo jornal, como sendo atos ilegítimos, portanto, inaceitáveis pelo poder público. Durante todas as matérias jornalísticas, nos exemplares pesquisados, o termo invasão é sempre enfatizado e aparece em destaque. Nesse sentido, pode-se dizer que, o vocábulo “invasão” é utilizado, sobretudo, pelos latifundiários, e, em geral, por aqueles que são contrários à efetivação da reforma agrária no Brasil. De modo inverso, os trabalhadores dizem “ocupar” a terra, pois, para eles, essa ação é legal.

Portanto, cabe sintetizar que as ocupações de terra têm sido realizadas pelos movimentos sociais em luta pela terra como uma estratégia, uma forma de pressionar o governo às desapropriações de terras improdutivas. Todavia, essa atitude, considerada legítima pelos trabalhadores sem-terra, na visão dos proprietários de terra, fere o direito de propriedade. Sendo assim, ao utilizarem tais conceitos, os proprietários rurais objetivam, implicitamente, criar na sociedade uma idéia negativa da ação dos trabalhadores sem-terra, almejando torná-la hegemônica no social. Até mesmo porque, nos meandros das relações sociais, o setor dominante tenta impor seus valores a toda sociedade. No entanto, no seu cotidiano, os sujeitos criam e recriam seus espaços sociais, o que se torna perceptível nos

²⁶² **Jornal Correio de Uberlândia**. Gilman Viana critica ocupações. Ano 60, nº 17740, de 13/03/1998. p. 9.

modos de morar e viver das pessoas, na multiplicidade de espaços sociais, nos quais os sujeitos buscam, de várias maneiras, o reconhecimento de sua cidadania e de seus direitos.

O processo de ocupação da Fazenda Rio das Pedras

No ano de 1997, como mencionado anteriormente, o MLT promoveu várias ocupações de terras na região, entre elas a ocupação da Fazenda Rio das Pedras, no município de Uberlândia, no Triângulo Mineiro. Essa foi a primeira ocupação de terras ocorrida na história deste município, incidindo-se na administração municipal do prefeito Virgílio Galassi - PPB. Foram cerca de 170 famílias que se estabeleceram na referida fazenda, de propriedade de Josias de Freitas. Essa fazenda possuía uma área total de 1.908,63 hectares, sendo constituída pela Gleba I, com 766,78 hectares, e pela Gleba II, com 1.141,88 hectares²⁶³. Esta fazenda localiza-se a 23 Km da sede municipal de Uberlândia, pela BR-365, que interliga Uberlândia a Ituiutaba. Dista da capital estadual, Belo Horizonte, 540 quilômetros; de Brasília, 400 Km; e de Goiânia-GO, 350 Km. Situa-se na microbacia hidrográfica do Rio Uberabinha, mais especificamente na sub-bacia do Rio das Pedras.

Em relação à ocupação dessa fazenda realizada pelo Movimento de Luta pela Terra - MLT, atual Movimento Terra Trabalho e Liberdade - MTL, é relevante ressaltar que a maioria das famílias que participou dessa ocupação residia na periferia de Uberlândia, nos bairros Seringueiras, Tocantins, Guarani, Aurora, Planalto e Canaã. Também participaram dessa ocupação famílias de Campo Florido, Capinópolis e Limeira D' Oeste²⁶⁴. A maioria dos trabalhadores sem-terra, que ocupou essa fazenda, morava e vivia na cidade e suas relações de trabalho, comumente, se passavam no meio urbano, nas mais diversas atividades, tais como: empregada doméstica, lavadores de carro, metalúrgico, funcionário público, funcionários da construção civil, entre outros²⁶⁵.

²⁶³ MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE – (MTL). Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária - PAC. **Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras**, Uberlândia. p. 6.

²⁶⁴ **Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras**. op. cit., p. 7.

²⁶⁵ Quanto à procedência das famílias, elas têm origem nas mais diversas regiões do Estado de Minas Gerais e até mesmo de outras regiões do país, destacando-se: Tupaciguara (MG); Campina Verde (MG); Prata (MG); Luz (MG); Brasilândia (MG); Mata Grande (AL); Anápolis (GO); Campo Florido (MG); Iturama (MG);

No entanto, as condições precárias de vida, a que tais trabalhadores estavam submetidos, os levaram a buscar outras alternativas que lhes possibilitassem melhores condições de sobrevivência, com acesso à alimentação, saúde, moradia, trabalho e lazer. De acordo com Lourival Soares, um dos integrantes do movimento, o principal motivo que levou as famílias a ocuparem essa área está relacionado às condições de vida das famílias. Segundo ele, essas famílias ganhavam uma miséria que não dava para os sustentar²⁶⁶. Outro aspecto importante é o desemprego e a falta de perspectiva de vida. Esses fatores e outros levaram os trabalhadores a participarem da ocupação de terras²⁶⁷. Nesta perspectiva, a dura realidade vivenciada na cidade, as mazelas impostas pelo sistema capitalista, bem como as diversas privações vividas por grande parte dos trabalhadores foram fatores significativos para que os mesmos procurassem outros locais para sobreviverem.

Após a ocupação da fazenda Rio das Pedras pelos integrantes do MLT, em 14 de abril de 1997, o proprietário da fazenda, Josias de Freitas, médico, com 83 anos de idade, residente no Rio de Janeiro há mais de dois anos, através de seu advogado Oswaldo de Freitas, propôs a *Ação de Reintegração de Posse*²⁶⁸ da fazenda contra o Movimento de Luta pela Terra - MLT, no dia 21/04/1997²⁶⁹, esse é um procedimento legal em casos de ocupação do estabelecimento rural. O juiz substituto, Luiz de Oliveira, da 9ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia concedeu a liminar de reintegração de posse ao proprietário no dia 30/04/1997. Segundo ele “*A liminar de reintegração de posse foi realmente concedida, pois a Justiça é séria e cumpre o papel a que se propõe*”²⁷⁰. A desocupação deveria começar no dia 05 de maio e nesse dia quatro guarnições da Polícia Militar e três oficiais da justiça compareceram à fazenda pedindo reintegração de posse. A Polícia Militar acreditava

Miguelópolis (SP); Uberaba (MG); Miraporanga (MG); Ituiutaba (MG); Limeira D’ Oeste (MG); Dumont (SP); Capinópolis (MG); Peçanha (MG); Natal (RN); Uberlândia (MG); Canápolis (MG); Ilhéus (BA); Dorcas de Indaia (MG) e Conceição Araguaia (PA). In: **Plano de Consolidação do Assentamento Rio das Pedras**. op. cit., p. 11.

²⁶⁶ **Jornal Correio de Uberlândia**. Uberlândia assiste à primeira ocupação de terras. Ano 54, nº 17459, de 16/04/1997. p. 9.

²⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 9.

²⁶⁸ De acordo com o INCRA, esta ação constitui a primeira medida legal que um proprietário de terra deve realizar logo que tem sua propriedade ocupada por manifestantes, trabalhadores sem-terra. É o primeiro passo legal a ser dado para tentar conseguir sua propriedade de volta. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>> Acesso em: 21 mar. 2006.

²⁶⁹ **Jornal Correio de Uberlândia**. Sem-terra pedem ajuda à Câmara e Prefeitura. Ano 59, nº 17466, de 24/04/1997. p. 9.

²⁷⁰ **Jornal Correio de Uberlândia**. MLT garante que vai continuar em área ocupada. Ano 59, nº 17472, de 01/05/1997. p. 9.

que a desocupação da fazenda ocorreria em 72 horas, prazo estipulado pelo Estado para que a fazenda fosse desocupada²⁷¹. Mas, a advogada dos sem-terra, os membros do MLT e o presidente do PT, João Batista, não aceitaram os argumentos dos oficiais de justiça e exigiram mais tempo para se inteirarem do conteúdo do documento. O major Robson Nogueira, comandante da operação, negociou com a advogada e os representantes do MLT um novo prazo para a desocupação da área e a nova data foi marcada para o dia 12 de maio de 1997²⁷².

Marilda Ribeiro, advogada do Movimento de Luta pela Terra - MLT, entrou na justiça com um mandato de segurança, em nível de Tribunal, em Belo Horizonte, contra a reintegração de posse, pedindo a suspensão da liminar concedida a favor do proprietário da fazenda, Josias de Freitas. E ainda entrou com um recurso de “Agravo de Instrumento”, no Tribunal de Alçada, em Belo Horizonte, com o intuito de agilizar o processo²⁷³. Assim, o Movimento e a advogada conseguiram, junto ao governo do Estado, o adiamento da desocupação da fazenda por mais 72 horas. De acordo com o major Robson, ao término desse prazo a Polícia Militar estava preparada para cumprir a ordem de despejo²⁷⁴. No entanto, a situação mudou. O juiz Paris Pena, do Tribunal de Alçada de Belo Horizonte, concedeu mais um prazo aos ocupantes da fazenda, o adiamento foi de 24 horas²⁷⁵. O comandante do 17º Batalhão de Polícia Militar, tenente coronel José Eustáquio de Paiva, recebeu um comunicado do Comando Geral da PMMG, através do 9º Comando Regional de Policiamento Militar – CRPM, para suspender a operação de despejo e aguardar novas orientações²⁷⁶.

Assim, no dia 15/05/1997, o juiz Paris Pena, do Tribunal de Alçada em Belo Horizonte, suspendeu a liminar que garantia a reintegração de posse ao proprietário da fazenda por tempo indeterminado. Com isso, as famílias permaneceram no local²⁷⁷. De

²⁷¹ Idem, Ibidem, p. 9.

²⁷² **Jornal Correio de Uberlândia**. Movimento pediu mais tempo para ler liminar. Ano 59, nº 17476, de 06/05/1997. p. 9.

²⁷³ **Jornal Correio de Uberlândia**. MLT recorre de liminar na segunda. Ano 59, nº 17479, de 09/05/1997. p.11.

²⁷⁴ **Jornal Correio de Uberlândia**. Estado concede 72 horas para início da desocupação. Ano 59, nº 17482, de 13/05/1997. p. 9.

²⁷⁵ **Jornal Correio de Uberlândia**. Tribunal de Alçada teria concedido adiamento de 24 horas para o início da desocupação. Ano 59, nº 17484, de 15/05/1997. p. 9.

²⁷⁶ **Jornal Correio de Uberlândia**. Liminar de reintegração foi derrubada em BH. Ano 59, nº 17485, de 16/05/1997. p. 9.

²⁷⁷ Idem, Ibidem, p. 9.

acordo com o superintendente regional adjunto do Incra, Ailson Silveira Machado, depois de vistoria dos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a fazenda Rio das Pedras, com uma área de 480 alqueires, foi considerada improdutiva²⁷⁸. A equipe responsável pela vistoria é composta por dois engenheiros, um agrônomo, um agrimensor, um técnico de cadastro e um técnico agrícola. A condição do solo, o tipo de exploração e se a área é viável para se constituir em assentamento são alguns dos itens analisados pelo INCRA. A improdutividade da área é medida através do Grau de Utilização da Terra - GUT. De acordo com a lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o grau de utilização da terra deve ser superior a 80%. Esse é um dos critérios utilizados pelo INCRA para averiguar se a fazenda deve ou não ser desapropriada. Para ser considerada produtiva, a área tem que possuir mais de 80% de produção, além da função social da terra, que precisa ser levada em consideração. O laudo realizado pelo INCRA afirmou que, na fazenda Rio das Pedras, o GUT era de apenas 70%²⁷⁹.

Os líderes do MLT, além de discutirem estratégias para a ocupação da fazenda, antecipadamente fizeram levantamentos para averiguarem a produtividade da terra. Além da fazenda Rio das Pedras, o movimento formulou uma lista de mais cinco fazendas da região, as quais foram consideradas improdutivas, conforme os critérios de análise realizada pelo próprio movimento. João Batista da Fonseca informou que essas fazendas não iriam ser ocupadas pelos integrantes do movimento. A lista seria enviada ao INCRA, junto com uma solicitação de desapropriação²⁸⁰. A realização desse trabalho durou cerca de oito meses. Juaris, atual presidente da Associação dos Moradores do assentamento Rio das Pedras, afirmou que, quando os trabalhadores sem-terra ocupam uma área, já foi realizada a análise de sua produtividade. Ademais, salientou que o proprietário da fazenda Rio das Pedras não pagava os impostos há mais de dois anos²⁸¹.

Após os resultados do laudo técnico do INCRA, afirmando que a área é improdutiva, deve-se encaminhar um decreto ao presidente da república para ser assinado.

²⁷⁸ **Jornal Correio de Uberlândia**. Incra avalia Rio das Pedras como improdutiva. Ano 59, nº 17548, de 29/07/1997. p. 9.

²⁷⁹ **Jornal Correio de Uberlândia**. Advogada do MLT comemora dados. Ano 59, nº 17460, de 17/04/1997. p. 10.

²⁸⁰ **Jornal Correio de Uberlândia**. MLT formulou lista de fazendas. Ano 59, nº 17458, de 15/04/1997. p. 9.

²⁸¹ Juaris de Souza - Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda e atual presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Rio das Pedras. **Entrevista concedida à autora em 15 de junho de 2006**. Uberlândia/MG.

Este ato torna a fazenda passível de desapropriação e, em seguida, as terras são avaliadas de acordo com o preço de mercado. As benfeitorias realizadas na fazenda, como cercas, currais e pastagens são reembolsados ao proprietário em dinheiro. O restante da área é restituído através de Títulos da Dívida Agrária – TDA, que pode ser resgatado no período de 5 a 15 anos, com juros de 6% ao ano mais TR²⁸². Depois da conclusão desses trâmites legais, um oficial de justiça passa as terras para posse do INCRA através de escritura. A partir daí, com a imissão de posse em mãos, o INCRA seleciona as famílias que irão receber as terras e demarca a área. Segundo o superintendente regional adjunto do INCRA, Ailson Silveira Machado, as áreas distribuídas aos trabalhadores sem-terra não são proporcionalmente iguais, uma vez que depende da qualidade da terra. Todo o processo de desapropriação leva em média de 120 a 140 dias. Após a instalação das famílias, a terra é financiada no Banco do Brasil, e cada uma delas recebe uma quantidade em dinheiro para alimentação e fomento²⁸³.

A publicação do decreto-lei, em relação à Fazenda Rio das Pedras, saiu no Diário da União, no dia 02 de outubro de 1997, estabelecendo que esta fazenda era passível de desapropriação por interesse social para fins da reforma agrária. A “ação de desapropriação” foi ajuizada em 16 de janeiro de 1998, com o “Auto de Imissão de Posse” lavrado em 10 de fevereiro deste mesmo ano. Assim, de acordo com os relatos, a ocupação desta fazenda ocorreu de forma pacífica, ou seja, não houve confronto armado e direto, uma vez que o proprietário do estabelecimento, Josias de Freitas, não apareceu na área em nenhum momento, e, apesar do grande contingente de policiais militares enviado ao local, a situação permaneceu normalizada, houve cooperação, pois se negociou um prazo para a interposição de recurso contra a liminar proferida.

²⁸² **Jornal Correio de Uberlândia**. Incra avalia Rio das Pedras como improdutiva. Ano 59, nº 17548, de 29/07/1997. p. 9.

²⁸³ De acordo com o INCRA, o “Título de Domínio Definitivo é o título que dá posse definitiva do lote à família nele assentada. Ele não pode ser negociado pelo prazo de 10 anos. Após o recebimento do Título de Domínio, o(a) beneficiário(a) tem 20 anos de prazo, com três anos de carência, para efetuar o pagamento em prestações anuais. Caso seja pago em dia, o valor terá uma redução de 50% sobre a correção monetária. Também terá desconto de 50% na prestação anual a família que mantiver na escola os filhos que tenham entre 7 e 14 anos. Os valores dos créditos de apoio à instalação e aquisição de material de construção são cobrados em separado. O que for gasto com obras de infra-estrutura, topografia e o plano de desenvolvimento dos assentamentos não é considerado dívida e portanto não é cobrado. As parcelas do empréstimo obtido por meio do Pronaf são pagas diretamente ao banco onde for realizada a transação do empréstimo”. BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. O que é Programa Nacional de Reforma Agrária? In: **Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária**. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso: 16/05/2007.

Mediante tais circunstâncias, todo o período de ocupação da fazenda Rio das Pedras transcorreu de modo pacífico, não havendo violência policial, fato este que se justifica, em parte, pela conduta do proprietário da fazenda que não colocou empecilhos, ou seja, muitas objeções para que a fazenda fosse desocupada imediatamente, preferindo, assim, esperar os resultados dos trâmites legais. Juaris, atual presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Rio das Pedras, relatou:

O dono da terra não teve nenhuma resistência, inclusive isso aqui ia ficar para a igreja, nós já tinha conhecimento disso no final, no dia, e por isso nós viemos pra cá. (...) aqui o maior problema era dos arrendatários porque eles tinham contrato de arrendamento até 2005, aqui com os arrendatários nós tivemos problemas²⁸⁴.

De acordo com esse discurso, percebe-se que, por motivos pessoais, o proprietário da fazenda Rio das Pedras já tinha interesse em se desfazer desse imóvel. Além do mais, no Brasil, em todas as fazendas desapropriadas para fins de reforma agrária, os proprietários legais dos imóveis rurais obtêm do governo federal o devido pagamento da desapropriação. O ressarcimento referente às benfeitorias é pago em dinheiro e o restante é feito através de Títulos da Dívida Agrária - TDA. A Constituição de 1988 restabeleceu o pagamento prévio das indenizações e o “preço justo” para definir o valor do pagamento. Talvez, esses critérios possam justificar o interesse do proprietário Josias de Freitas em se desfazer de seu estabelecimento rural. A esse respeito Juaris relatou:

Nós tivemos problemas com as pessoas que estavam arrendando a fazenda e com o sindicato, mas com o dono não, porque hoje é assim: quem é o dono de uma fazenda que ela estiver improdutivo se o dono vender ela dentro do valor que é o da região pra ele é importante, só não é feito muitos assentamentos por causa dos sindicatos rurais que são contra, é eles que financiam isso aí, para o proprietário é muito melhor ele vender... O governo compra dentro das TDAs né. Mas, pra ele é importante, ele comprou um título público brasileiro... No entanto, problema igual de outras fazendas aí, deles vim e intervir nós não tivemos, era o sindicato dos produtores que não queriam deixar vender as terras²⁸⁵.

²⁸⁴ Juaris de Souza - Morador do assentamento Rio das Pedras, participante da ocupação da fazenda e atual presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Rio das Pedras. **Entrevista concedida à autora em 15 de junho de 2006.** Uberlândia/MG.

²⁸⁵ Idem, Ibidem.